ISSN 1415-4765

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 693

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA
COORDENAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOTECA
IPEA

Percepção das Elites do Cone Sul sobre as Relações Internacionais do Brasil

José Augusto Guilhon Albuquerque*
Henrique Altemani de Oliveira*
Ricardo Ubiraci Sennes*
Amâncio Jorge Oliveira*
Denilde Holzhacker*
Laura Muchnik**
Jorge Lanzaro***
José Simón****

330.908
I 59
TDI693

Brasília, dezembro de 1999

---

* *Coordenação Geral: Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais – USP. Coordenador Geral: José Augusto Guilhon Albuquerque.*
** *Consultora da Argentina.*
*** *Consultor do Uruguai.*
**** *Consultor do Paraguai.*

Percepção das elites do Cone Sul sobre as relações internaci

29892 IPEA - BSB

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
Martus Tavares – Ministro
Guilherme Dias – Secretário Executivo

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Presidente
Roberto Borges Martins

DIRETORIA

Eustáquio J. Reis
Gustavo Maia Gomes
Hubimaier Cantuária Santiago
Luís Fernando Tironi
Murilo Lôbo
Ricardo Paes de Barros

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - COIOB

N.º 29892

DATA 17 / 05 / 01

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o IPEA fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais e torna disponíveis, para a sociedade, elementos necessários ao conhecimento e à solução dos problemas econômicos e sociais do país. Inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro são formulados a partir dos estudos e pesquisas realizados pelas equipes de especialistas do IPEA.

TEXTO PARA DISCUSSÃO tem o objetivo de divulgar resultados de estudos desenvolvidos direta ou indiretamente pelo IPEA, bem como trabalhos considerados de relevância para disseminação pelo Instituto, para informar profissionais especializados e colher sugestões.

Tiragem: 150 exemplares

COORDENAÇÃO DO EDITORIAL

Brasília – DF:
SBS Q. 1, Bl. J, Ed. BNDES, 10º andar
CEP 70076-900
Fone: (61) 315 5374 – Fax: (61) 315 5314
E-mail: editbsb@ipea.gov.br

Home page: http://www.ipea.gov.br

SERVIÇO EDITORIAL
Rio de Janeiro – RJ:
Av. Presidente Antonio Carlos, 51, 14º andar
CEP 20020-010
Fone: (21) 212 1140 – Fax: (21) 220 5533
E-mail: editrj@ipea.gov.br

É PERMITIDA A REPRODUÇÃO DESTE TEXTO, DESDE QUE OBRIGATORIAMENTE CITADA A FONTE.
REPRODUÇÕES PARA FINS COMERCIAIS SÃO RIGOROSAMENTE PROIBIDAS.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA
COORDENAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOTECA

SUMÁRIO

SINOPSE

1 INTRODUÇÃO 5

2 COMPETITIVIDADE DA ECONOMIA BRASILEIRA 6

3 INTEGRAÇÃO REGIONAL 12

4 FORMULAÇÃO E ALCANCE DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA 30

5 A PERCEPÇÃO DA COMPETITIVIDADE DA ECONOMIA BRASILEIRA POR PAÍS E POR SETORES DA ELITE 58

6 FATORES DE COMPETITIVIDADE DA ECONOMIA BRASILEIRA 72

7 PRIORIDADES DA ATUAÇÃO EXTERNA DO BRASIL 100

8 ANEXO 121

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 125

BID Rede-IPEA

A produção editorial deste volume contou com o apoio financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, por intermédio do Programa Rede de Pesquisa e Desenvolvimento de Políticas Públicas, Rede-IPEA, operacionalizado pelo Projeto BRA/97/013 de Cooperação Técnica com o PNUD.

SINOPSE

Esta pesquisa teve por objeto a avaliação da imagem externa do Brasil por membros das elites de nossos parceiros do Cone Sul: Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai. Foram entrevistados duzentos membros de diversos setores das elites dos quatro países. Este relatório compreende três temas das relações internacionais do Brasil: política externa, competitividade da economia e integração regional.

O CONTEÚDO DESTE TRABALHO É DA INTEIRA E EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DE SEUS AUTORES, CUJAS OPINIÕES AQUI EMITIDAS NÃO EXPRIMEM, NECESSARIAMENTE, O PONTO DE VISTA DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO.

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve por objeto a avaliação da imagem externa do Brasil por membros das elites de nossos parceiros do Cone Sul: Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai. Foi realizada por meio de questionários aplicados em entrevistas individuais com perguntas e respostas estruturadas e fechadas. As perguntas foram formuladas para cobrir uma gama extensa de atitudes e informações sobre a política externa brasileira e seus principais formuladores e beneficiários, sobre a atuação do Brasil nas relações internacionais, tanto do ponto de vista político quanto econômico; sobre os processos de integração regional em que o Brasil está inserido; e sobre a competitividade de sua economia, de seus produtos, empresários e empresas. Algumas perguntas foram também destinadas a uma avaliação global do Brasil e dos países dos entrevistados, e envolvem conhecimento e avaliação de aspectos da cultura e da sociedade.

Os questionários foram aplicados a uma amostra de duzentos membros de diversos setores das elites dos quatro países, escolhidos intencionalmente por sua capacidade de atuação e liderança no respectivo país, de acordo com um plano amostral comum indicado na tabela 1.1. Questionário e plano amostral foram elaborados pela coordenação geral no Brasil, traduzidos e enviados aos diferentes países para aplicação por consultores locais.

Este relatório analisa os dados colhidos nas amostras de Argentina, Paraguai e Uruguai. Os dados referentes à amostra do Chile, com 145 entrevistas, apresentaram problemas de comparabilidade, devido à forma de coleta dos questionários e às diferenças com relação aos estratos amostrais, e, portanto, não puderam ser incorporados no mesmo banco de dados para análise estatística. Eles serão objeto de relatório específico a ser preparado oportunamente.

TABELA 1.1
Plano Amostral

Setores da Elite	Argentina	Uruguai	Paraguai	Total
Governo	35	40	40	115
Partidos políticos	50	50	50	150
Empresários	50	50	50	150
Sindicalistas	15	15	15	45
Intelectuais	30	30	30	90
Jornalistas	15	15	15	45
Total	195	200	200	595

Obs.: Período de aplicação das entrevistas: dez.97/mar. 98.

2 COMPETITIVIDADE DA ECONOMIA BRASILEIRA

Neste capítulo, a percepção do Brasil por nossos parceiros do Cone Sul pode ser avaliada por meio de três questões principais: a competitividade da economia brasileira, as potencialidades da infra-estrutura e a competitividade das empresas, medidas por meio do produto, da atuação das empresas e dos empresários.

2.1 Competitividade da Economia Brasileira

A visão das elites do Cone Sul sobre a competitividade da economia brasileira é bastante homogênea e positiva, com poucas variações significativas entre os setores da elite. De modo geral, a avaliação do Brasil é de mediana para alta. Entre 60% e 90% estimam que o Brasil detém capacidade média ou alta para atrair investimentos, estabelecer redes de negócios internacionais, competir em mão-de-obra barata, mas para competir com mão-de-obra qualificada, em tecnologia, ou fazer investimentos no exterior, a avaliação é mais baixa, e concentra-se em competitividade mediana.

QUADRO 2.1
Capacidade do Brasil para:
(conjunto da amostra)

	(Porcentagem de notas 4 e 5)[2]
Atrair investimentos internacionais	93,1
Competir em mão-de-obra abundante e barata	85,2
Estabelecer redes de negócios internacionais	66,2
Desenvolver tecnologia	45,6
Fazer investimentos no exterior	35,9[1]
Competir em mão-de-obra qualificada	22,5[1]

Obs.: [1]Variações significativas por setor da elite.

[2] Escala de 1 a 5, em que 1 significa *pouca* e 5 significa *muita*.

De modo geral, essas avaliações independem do setor da elite a que pertencem os entrevistados, com exceção de uma clara oposição entre empresários e governo, nos itens em que a avaliação é menos otimista. Enquanto o governo tende a avaliar favoravelmente a competitividade brasileira em itens tais como capacidade de investimento no exterior, base tecnológica e mão-de-obra qualificada, os empresários tendem a considerar o Brasil em nível mais baixo (ver tabela 2.1).

IPEA

TABELA 2.1
Capacidade do Brasil para Investir no Exterior — por Setores da Sociedade

(Em porcentagem)

	Setores da Sociedade				Total
	Governo	Partidos	Empresários	Intel./Sind.	
Pouca capacidade	7,8	8,7	15,2	7,2	9,7
2	15,7	18,8	24,5	12,8	17,8
3	35,7	32,9	33,8	31,7	33,3
4	33,0	25,5	13,2	27,8	24,5
Muita capacidade	7,0	11,4	9,9	15,6	11,4
NS	0,9	2,7	3,3	5,0	3,2
Total	115	149	151	180	595

Como se pode notar na tabela 2.1, os empresários são relativamente duas vezes mais numerosos do que o governo a considerar pouca a capacidade do Brasil para investir no exterior. De fato, apenas 23,5% dos membros do governo fazem essa avaliação mais baixa, contra 40% dos empresários. No pólo oposto, 40% do governo avaliam alta a capacidade de investimento do Brasil no exterior, contra apenas 23,1% dos empresários.

Embora seja indiferenciada entre setores da elite, a avaliação da competitividade da economia brasileira é bastante diversificada entre os países. Argentina e Paraguai tendem a ser menos otimistas do que o Uruguai. O item referente à capacidade de atração de investimentos estrangeiros é exemplar, porque a avaliação em geral é muito alta, e revela-se plenamente consensual. De fato, 93,1% do total dos entrevistados nos três países concordam que o Brasil detém muita capacidade para atrair investimentos. Como se vê na tabela 2.2, 70,5% dos uruguaios dão nota 5 ao Brasil numa escala de 1 a 5, contra 55,9% dos argentinos; os paraguaios ficam numa posição intermediária. Em contraste, 41% dos argentinos avaliam mais medianamente o Brasil (notas 3 e 4 na mesma escala), comparados com apenas 29,5% dos uruguaios e igual proporção dos paraguaios.

TABELA 2.2
Capacidade do Brasil para Atrair Investimentos Estrangeiros
— por País do Entrevistado

(Em porcentagem)

	País do Entrevistado			Total
	Argentina	Paraguai	Uruguai	
Pouca capacidade	0,5	0,0	0,0	0,2
2	1,0	1,0	0,0	0,7
3	7,7	3,0	4,0	4,9
4	33,3	26,5	25,5	28,4
Muita capacidade	55,9	67,5	70,5	64,7
NS	1,5	2,0	0,0	1,2
Total	195	200	200	595

2.2 Infra-Estrutura Competitiva

Nesta seção foram consideradas a infra-estrutura energética, a de transportes e a de comunicações. De novo os entrevistados no seu conjunto apresentam percepção bastante homogênea, entre mediana e moderadamente alta, da competitividade brasileira nesses itens.

QUADRO 2.2
Capacidade do Brasil para Competir em:

	(Porcentagem de notas 3 e 4)[2]
Infra-estrutura de comunicações	71,8[1]
Infra-estrutura de transportes	70,5[1]
Infra-estrutura energética	68,9

Obs.: [1]Variações significativas por país.
[2] Escala de 1 a 5, em que 1 significa *pouca* e 5 significa *muita*.

Entre os países, embora permaneça entre mediana e alta, essa avaliação traduz diversidade de visões: os argentinos tendem a ser mais críticos e os paraguaios, mais generosos. Quase dois terços dos paraguaios, por exemplo, consideram de moderada a alta a competitividade da infra-estrutura de transportes do Brasil, contra apenas 45,6% dos argentinos. Em contraste, 16,9% dos argentinos dão notas entre 1 e 2 para a infra-estrutura brasileira de transportes, contra apenas 0,5% dos paraguaios (ver tabela 2.3).

TABELA 2.3
Capacidade do Brasil para Competir em Infra-Estrutura de Transportes – por País do Entrevistado

(Em porcentagem)

	País do Entrevistado			Total
	Argentina	Paraguai	Uruguai	
Pouca capacidade	3,6	,0	1,0	1,5
2	13,3	,5	13,5	9,1
3	31,3	35,0	30,5	32,3
4	29,2	51,0	34,0	38,2
Muita capacidade	16,4	12,0	17,5	15,3
NS	6,2	1,5	3,5	3,7
Total	195	200	200	595

2.3 Competitividade do Produto Brasileiro

Nesta seção, consideraremos basicamente a qualidade, a confiabilidade e o preço dos produtos brasileiros. De modo geral, prevalece uma avaliação homogeneamente mediana ou abaixo da média com relação aos produtos brasileiros.

QUADRO 2.3
Os Produtos Brasileiros são Melhores ou Piores do que os demais Produtos que Conhece

	(Porcentagem de 2 e 3)[2]
Em termos de qualidade	86,3
Em termos de confiabilidade	82,0
Em termos de preços	36,2[1]

Obs.: [1]Compare-se com 60,2% que deram notas 4 e 5. Houve variações significativas por setor neste item e por país em todos os itens.
[2]Escala de 1 a 5, em que 1 significa *muito pior* e 5 significa *muito melhor.*

Na maioria dos itens, os diferentes setores da elite não se distinguem entre si e mantêm a mesma avaliação. Assim, não se justifica apresentar aqui as tabelas respectivas. A única exceção é o preço, destacado pelos empresários mais do que pelos demais. Em contraste, a diferença se manifesta entre os países: os argentinos tendem a avaliar muito mal os produtos brasileiros, a não ser em termos de preços competitivos, item também avaliado de modo alto pelos uruguaios, seguidos pelos paraguaios.

2.4 Competitividade das Empresas Três itens podem ser destacados para avaliar a competitividade das empresas brasileiras: a capacidade tecnológica, a qualificação da mão-de-obra e a organização moderna. De maneira geral, as elites coincidem em uma avaliação favorável, entre média e média alta, das empresas brasileiras, sem variações significativas entre os diferentes setores das elites.

QUADRO 2.4
Atuação das Empresas e Empresários Brasileiros nos seguintes Itens:

	(Porcentagem de 3 e 4)[1]
Organização moderna	78,4
Capacidade tecnológica	77,9
Qualificação da mão-de-obra	60,7

Obs.: [1] Escala de 1 a 5, em que 1 significa *muito pior* e 5 significa *muito melhor.*

As diferenças entre países, porém, são significativas, e os uruguaios avaliam muito melhor as empresas brasileiras (entre média-alta e alta) em relação aos membros das elites dos demais países, salvo no que diz respeito à qualificação da mão-de-obra, em que os paraguaios se destacam e avaliam ainda melhor nossas empresas. O quadro 2.5 é um exemplo de como a avaliação das empresas brasileiras se hierarquiza entre os três países.

QUADRO 2.5
Concentração Mediana[1] das Avaliações por País das Empresas Brasileiras do Ponto de Vista da Modernidade da Organização por País

	Avaliações[2]				
País do entrevistado	1	2	3	4	5
Argentina		x	x		
Paraguai			x		
Uruguai			x	x	

Obs.: [1] A área sombreada concentra 50% das respostas por país.
[2] Escala de 1 a 5, em que 1 significa *pouco moderna* e 5 significa *muito moderna*.

2.5 Avaliação de Riscos

Um conjunto de itens pode ser explorado como medida da percepção global do risco representado pela competição com o Brasil. Todos esses itens tomam os Estados Unidos como parâmetro para comparar o maior ou menor potencial de risco proporcionado pela competição com o Brasil. De maneira geral, as elites não se definem com relação ao maior ou menor risco representado pela integração com a economia brasileira. Dividem-se igualmente entre: os que consideram competir com o Brasil menos arriscado, e os que consideram igualmente arriscado ou mais arriscado do que competir com os Estados Unidos. Os empresários brasileiros, por sua vez, são vistos como nem mais nem menos desleais do que os empresários dos EUA, porém mais protecionistas.

QUADRO 2.6
Comparação entre Empresas e Empresários Brasileiros com Empresas e Empresários dos EUA

Porcentagem do conjunto da amostra.

	BR < EUA		BR > EUA
Risco da competição brasileira	1	2	3
Risco das empresas brasileiras	31,1	30,9	31,1
Práticas desleais	8,6	57,1	27,4
Protecionismo dos empresários	1,5	17,6	78,8

As diferenças de avaliação surgem entre os países. Os uruguaios tendem a encarar a competição com as empresas brasileiras mais arriscada do que com as dos EUA, e os paraguaios, o contrário. Os argentinos ficam numa posição intermediária. Para os argentinos, os empresários brasileiros são mais protecionistas do que os empresários estadunidenses, mas não são mais nem menos desleais. Já para os paraguaios, é exatamente o oposto: nem mais nem menos protecionistas, mas mais desleais. A tabela 2.4 exemplifica essas variações por país.

TABELA 2.4
As Empresas Brasileiras Representam Maior ou Menor Risco para Empresas dos Outros Países do Cone Sul – por País do Entrevistado

(Em porcentagem)

	País do Entrevistado			Total
	Argentina	Paraguai	Uruguai	
Menor risco	22,7	41,5	29,0	31,1
Nem maior, nem menor	45,9	21,0	26,5	31,0
Maior risco	25,8	27,5	40,0	31,1
NS	5,7	10,0	4,5	6,7
Total	194	200	200	594

Como se pode notar, metade dos argentinos (45,9%) considera que as empresas brasileiras não representam nem maior nem menor risco para a economia de seu país do que as dos EUA. Uma proporção análoga dos paraguaios (41,5%) acha que representam risco menor, enquanto os uruguaios, nessa mesma proporção (40%), julgam que o risco é maior.

Outra medida de risco, essa de caráter global, diz respeito à questão da estabilidade econômica e política. Quanto maior a interdependência dos países do Cone Sul ao Brasil, tanto maior o impacto sobre eles de eventuais processos de instabilidade em nosso país. É interessante notar que, a despeito da recuperação da estabilidade política e de sucessivos episódios que demonstraram uma significativa capacidade de resistir a processos que poderiam provocar desestabilização, e apesar da relativa estabilidade de políticas macroeconômicas, não é grande o otimismo com relação ao desempenho das lideranças e instituições brasileiras nesse particular.

A grande maioria das elites (71,3%), apesar de flutuações significativas por setor da elite e por país, estima que a capacidade do Brasil para garantir condições de estabilidade econômica e política é média e média baixa, ou seja, situa-se entre 2 e 3 numa escala de 1 a 5 (ver tabela 2.5).

TABELA 2.5
Capacidade do Brasil para Garantir Condições de Estabilidade Econômica e Política — por Setores da Sociedade

(Em porcentagem)

	Setores da Sociedade				Total
	Governo	Partidos	Empresários	Intel./Sind.	
Pouca capacidade	0,9	4,0	13,2	8,9	7,2
2	22,6	22,8	29,8	23,3	24,7
3	46,1	54,4	43,0	43,3	46,6
4	22,6	11,4	10,6	16,1	14,8
Muita capacidade	6,1	5,4	,7	3,9	3,9
NS	1,7	2,0	2,6	4,4	2,9
Total	115	149	151	180	595

Como se pode ver, os mais pessimistas são os empresários, que perfazem metade dos que atribuem a menor capacidade brasileira para garantir estabilidade, isto é, 13,2% contra 7,2% do total de entrevistados. Os membros de partidos políticos ocupam uma posição intermediária, entre os quais a avaliação mediana (3, na escala de 1 a 5) é escolhida por 54,4%, em comparação a apenas 43% entre os empresários e outros membros da sociedade civil. Os mais otimistas são os membros do governo – Executivo e Legislativo – dos quais 28,7% avaliam como alta e média alta a capacidade do Brasil de garantir a estabilidade econômica e política, contra apenas 11,3% dos empresários (18,7% na população).

TABELA 2.6
Capacidade do Brasil para Garantir Condições de Estabilidade Econômica e Política – por País do Entrevistado

(Em porcentagem)

	País do Entrevistado			Total
	Argentina	Paraguai	Uruguai	
Pouca capacidade	11,3	,5	10,0	7,2
2	29,7	13,0	31,5	24,7
3	42,1	57,0	40,5	46,6
4	9,2	21,0	14,0	14,8
Muita capacidade	4,1	4,5	3,0	3,9
NS	3,6	4,0	1,0	2,9
Total	195	200	200	595

Como mostra a tabela 2.6, os argentinos e os paraguaios opõem-se claramente em termos de pessimismo e otimismo, enquanto os uruguaios ocupam posição mais difusa. Os argentinos compreendem metade dos que avaliam com mais pessimismo a capacidade do Brasil para garantir estabilidade, e atribuem notas 1 e 2 numa escala de 1 a 5. Além disso, 83% dos argentinos concentram-se nas avaliações de mediana para baixo, contra 82% dos paraguaios que ocupam o lado oposto da escala, de mediana para cima. Em contraste, 96% dos uruguaios distribuem-se em torno das posições intermediárias, embora com maior inclinação para o pessimismo.

3 INTEGRAÇÃO REGIONAL

3.1 Atuação e Influência do Brasil na Integração Regional

Nesta seção iremos analisar a percepção das elites dos nossos parceiros do Cone Sul sobre a atuação do Brasil nas negociações que visam à integração regional. Como medida de percepção da atuação

do Brasil nos processos integrativos, analisaremos dois aspectos em particular: a influência do Brasil na criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e a atuação do Brasil nas negociações do MERCOSUL com a União Européia e no âmbito da ALCA.

A visão das elites do Cone Sul sobre a influência do Brasil na criação da ALCA encontra-se claramente polarizada: um grupo, composto por 44% da amostra, avalia ter sido grande a influência do Brasil na recente iniciativa de implantação de uma área hemisférica de livre comércio; o outro grupo, composto por 43% da amostra, acredita ter o Brasil influenciado pouco ou nem muito, nem pouco o processo de criação da ALCA. Essa percepção não tem variação significativa em função dos setores da elite considerados, mas sim em função do país (ver tabela 3.1).

TABELA 3.1
Influência do Brasil na Iniciativa de Criação da ALCA – por País

(Em porcentagem)

	País do Entrevistado			Total
	Argentina	Paraguai	Uruguai	
Pouca influência	27,7	30,5	21,0	26,3
Nem muita, nem pouca	16,9	17,5	14,5	16,3
Muita influência	43,5	27,9	62,0	44,2
Não sabe	11,8	25,0	2,5	13,1
Total	195	200	200	595

Conforme observa-se na tabela 3.1, o Uruguai é o país com maior tendência a considerar o Brasil como muito influente na iniciativa de criação da ALCA: 62% da elite uruguaia manifestam essa avaliação, contra apenas 27% da elite paraguaia e 43,6% da argentina. No caso do Paraguai, chama atenção o grande percentual de membros de sua elite que afirmam não ter conhecimento sobre a influência do Brasil na iniciativa de criação da ALCA: 25% da elite paraguaia afirmam desconhecer essa questão, contra 12% dos argentinos e apenas 2,5% dos uruguaios.

Vejamos agora a atuação do Brasil em dois importantes fóruns de negociação que envolvem o MERCOSUL: a ALCA e a União Européia. No que se refere à ALCA, como se pode observar na tabela 3.2, cerca de um terço dos entrevistados dos 3 países considera a atuação brasileira benéfica ao seu próprio país. O Uruguai se distingue dos demais pelo elevado percentual de sua elite que considera a atuação brasileira prejudicial: 22,5% dos entrevistados do Uruguai fazem essa avaliação, contra 9,2% no caso da Argentina e 5,5% no caso do Paraguai. Chama atenção, ainda, o elevado percentual da elite paraguaia (38%) que declara não saber aferir o impacto da atuação brasileira nesse fórum.

TABELA 3.2
Atuação do Brasil nas Negociações MERCOSUL – ALCA

(Em porcentagem)

Negociações MERCOSUL –ALCA	País do Entrevistado			Total
	Argentina	Paraguai	Uruguai	
Benéfico	30,2	33,0	33,5	
Nem benéfico, nem prejudicial	27,4	23,5	33,0	
Prejudicial	9,2	5,5	22,5	
Não sabe	32,3	38,0	11,0	
Total	**195**	**200**	**200**	

A tabela 3.3 mostra a avaliação da atuação do Brasil nas negociações entre o MERCOSUL e a União Européia. A tabela permite-nos concluir que as elites do Cone Sul são mais otimistas quanto à atuação do Brasil nas negociações MERCOSUL-União Européia do que nas negociações MERCOSUL-ALCA. Cerca de metade dos entrevistados considera a atuação do Brasil benéfica ao seu país nas negociações com a União Européia. À semelhança do que ocorre no caso da ALCA, a elite do Uruguai tende a ser mais pessimista do que a dos demais países na medida em que 10% julgam prejudicial aos interesses de seu país a atuação brasileira nessas negociações, contra apenas 4,6% da elite da Argentina e 1,5% da elite do Paraguai.

TABELA 3.3
Atuação do Brasil nas Negociações MERCOSUL — União Européia

(Em porcentagem)

Negociações MERCOSUL-ALCA	País do Entrevistado			Total
	Argentina	Paraguai	Uruguai	
Benéfico	41,1	46,0	53,0	**46,7**
Nem benéfico, nem prejudicial	27,7	21,5	28,5	**25,9**
Prejudicial	4,6	1,5	10,0	**5,3**
Não sabe	26,2	31,0	8,5	**21,8**
Total	**195**	**200**	**200**	**595**

3.2 Principais Parceiros Comerciais e Grau de Rejeição dos Parceiros

Os entrevistados tendem, em geral, a considerar relevante o comércio entre os países da região. O Brasil é apontado por 62,6% e a Argentina por 27% dos entrevistados como principais parceiros comerciais dos países do Cone Sul. Apenas 4,7% acham que os Estados Unidos são o principal parceiro comercial dos países da região.

QUADRO 3.1
Principais Parceiros Comerciais dos Países do Cone Sul[1]

(Em porcentagem)

Brasil	62,6
Argentina	27,0
Estados Unidos	4,7
Alemanha	3,5
Outros	2,2

Nota: [1]Conjunto da amostra.

A acentuada percepção da importância do comércio na região é observada sem discrepância, tanto entre os setores da sociedade, quanto entre os diferentes países. De forma geral, não há variação significativa entre os setores da elite, mas, entre os países, os paraguaios tendem a identificar a Argentina como principal parceiro do seu país e os uruguaios e argentinos apontam o Brasil.

Os uruguaios são os que identificam mais acentuadamente o Brasil como o principal parceiro comercial do seu país (86,7%) e, entre os argentinos, 81,8% também apontam o Brasil como seu principal parceiro. A maioria dos paraguaios (70%), entretanto, aponta a Argentina como principal parceiro comercial do seu país.

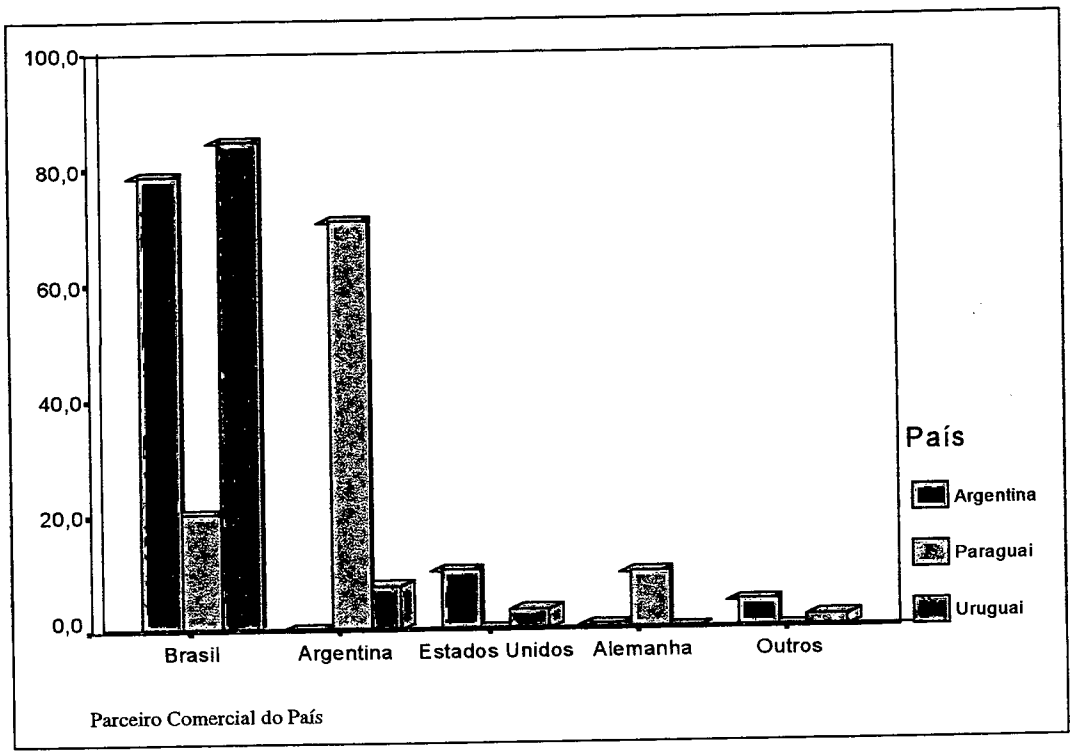
O comércio com países fora do eixo do MERCOSUL é considerado importante apenas por uma pequena parcela dos entrevistados. Os Estados Unidos são considerados um parceiro comercial importante por 10% dos argentinos e 3,6% dos uruguaios. Nenhum paraguaio apontou os Estados Unidos como importante parceiro comercial para o seu país.

A Alemanha é apontada por 9,5% da elite paraguaia como principal parceiro comercial do seu país. Entre os argentinos, 4,8% apontam outros países .

Com relação aos parceiros comerciais brasileiros, os entrevistados acentuam a importância do comércio entre Brasil e Estados Unidos: de fato, 6% apontam os Estados Unidos como principal parceiro comercial do Brasil. Mas uma grande proporção ressalta o comércio no âmbito do MERCOSUL, principalmente entre Brasil e Argentina, apontada por 42,4% como o principal parceiro comercial do Brasil.

GRÁFICO 3.1
Principais Parceiros Comerciais dos Países do Cone Sul
– por País do Entrevistado

(Em porcentagem)



QUADRO 3.2
Principais Parceiros Comerciais do Brasil[1]

(Em porcentagem)

Argentina	42,4
Estados Unidos	37,6
Alemanha	15,0
Outros	5,0

Nota: [1]Conjunto da amostra.

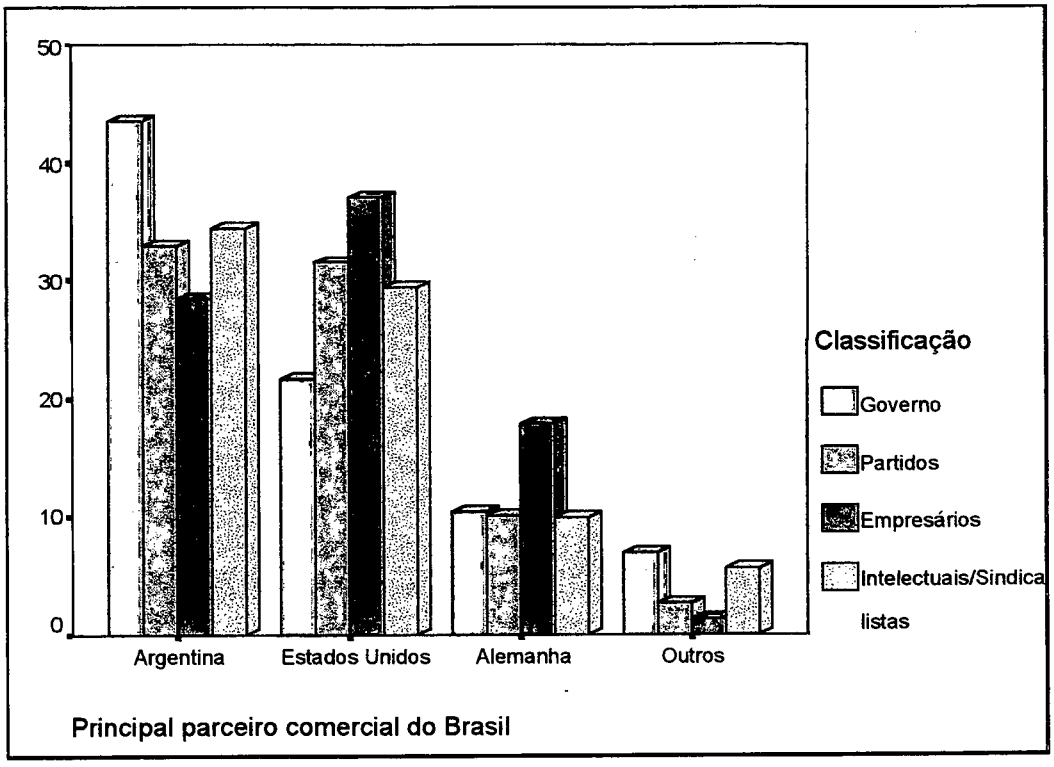
As elites governamentais tendem a sublinhar a importância do comércio entre Brasil e Argentina. Para 52,2% a Argentina é o principal parceiro comercial do Brasil. Os empresários, ao contrário, tendem a relativizar a importância da região no comércio brasileiro e a destacar o comércio brasileiro com a Alemanha: 20% deles identificam a Alemanha como principal parceiro comercial do Brasil.

Os empresários são, também, os que mais identificam os Estados Unidos como principal parceiro comercial do Brasil (43%); quanto ao setor governa-

mental, apenas 26% identificam a predominância estadunidense no comércio externo do Brasil (ver gráfico 3.2).

GRÁFICO 3.2
Principais Parceiros Comerciais do Brasil – por Setores da Elite

(Em porcentagem)



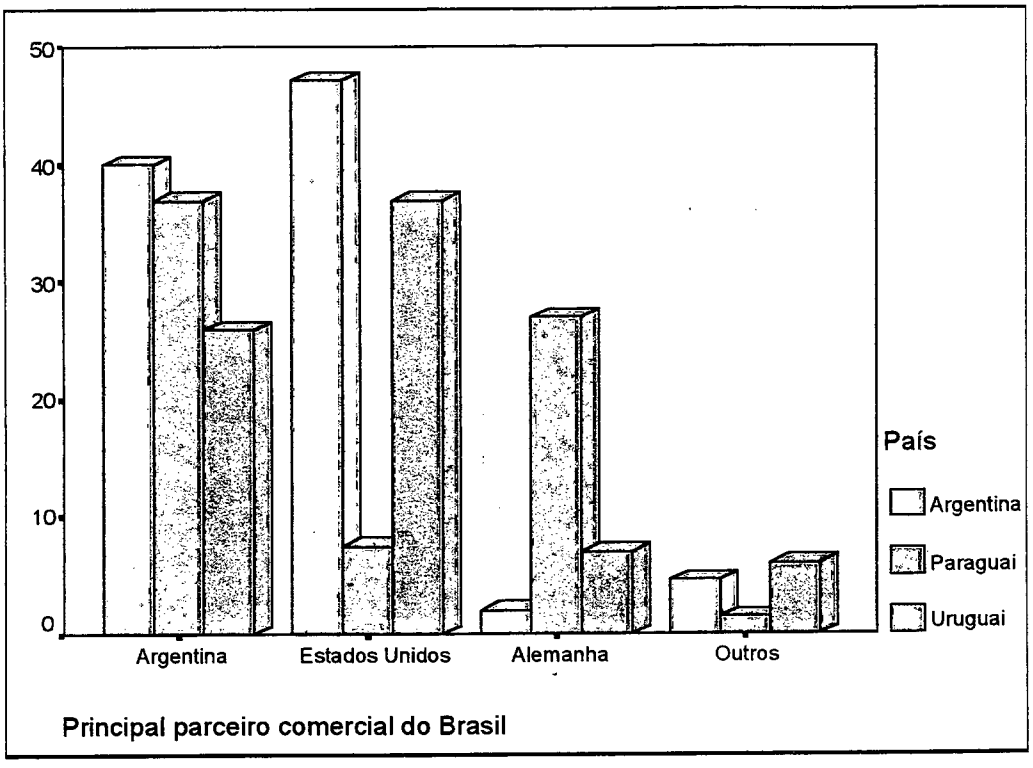
Quando se levam em conta os diferentes países, nota-se que os argentinos e uruguaios percebem a importância do comércio regional para o Brasil, mas também identificam outro importante parceiro, que são os Estados Unidos. Os argentinos e uruguaios, 50,3% e 48,4%, respectivamente, identificam os Estados Unidos como importante parceiro comercial brasileiro, em contraste com a maioria dos paraguaios, que aponta a Argentina como principal parceiro comercial do Brasil (49,7%). Entre os paraguaios, ainda, 36,2% apontam a Alemanha como o principal parceiro comercial do Brasil, contra apenas 2,2% entre os argentinos (ver gráfico 3.3)

Pode-se observar, com esses dados, que os paraguaios não apenas apontam outros parceiros que não o Brasil para o seu país, mas também reagem de modo análogo no caso brasileiro. Os argentinos e uruguaios expressam grau maior de dependência do mercado brasileiro do que os paraguaios. Os argentinos e uru-

guaios também são os que mais reconhecem a diversificação de parceiros comerciais do Brasil.

GRÁFICO 3.3
Principais Parceiros Comerciais do Brasil – por País do Entrevistado

(Em porcentagem)



A importância das relações entre os países da região também pode ser analisada da perspectiva da maior aceitação ou rejeição que os entrevistados têm desses países. De forma geral, a avaliação que as elites do Cone Sul fizeram dos países membros do MERCOSUL, do Chile e dos Estados Unidos é bastante positiva. O grau de rejeição é relativamente baixo; Estados Unidos e Paraguai apresentam os maiores índices de rejeição.

No que se refere aos setores da sociedade, há pouca variação, exceto quanto ao setor empresarial, que fez uma avaliação mais positiva dos Estados Unidos do que o total da amostra.

QUADRO 3.3
Qual dos Seguintes Países Considera *Muito Simpático* – por País do Entrevistado

(Em porcentagem)

Países Avaliados	País do Entrevistado		
	Uruguai	Argentina	Paraguai
Brasil	80,7	78,4	81,7
Uruguai		79,2	72,3
Argentina	63,0		32,5
Chile	56,3	30,9	45,5
Paraguai	45,8	27,0	
Estados Unidos	34,0	31,1	48,1

No quadro 3.3 pode-se observar que os uruguaios, depois do Brasil, são os mais aceitos e tendem a avaliar seus parceiros menos bem do que são avaliados por eles.

Os argentinos, por sua vez, usam dois padrões de avaliações: alto, para o Brasil e Uruguai (cerca de 80% consideram simpáticos) e mediano para baixo para os demais: cerca de 30% consideram simpáticos os EUA, o Chile e o Paraguai. Ao contrário dos uruguaios, tendem a ser avaliados menos bem do que avaliam seus parceiros do MERCOSUL. De fato, apenas 60% dos uruguaios os consideram simpáticos, contra os 80% de argentinos que consideram o mesmo dos uruguaios. No caso do Paraguai, o grau de aceitação é baixo, em torno de 30%.

Os paraguaios parecem usar três padrões de aceitação-rejeição: mais alto para o Brasil e o Uruguai (81,2% e 72,3%, respectivamente); outro intermediário para o Chile e os Estados Unidos (cerca de 50% os consideram simpáticos), e o mais baixo para a Argentina (cerca de 30%).

Nota-se que a elite entrevistada percebe, de forma acentuada, a importância da parceria comercial dos países da região e, ao mesmo tempo, avalia positivamente os parceiros. O Brasil, que é considerado o principal parceiro comercial dos países da região, possui alta aceitação; os Estados Unidos, ao contrário, são altamente rejeitados e pouco apontados como importantes para o comércio dos países do Cone Sul.

3.3 Prioridades da Integração para Cada País

Nesta seção iremos analisar o grau de prioridade que os nossos parceiros do Cone Sul conferem à integração regional. Destacaremos, nesse caso, dois aspectos principais: *(i)* grau de prioridade do MERCOSUL conferida pelo entrevistado ao seu próprio país e ao Brasil; e *(ii)* capacidade do MERCOSUL para alavancar o poder de negociação do país do entrevistado e do Brasil.

3.3.1 Grau de Prioridade da Integração Regional

Esta subseção aborda o grau de prioridade, para seus respectivos países e para o Brasil, conferido pelas elites do Cone Sul ao MERCOSUL e à ALCA. Em termos gerais, como se pode observar no quadro 3.4, as elites consideram o MERCOSUL altamente prioritário, e esse grau de prioridade não apresenta grande variação entre os setores da elite.

O quadro 3.4 reúne os casos em que o MERCOSUL é considerado altamente prioritário para o próprio país e para o Brasil. Chama a atenção o fato de o MERCOSUL ser, invariavelmente, considerado muito prioritário para o próprio país com mais freqüência do que para os demais. A percepção sobre o grau de prioridade do MERCOSUL para o Brasil varia de forma significativa entre os países. Um percentual significativamente maior da elite argentina tende a considerar o MERCOSUL como muito prioritário para o Brasil: cerca de 82%, contra 71% dos paraguaios e apenas 59% dos uruguaios.

QUADRO 3.4
Percentual dos que Consideram o MERCOSUL *Muito Prioritário* para o Seu País e para os demais Parceiros do MERCOSUL

(Em porcentagem)

País Avaliado	Avaliação das Elites dos Países		
	Argentina	Paraguai	Uruguai
Argentina	86,0	60,0	78,0
Brasil	82,0	71,0	59,0
Paraguai	61,0	79,0	84,0
Uruguai	67,0	76,0	92,5

Esse quadro permite-nos observar a existência de dois padrões para avaliar as prioridades do MERCOSUL: um para avaliar os parceiros menores do MERCOSUL (Paraguai e Uruguai) e outro para os parceiros maiores (Argentina e Brasil). O Paraguai avalia o MERCOSUL como mais prioritário para si próprio e para o Uruguai. O Uruguai, por sua vez, avalia o MERCOSUL como mais prioritário para seu próprio país e para o Paraguai. A Argentina, ao contrário, avalia o MERCOSUL como mais prioritário para ela própria e para o Brasil.

Veremos agora o grau de prioridade da Área de Livre Comércio das Américas para os membros do MERCOSUL. O quadro 3.5 resume esse conjunto de percepções e mostra polarização nesse tema, tanto na Argentina quanto no Uruguai: cerca de 43% da elite argentina consideram a ALCA muito prioritária para o seu país, contra 38% que não a consideram. No caso do Uruguai, a elite também encontra-se dividida: 50% consideram a ALCA muito prioritária para o país, contra 48% que não a consideram. O Paraguai distingue-se dos demais pelo baixo

grau de prioridade creditada à integração hemisférica: 71% de sua elite não a consideram prioritária para seu próprio país, dos quais 48% julgam-na pouco prioritária. Apenas 15% dos argentinos e 21% dos uruguaios têm a mesma opinião.

QUADRO 3.5
Prioridades da ALCA para o País do Entrevistado e para o Brasil

(Em porcentagem)

Grau de prioridade	Para o seu País			Para o Brasil		
	Argentina	Paraguai	Uruguai	Argentina	Paraguai	Uruguai
Pouco Prioritário	14,9	48,5	20,5	14,4	24,0	24,0
Nem muito, nem pouco	23,1	22,5	27,0	22,8	37,0	22,0
Muito prioritário	42,6	11,0	50,0	36,9	29,0	50,0
Não sabe	19,5	18,0	5,7	25,6	10	4,0
Total	195	200	200	195	200	200

No quadro 3.5 também se observa, na Argentina e no Uruguai, clara polarização de percepções, quanto à prioridade da ALCA para o Brasil: 37% dos argentinos e 50% dos uruguaios consideram a ALCA muito prioritária para o Brasil, contra 37% e 46%, respectivamente, que não a consideram.

Um percentual significativamente mais elevado da elite paraguaia tende a considerar a ALCA indiferente para o Brasil: 37% fazem essa avaliação, contra 23% da elite argentina e 22% da elite paraguaia.

3.3.2 Poder de Negociação De modo geral, a elite do Cone Sul deposita grande otimismo na capacidade do MERCOSUL para ampliar o poder de negociação de seus respectivos países. Conforme observa-se na tabela 3.4, 85% julgam que o MERCOSUL aumentará o poder de negociação de seu próprio país; 3,7% acham que o poder de negociação diminuirá, e cerca de 9% acham que o MERCOSUL não aumentará nem diminuirá o poder de negociação. Essa percepção não varia de forma significativa entre os setores da elite. Entre os países, varia em função do maior otimismo paraguaio: 94% da elite paraguaia avaliam positivamente o aumento da capacidade de negociação de seu país, contra 84% da elite argentina e 78% da elite uruguaia. Por outro lado, é significativamente maior o número de uruguaios que consideram que o MERCOSUL diminuirá o poder de negociação de seus países: 8% da elite uruguaia fazem essa avaliação, contra apenas 3% da elite argentina. A elite paraguaia não atenta para a diminuição de seu poder de negociação em virtude do MERCOSUL.

TABELA 3.4
Impacto do MERCOSUL sobre o Poder de Negociação de cada País

(Em porcentagem)

	Poder de Negociação de Seu Próprio País			Total
	Argentina	Paraguai	Uruguai	
Diminuirá	3,1	0,0	8,0	3,7
Nem diminuirá, nem aumentará	10,8	4,5	12,5	9,2
Aumentará	84,1	94,0	78,0	85,4
Não sabe	1,5	1,5	1,5	1,5
Total	195	200	200	595

O otimismo perdura quanto às possibilidades do MERCOSUL de aumentar o poder de negociação do Brasil. Conforme observa-se na tabela 3.5, cerca de 92% da elite do Cone Sul acreditam que o MERCOSUL alavancará o poder de negociação do Brasil. Como se pode ver, há grande homogeneidade nas avaliações entre países; o mesmo ocorre entre os setores da sociedade.

TABELA 3.5
Impacto do MERCOSUL sobre o Poder de Negociação do Brasil – por País

(Em porcentagem)

	Poder de Negociação de Seu Próprio País			Total
	Argentina	Paraguai	Uruguai	
Diminuirá	0,5	0,0	0,0	0,2
Nem um, nem outro	5,6	2,5	8,5	5,5
Aumentará	89,7	96,	90,5	92,1
Não sabe	3,6	1,5	1,0	2,0
Total	195	200	200	595

3.4 Impactos do Mercosul em Cada País

Nesta seção iremos analisar a maneira como nossos parceiros do MERCOSUL percebem e avaliam os impactos da criação e implementação do MERCOSUL sobre seus próprios países. Podemos reunir as questões em três grupos de categorias: *impactos sociais*, que envolvem emprego, contrabando, imigrações ilegais; *impactos econômicos*, que envolvem a produção agrícola, a indústria de transformação e os serviços financeiros; e, finalmente, *impactos da interdependência*, que envolvem o aumento dos investimentos estrangeiros diretos e a dependência com relação ao Brasil.

De modo geral, a percepção das elites é homogênea no conjunto dos países, com poucas diferenças entre setores, que não permitem desenhar um padrão: apenas os membros do governo distinguem-se dos demais setores. Isso ocorre em apenas um item de cada uma das categorias citadas: aumento do emprego, aumento da dependência com relação ao Brasil, crescimento da indústria de transformação. No mais, tais impactos tendem a ser avaliados de maneira crescente entre as três categorias: os sociais, como objeto de impactos medianos para médio-baixos; os econômicos, impactos medianos para médio-altos; e os de interdependência, impactos médio-altos para altos (ver quadro 3.6).

QUADRO 3.6
Com a Participação de Seu País no MERCOSUL, Avalie, para cada Um desses Aspectos

	(Porcentagem de 2 e 3)
Emprego	75,0
Contrabando	67,6
Imigrações ilegais	58,8
	(% de 3 e 4)
Produção agrícola	71,7
Indústria de transformação	62,4
Serviços financeiros	68,5
	(% de 4 e 5)
Dependência com relação ao Brasil	76,6
Investimentos estrangeiros	44,1

Obs.: Escala de 1 a 5, em que 1 significa *diminuiu muito* e 5 *aumentou muito.*

3.4.1 Impactos do MERCOSUL de Acordo com os Países

Embora não variem significativamente entre as categorias que compõem a elite, os entrevistados apresentam visões diversificadas por país. No que diz respeito aos impactos sobre aspectos sociais, os argentinos tendem a ser mais otimistas do que os demais, e os uruguaios, mais pessimistas. Exceção a essa tendência observa-se na questão relativa ao emprego, sobre a qual o Paraguai é muito mais otimista do que os demais, e os argentinos se revelam os mais pessimistas (ver tabela 3.6).

Como se pode verificar, os argentinos que respondem que o emprego diminuiu muito com o MERCOSUL são duas vezes mais numerosos que os paraguaios e uruguaios juntos. Entre os que respondem que o emprego nem diminuiu nem aumentou, os paraguaios equivalem à soma dos argentinos e uruguaios.

TABELA 3.6
Avaliação do Impacto do MERCOSUL sobre o Emprego – por País do Entrevistado

(Em porcentagem)

	País			Total
	Argentina	Paraguai	Uruguai	
Diminuiu muito	15,6	1,5	6,0	7,5
2	26,9	8,5	36,0	23,7
3	37,6	76,5	42,0	52,4
4	10,8	8,0	13,0	10,6
Aumentou muito	2,7	0,5	0,5	1,2
NS	6,5	5,0	2,5	4,6
Total	186	200	200	586

Quanto aos impactos do MERCOSUL sobre a economia de cada país, o otimismo é muito grande entre os argentinos, que avaliam os impactos como altos ou muito altos. Eles são seguidos pelos uruguaios e paraguaios, inclusive no que diz respeito aos investimentos estrangeiros. Quanto à dependência com relação ao Brasil, contudo, os argentinos consideram o impacto do MERCOSUL muito menos importante do que os demais, e ficam abaixo dos paraguaios.

QUADRO 3.7
Impactos do MERCOSUL sobre os Investimentos Estrangeiros e a Interdependência dos Países do Cone Sul com Relação ao Brasil

(Em porcentagem)

Investimentos Estrangeiros	1	2	3	4	5
Argentina	2,1	6,7	21,0	38,5	24,1
Uruguai	1,0	8,5	32,5	50,0	6,0
Paraguai	0,5	2,5	78,0	13,0	1,0
Dependência para com o Brasil					
Argentina	0,5	4,6	22,6	31,8	34,9
Uruguai	0,0	0,5	14,0	46,0	39,0
Paraguai	0,0	2,0	18,5	55,5	22,5

Obs.: Escala de 1 a 5, em que 1 significa *diminuiu muito* e 5 *aumentou muito* .

No quadro podemos observar, de fato, a inversão da posição dos países na avaliação dos impactos do MERCOSUL. Na avaliação do aumento ou diminuição dos investimentos estrangeiros, como nos demais impactos econômicos, os países se alinham, do Paraguai à Argentina, em termos de otimismo crescente. Os paraguaios, concentram-se no nível médio da escala (3, numa escala de 1 a 5), os uruguaios, no nível médio-alto (4 na mesma escala), e os argentinos, relativamente mais, no nível mais elevado (5). Quanto ao aumento da dependência com

relação ao Brasil, os argentinos são relativamente os mais numerosos a responder que essa dependência diminuiu ou não diminuiu nem aumentou (quase 30% dos entrevistados). Os paraguaios, que, nos itens referentes aos impactos econômicos, são os mais pessimistas, aqui avaliam num nível mais alto o aumento da dependência com relação ao Brasil, e respondem que a dependência aumentou ou aumentou muito (78% dos entrevistados). Os uruguaios continuam destacando-se como os que percebem maiores impactos também nesse item: 85% respondem que a dependência do Brasil aumentou ou aumentou muito.

3.5 Impactos do Mercosul sobre o Brasil

As mesmas perguntas, destinadas a avaliar como nossos parceiros percebem os impactos do MERCOSUL sobre seus próprios países, foram também feitas a respeito do Brasil. Aqui, também, essa percepção revela-se bastante homogênea, e não há diferenças entre setores da elite, que só vão aparecer entre os países.

Os impactos sociais do MERCOSUL sobre o Brasil, quanto ao nível de contrabando e de imigrações ilegais, foram avaliados como médios para baixos, isto é, uma proporção significativa assinalou que tais itens não sofreram aumento ou tenderam a diminuir pouco. Quanto ao nível de emprego, entretanto, surpreendentemente 68% consideram que não diminuiu, e essa proporção só não é maior porque os setores não empresariais da sociedade civil, mais do que os outros, avaliaram como negativo o impacto do MERCOSUL sobre o emprego no Brasil. De fato, eles representam 15% dos que responderam que o emprego diminuiu ou diminuiu muito no Brasil enquanto a média dos demais – governo, partidos e empresários – foi de 8,9%.

Quanto aos impactos sobre a economia brasileira, eles são considerados de médios para altos. No caso da atração de investimentos, que mostramos na tabela 3.7 por seu caráter exemplar, esses impactos foram considerados muito altos.

TABELA 3.7
Avaliação do Impacto do MERCOSUL no Brasil para Atração dos Investimentos Estrangeiros – por Setores da Sociedade

(Em porcentagem)

	Setores da Sociedade				Total
	Governo	Partidos	Empresários	Intel./Sind.	
Diminuiu muito	0,0	0,0	0,7	0,6	0,3
2	0,9	2,7	3,3	1,7	2,2
3	9,6	12,1	11,3	11,1	11,1
4	40,9	36,9	43,0	39,4	40,0
Aumentou muito	37,4	31,5	35,1	25,0	31,6
NS	11,3	16,8	6,6	21,7	14,6
Total	115	149	151	180	595

Como se pode notar, não se observam variações significativas entre os setores da elite, e a avaliação se concentra nas respostas *aumentou* ou *aumentou muito*, com 71,6% das respostas. Em contraste, apenas 13,6% consideram que, com o MERCOSUL, o Brasil não aumentou a atração de investimentos estrangeiros.

Entre os países, como foi assinalado, os dados mostram algumas diferenças significativas. Os argentinos tendem a ser pessimistas na parte social e otimistas na parte econômica, com exceção da atração de investimentos, que, segundo 21% dos entrevistados desse país, não aumentou no Brasil com o MERCOSUL, comparados com apenas 6,7% dos paraguaios e uruguaios que deram a mesma opinião). Em contraste, 74,5% dos paraguaios e 77,5% dos uruguaios consideram que aumentou a atração de investimentos estrangeiros no Brasil.

No plano social, os uruguaios estimam que não houve grandes alterações no Brasil, mas no plano econômico, sobretudo em termos de atração de investimentos, são muito otimistas. Os paraguaios seguem em geral os uruguaios. Daremos em seguida os dados referentes ao Uruguai, para ilustrar esse tema (ver quadros 3.8 e 3.9).

QUADRO 3.8
Impactos do MERCOSUL no Brasil sobre os Itens Sociais[1]

	Não Diminuiu, Nem Aumentou	Aumentou	Aumentou Muito
Emprego	51,5	21,0	2,5
Contrabando	43,0	6,5	1,5
Imigrações ilegais	48,5	8,0	1,0

Nota: [1]Inclui apenas a sub-amostra de uruguaios.

Como se vê, em todos os itens referentes a impactos sociais, praticamente a metade dos uruguaios entrevistados acha que não houve aumento ou diminuição nesses fatores.

QUADRO 3.9
Impactos do MERCOSUL no Brasil sobre Itens Econômicos[1]

	Não Aumentou Nem Diminuiu	Aumentou	Aumentou Muito
Produção agrícola	47,5	25,5	5,0
Indústria de transformação	21,5	54,0	10,5
Serviços financeiros	29,5	46,0	11,0
Investimentos estrangeiros	14,5	49,5	28,0

Nota: [1]Inclui apenas a sub-amostra de uruguaios.

Como se pode notar no quadro 3.9, a metade dos entrevistados uruguaios concentra-se agora na resposta *aumentou*, ao contrário dos impactos sociais. A exceção ocorre com respeito à produção agrícola, mas mesmo nesse item, apenas 22% estimam que houve diminuição da produção agrícola decorrente do MERCOSUL. Em contraste, quase 80% consideram que aumentou ou aumentou muito a atração de investimentos estrangeiros pelo Brasil.

3.6 Euforia da Integração Duas questões, igualmente aplicadas a cada país e ao Brasil, propiciam uma medida geral de otimismo e pessimismo com relação aos impactos globais do MERCOSUL. Na primeira, perguntou-se se o MERCOSUL irá melhorar ou piorar o nível geral de vida da população de cada país. Na segunda, se o MERCOSUL acarretaria aceleração ou retardo do crescimento econômico de cada país. As mesmas perguntas foram colocadas com relação ao nível geral de vida da população brasileira e ao ritmo de crescimento econômico do Brasil.

O otimismo é tal que nos autoriza a falar em euforia da integração. Nada menos que 76% dos entrevistados responderam que o nível de vida de seu país irá melhorar com o MERCOSUL e uma proporção ainda maior, 77,8%, responderam que o crescimento econômico será acelerado. Para o Brasil, esses números são ainda maiores, 77,8% esperam melhor nível geral de vida para os brasileiros, e 83,7% esperam crescimento econômico mais acelerado.

Como nos demais aspectos já analisados, as diferenças por país, também aqui, se fazem sentir. Os uruguaios são os mais otimistas em ambos os aspectos, nível de vida e crescimento. São também mais otimistas com o próprio crescimento e a melhoria do nível de vida do que com relação ao Brasil.

Os argentinos seguem de perto os uruguaios em termos de otimismo, e são também mais otimistas quanto ao próprio nível de vida do que com o da população brasileira, mas esperam menos crescimento do que o do Brasil. Os paraguaios, ao inverso, não apenas são os menos otimistas, como são menos otimistas com o próprio crescimento e o nível de vida do que com o Brasil.

QUADRO 3.10
Porcentagem de Entrevistados que Responderam que o Nível de Vida da População de Seu País e do Brasil Irá Melhorar

(Em porcentagem)

	País do Entrevistado		
	Paraguai	Argentina	Uruguai
Paraguai	70,5		
Argentina		73,3	
Uruguai			84,0
Brasil	91,0	70,3	72,0

Como se nota, o quadro 3.10 evidencia o otimismo crescente que vai do Paraguai ao Uruguai, e se inverte com relação ao Brasil. A diferença de otimismo com relação ao Brasil é proporcional ao auto-otimismo dos dois países. No caso do Paraguai, além da inversão, que o torna mais otimista em relação ao Brasil, essa diferença é desproporcional quando comparada com os dois países, em que varia entre 3 e 8 pontos percentuais. No Paraguai, a diferença a favor do Brasil é de 20,5 pontos percentuais.

QUADRO 3.11
Porcentagem de Entrevistados que Responderam que o Crescimento Econômico de Seu País e do Brasil Irá se Acelerar

	País do entrevistado		
	Paraguai	Argentina	Uruguai
Paraguai	71,5		
Argentina		79,0	
Uruguai			83,0
Brasil	92,5	82,6	76,0

No caso da aceleração do crescimento, a ordem crescente de otimismo em relação ao próprio país se repete, mas se inverte com relação à expectativa de crescimento econômico do Brasil. A ordem crescente de otimismo com o próprio país, que vai do Paraguai ao Uruguai, converte-se em otimismo decrescente com relação ao Brasil, na mesma direção. Assim, além dos paraguaios, os argentinos também são mais otimistas com relação ao Brasil do que com relação à própria Argentina.

3.7 Impactos da Globalização

De forma geral, os entrevistados são favoráveis à globalização, a grande maioria concorda que é um processo ao qual os países precisam se adaptar (92,7%) e que aumentará sua competitividade (65,9%). No entanto, para a maioria dos entrevistados, é um processo que só beneficia os países ricos (60,8%).

Quando se segmenta a amostra pelos setores da sociedade dos diferentes países, percebe-se uma polarização das opiniões. De um lado os intelectuais, sindicalistas e outros setores não empresariais da sociedade civil – que são desfavoráveis ao processo de globalização –, e, de outro lado, os setores empresarial e governamental – que são favoráveis à globalização.

Os intelectuais e sindicalistas são os mais negativos com relação ao processo de globalização: 70,6% deles acham que a globalização beneficia somente os países ricos. No setor governamental há uma polarização entre os que discordam e os que concordam com essa afirmação – 48,7% discordam e 47% concordam que a globalização só beneficia os ricos.

Mas, se compararmos com os outros setores, percebe-se que o setor governamental é o que mais se mostra em desacordo com a frase.

O setor empresarial tende a ser favorável à globalização: 92,7% dos empresários responderam que a globalização é uma mudança a que todos os países necessitam se adaptar e, para 78,1%, a globalização aumentará a competitividade dos países.

QUADRO 3.12
Porcentagem de Entrevistados que Concordam com as Seguintes Frases – por Setor da Sociedade

	Setores da Sociedade			
	Governo	Partidos	Empresários	Intel./sindic.
Globalização é uma mudança a que todos os países necessitam se adaptar	87,8	88,6	92,7	82,2
Globalização vai aumentar a competitividade dos países	73,9	63,1	78,1	52,8
Globalização somente beneficiará os países mais ricos	47,0	65,8	55,0	70,6

Com relação aos países, as opiniões dividem-se entre os favoráveis e os contrários à globalização. Os paraguaios são mais globalistas que os uruguaios e os argentinos. Os argentinos, ao contrário, são mais temerosos dos efeitos da globalização, e têm uma posição mais negativa do que os outros países (ver quadro 3.13).

QUADRO.3.13
Porcentagem de Entrevistados que Concordam com as Seguintes Frases – por País

	País do Entrevistado		
	Argentina	Paraguai	Uruguai
Globalização é uma mudança a que todos os países necessitam se adaptar	81,0	93,5	88,0
Globalização vai aumentar a competitividade dos países	56,4	75,0	66,0
Globalização somente beneficiará os países mais ricos	73,8	59,5	49,5

Entre os argentinos, 16,9% dos entrevistados discordam da afirmação de que a globalização é uma mudança à qual todos os países necessitam se adaptar, mas, entre os paraguaios, apenas 3% discordam dessa afirmação.

Sobre a competitividade que a globalização traz para os países, novamente os argentinos são os que mais discordam. Para 40% dos argentinos, a globalização

não aumentará a competitividade dos países, mas, entre os paraguaios, apenas 21% têm a mesma avaliação.

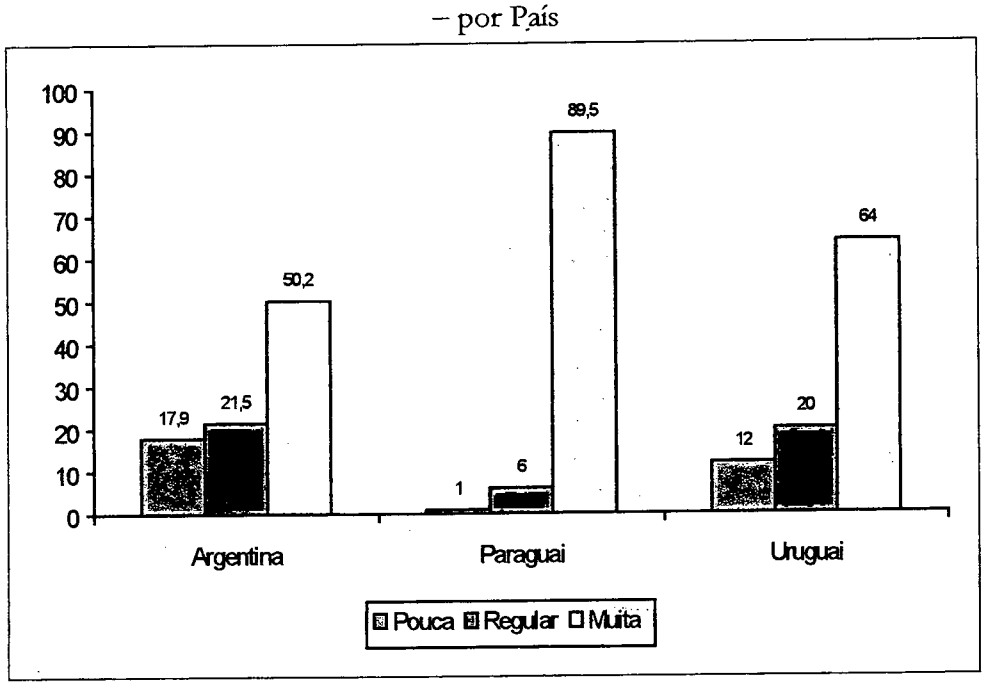
Entre os paraguaios, 75% concordam que a globalização aumentará a competitividade dos países, proporção que cai para 66% entre os uruguaios. Com relação à afirmação de que a globalização é um fenômeno que só beneficia os países ricos, metade dos uruguaios discorda, enquanto que, entre os argentinos, 73,8% afirmam, ao contrário, que a globalização só beneficia os países ricos.

4 FORMULAÇÃO E ALCANCE DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

4.1 Influência dos Atores na Definição da Política Externa Brasileira

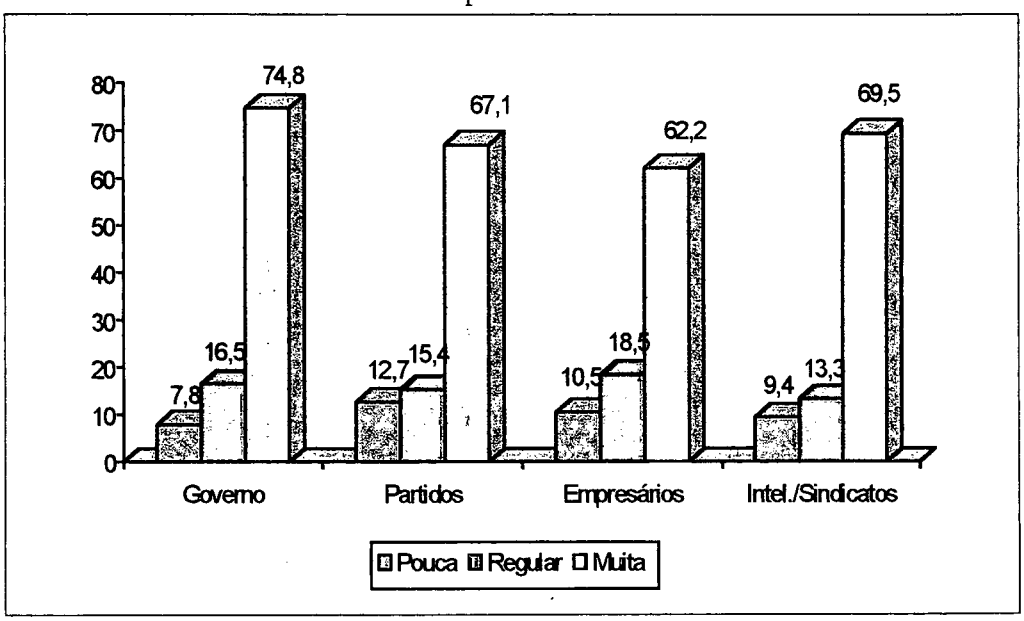
De forma geral, os entrevistados tendem a considerar que os diplomatas brasileiros exercem grande influência na definição da nossa política externa. Note-se que essa percepção, comparativamente, é muito mais acentuada no Paraguai do que na Argentina. Enquanto no Paraguai existe claro reconhecimento dessa influência (89,5%), na Argentina o índice é de 50,2 % (ver gráfico 4.1).

GRÁFICO 4.1
Avaliação dos Entrevistados sobre o Grau de Influência dos Diplomatas na Formulação da Política Externa do Brasil – por País



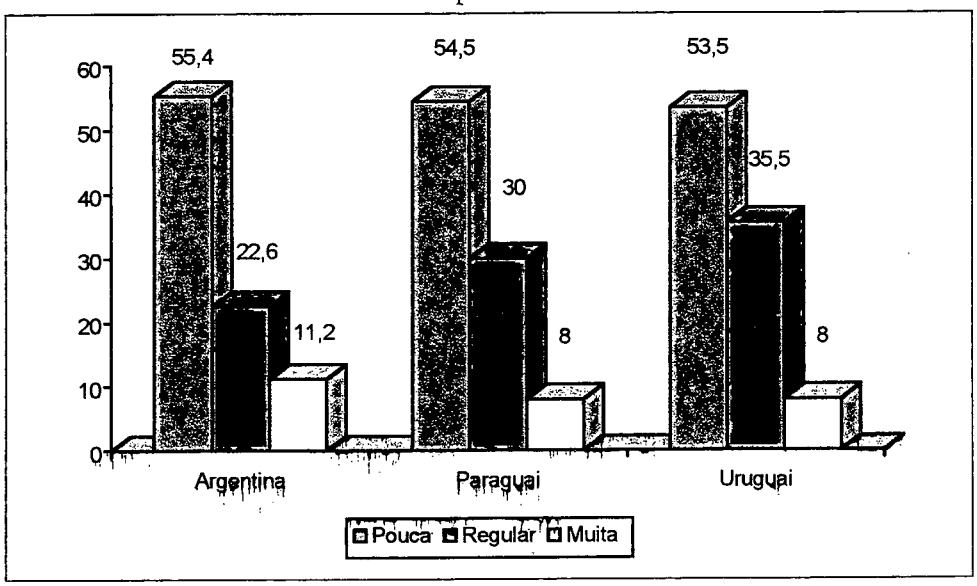
Também entre os diferentes setores da elite, nota-se relativo equilíbrio, com ligeira predominância dos membros do governo. Em oposição, o setor empresarial da amostra pesquisada é o que menos vislumbra capacidade de influência dos diplomatas brasileiros na política externa do país (ver gráfico 4.2).

GRÁFICO 4.2
Avaliação dos Entrevistados sobre o Grau de Influência dos Diplomatas na Formulação da Política Externa do Brasil – por Setor



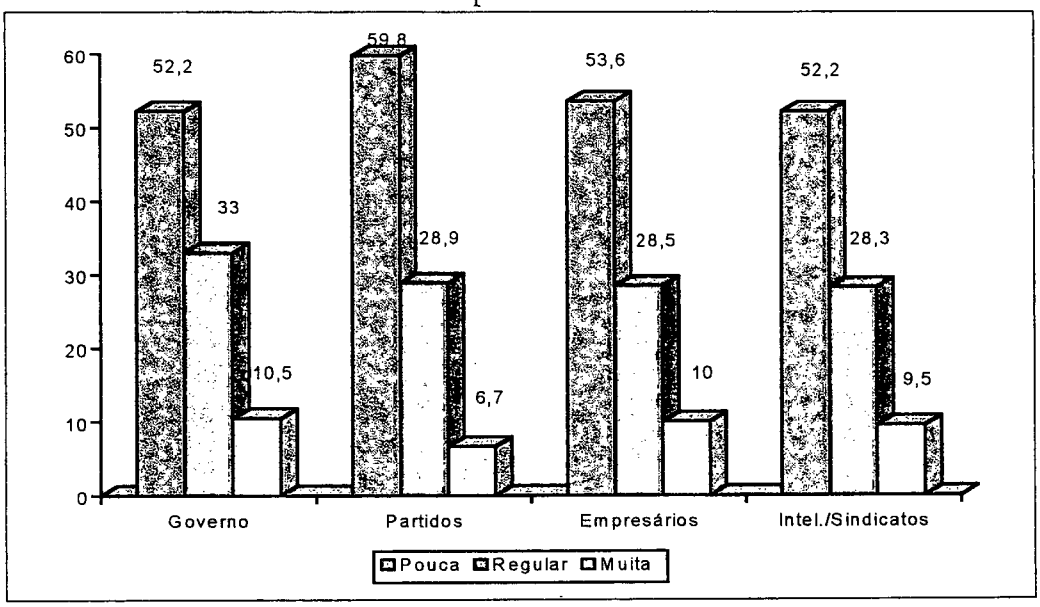
É interessante observar que, por oposição à influência dos diplomatas na definição da política externa brasileira, existe uma tendência consensual de que as centrais sindicais têm baixa capacidade de influência. No gráfico 4.3, praticamente não se observam diferenças entre as opiniões das elites dos países pesquisados.

GRÁFICO 4.3
Avaliação dos Entrevistados sobre o Grau de Influência das Centrais Sindicais na Formulação da Política Externa do Brasil – por País



Entre os segmentos sociais analisados, observa-se também apenas uma pequena variação. Nesse caso, é o setor da amostra ligado aos partidos que apresenta o mais baixo reconhecimento da influência das centrais sindicais na formulação da política externa do Brasil (ver gráfico 4.4).

GRÁFICO 4.4
Avaliação dos Entrevistados sobre o Grau de Influência das Centrais Sindicais na Formulação da Política Externa do Brasil – por Setor

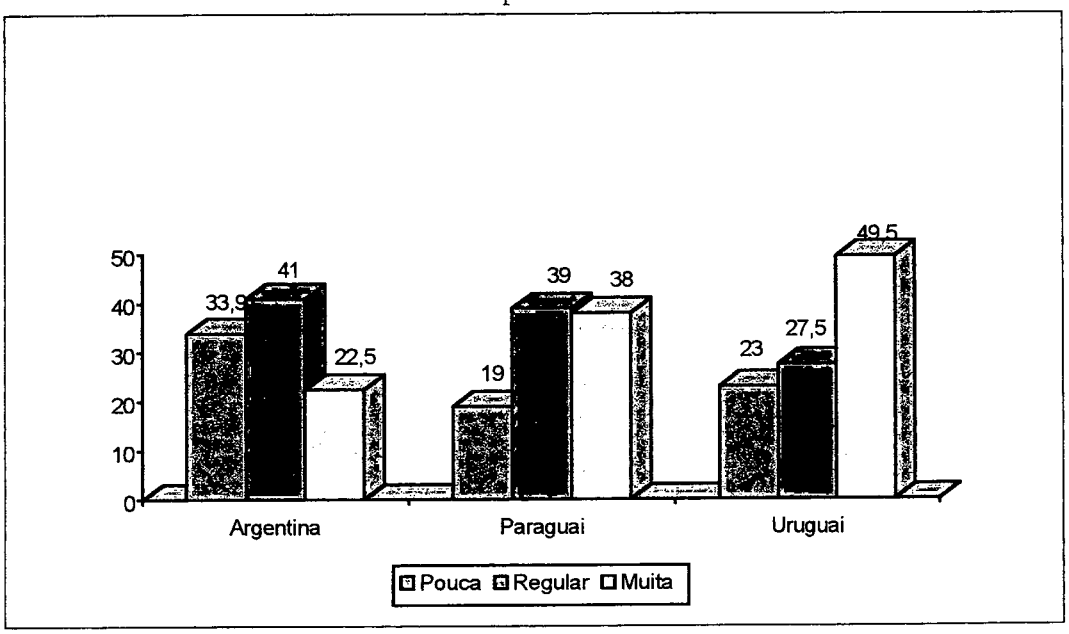


4.2 Influência Externa do Brasil

4.2.1 Capacidade de Influência Externa (Conflitos Internacionais)

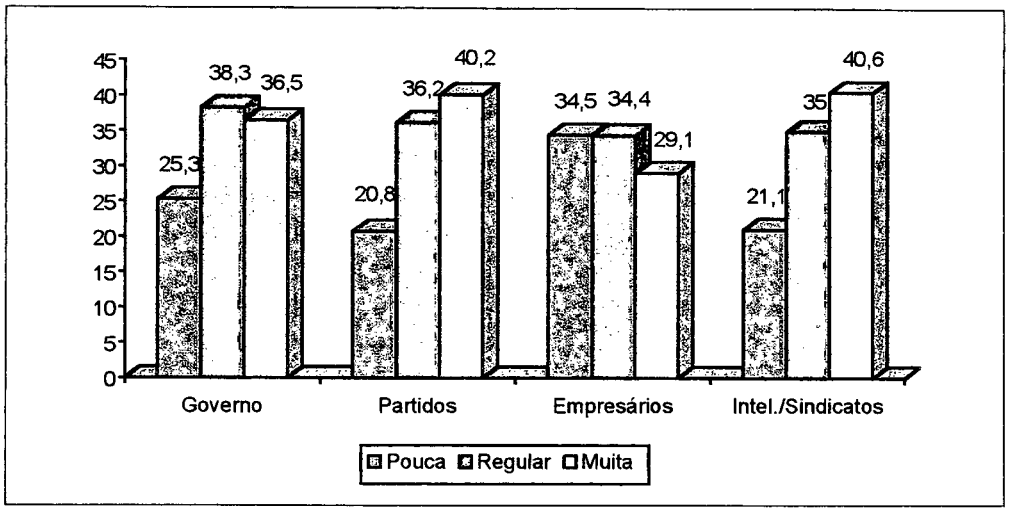
As elites de nossos parceiros do Cone Sul tendem a considerar que o Brasil tem de média a alta capacidade de influência na solução de conflitos internacionais. No entanto, na segmentação por países, são as elites do Uruguai que tendem a atribuir maior capacidade de influência ao Brasil, enquanto, na Argentina, essa avaliação é mais negativa (ver gráfico 4.5).

GRÁFICO 4.5
Avaliação dos Entrevistados sobre o Brasil Ter Recursos Econômicos e Políticos para Influenciar na Resolução de Conflitos Internacionais – por País



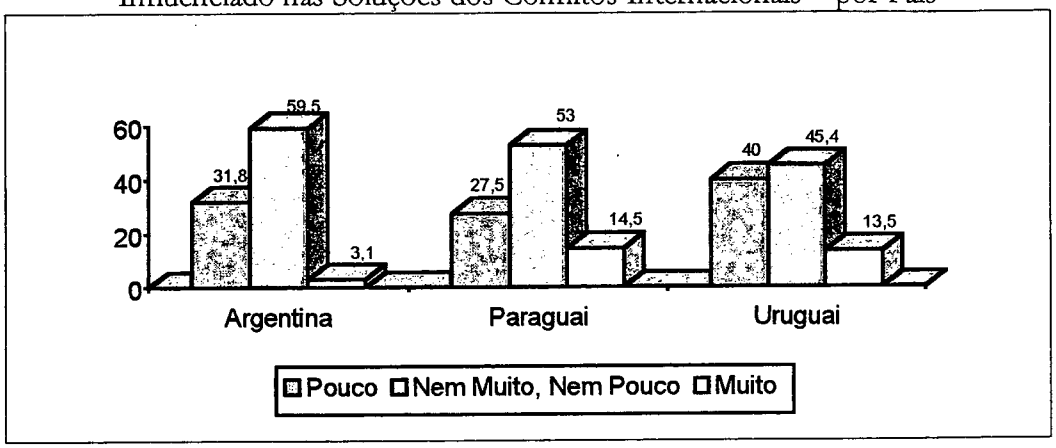
Entre os atores sociais mantém-se a tendência genérica de avaliação de uma capacidade média para alta, com exceção dos empresários, que são mais céticos. Ao contrário, os intelectuais/sindicalistas e os políticos são os que mais admitem que o Brasil tenha maior capacidade de influência (ver gráfico 4.6).

GRÁFICO 4.6
Avaliação dos Entrevistados sobre o Brasil Possuir Recursos Econômicos e Políticos para Influenciar na Solução de Conflitos Internacionais – por Setor



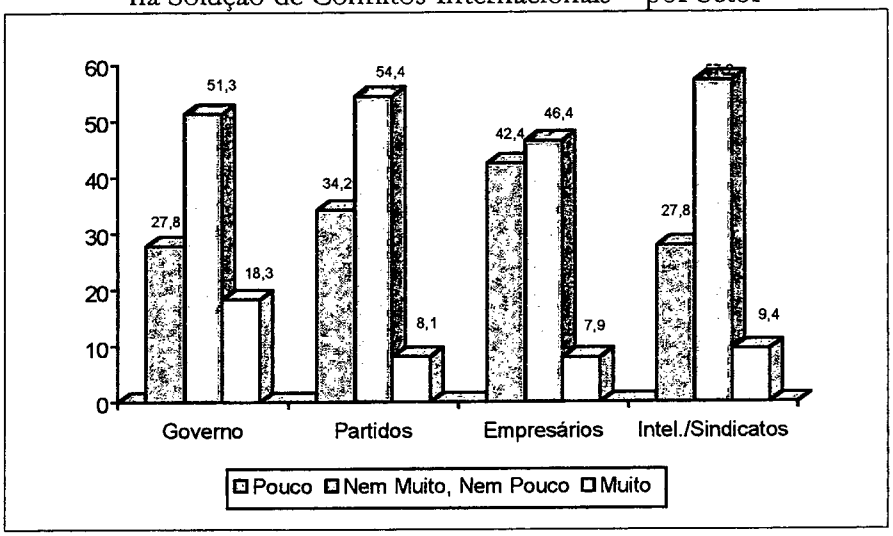
Porém, quando se passa do potencial de influência para o seu exercício efetivo, constata-se consenso genérico de que o Brasil pouco tem influenciado na solução de conflitos internacionais. Quando se considera o país a que pertence o entrevistado (ver gráfico 4.7), os uruguaios e paraguaios são os que atribuem maior influência externa efetiva do Brasil.

GRÁFICO 4.7
Avaliação dos Entrevistados sobre Quanto o Brasil Tem Efetivamente Influenciado nas Soluções dos Conflitos Internacionais – por País



Com relação à distribuição dessa avaliação pelos setores que compõem a amostra (ver gráfico 4.8), os membros do governo são os que mais avaliam que o Brasil tem efetivamente influenciado nas soluções dos conflitos internacionais.

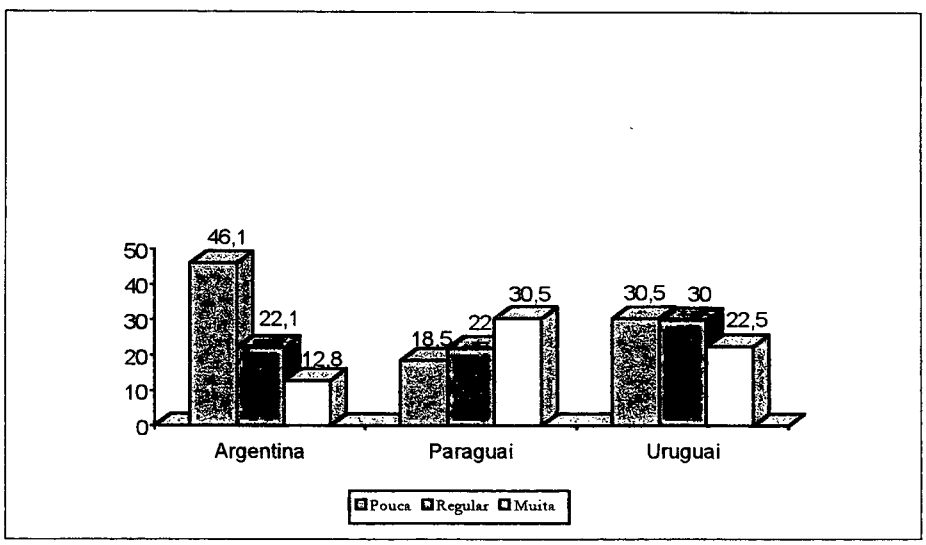
GRÁFICO 4.8
Avaliação dos Entrevistados sobre o Brasil Ter Efetivamente Influenciado na Solução de Conflitos Internacionais – por Setor



4.2.2 Influência na OMC

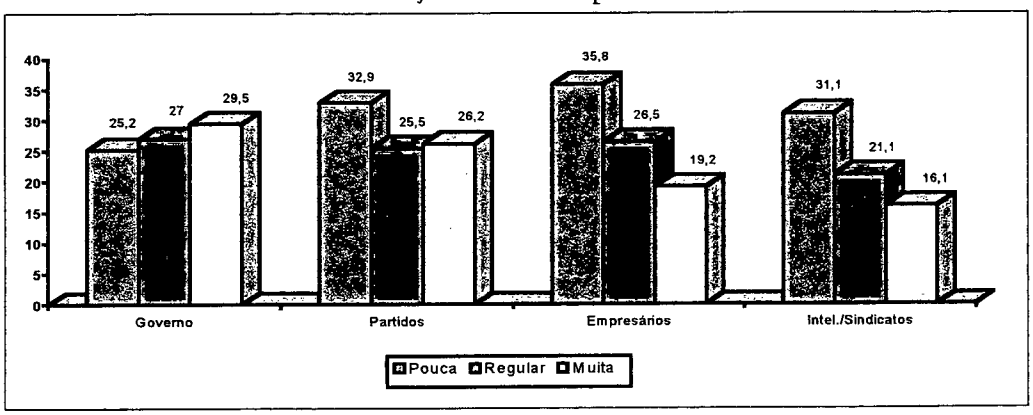
Avaliando-se a atuação do Brasil em relação à Organização Mundial do Comércio, constata-se inicialmente uma relativa divergência quanto ao papel exercido pelo Brasil no seu processo de constituição. O gráfico 4.9 mostra que os entrevistados do Paraguai avaliam, com maior frequência, que o Brasil teria tido participação de média para alta, os uruguaios tendem a considerá-la média, enquanto, na Argentina, a percepção dominante é de que o Brasil teve baixa participação.

GRÁFICO 4.9
Avaliação dos Entrevistados sobre o Grau de Influência do Brasil na Criação da OMC
– por País



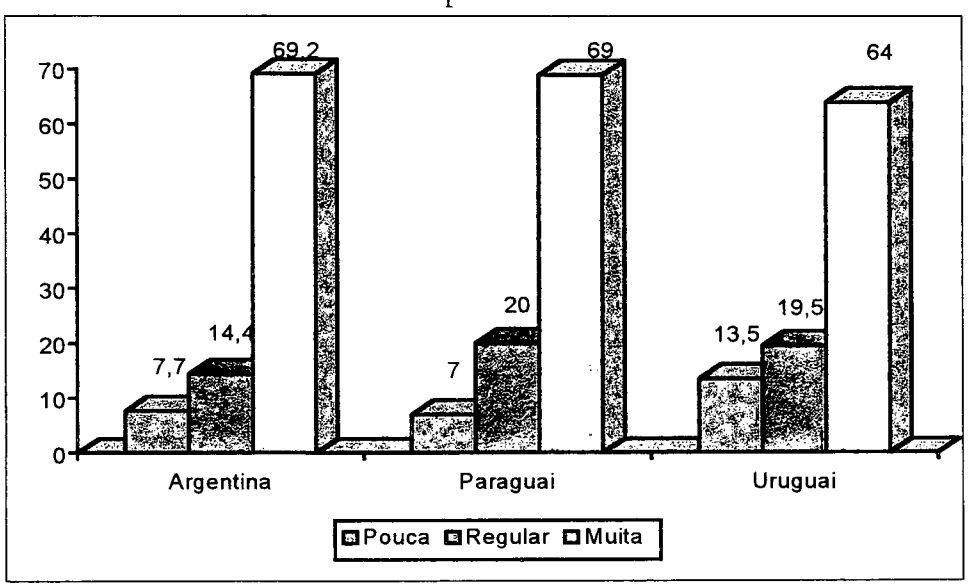
Entre os diferentes setores da elite, ainda que se mantenha a percepção generalizada de baixa influência brasileira na criação da OMC, os representantes de governo e, parcialmente, os dos partidos tendem a considerar que o Brasil teve um pouco mais de influência do que os empresários, intelectuais e sindicalistas (ver gráfico 4.10).

GRÁFICO 4.10
Avaliação dos Entrevistados sobre o Grau de Influência do Brasil na Criação da OMC – por Setor



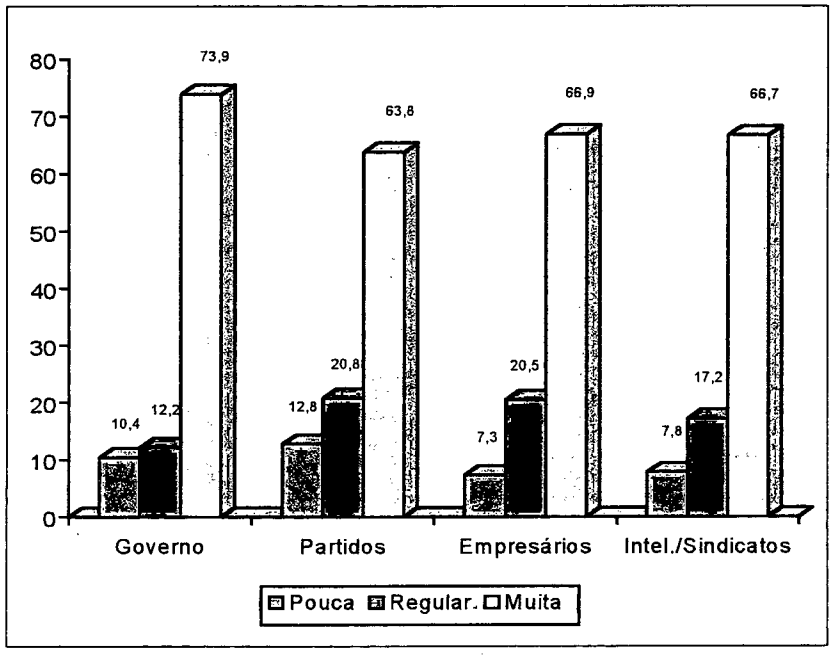
No funcionamento da OMC, por sua vez, há percepção generalizada de que o Brasil tem atuação muito influente na defesa dos interesses do MERCOSUL. Nesse aspecto, ganha destaque o fato dos argentinos serem aqueles que avaliam mais positivamente a atuação do Brasil em favor do MERCOSUL, como se pode ver no gráfico 4.11.

GRÁFICO 4.11
Avaliação dos Entrevistados sobre o Grau de Influência do Brasil na OMC em Favor dos Interesses do MERCOSUL
– por País



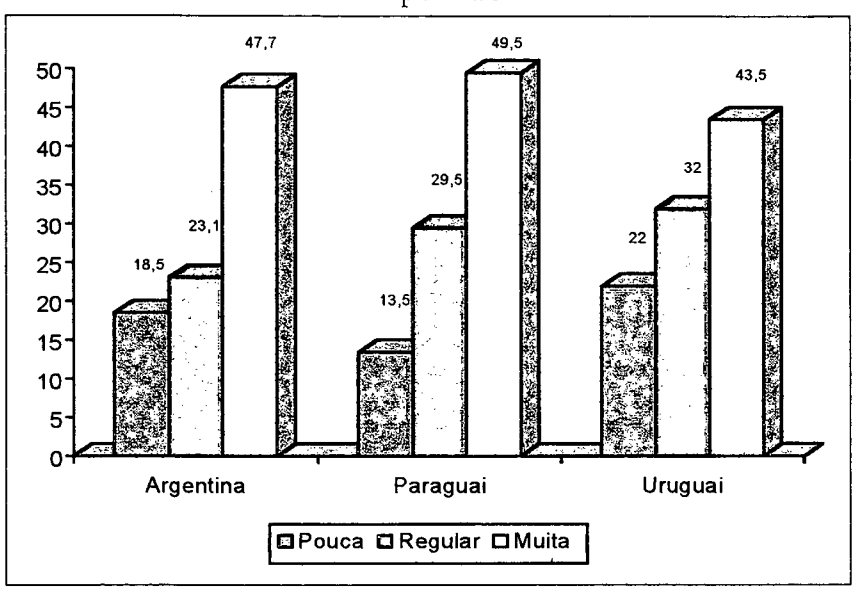
Na análise por setores, é o governamental que aponta maior tendência a considerar que o Brasil tem influenciado as negociações na OMC em favor do MERCOSUL (ver gráfico 4.12).

GRÁFICO 4.12
Avaliação dos Entrevistados sobre o Grau de Influência do Brasil em Favor dos Interesses do MERCOSUL – por Setor



Ainda que de maneira menos acentuada do que em relação ao MERCOSUL, existe alta tendência a reconhecer que o Brasil busca influenciar as negociações na OMC em favor da América Latina. Nesse caso, somando-se as respostas *regular* e *muita influência*, os paraguaios reconhecem esse papel do Brasil de maneira mais marcada (ver gráfico 4.13).

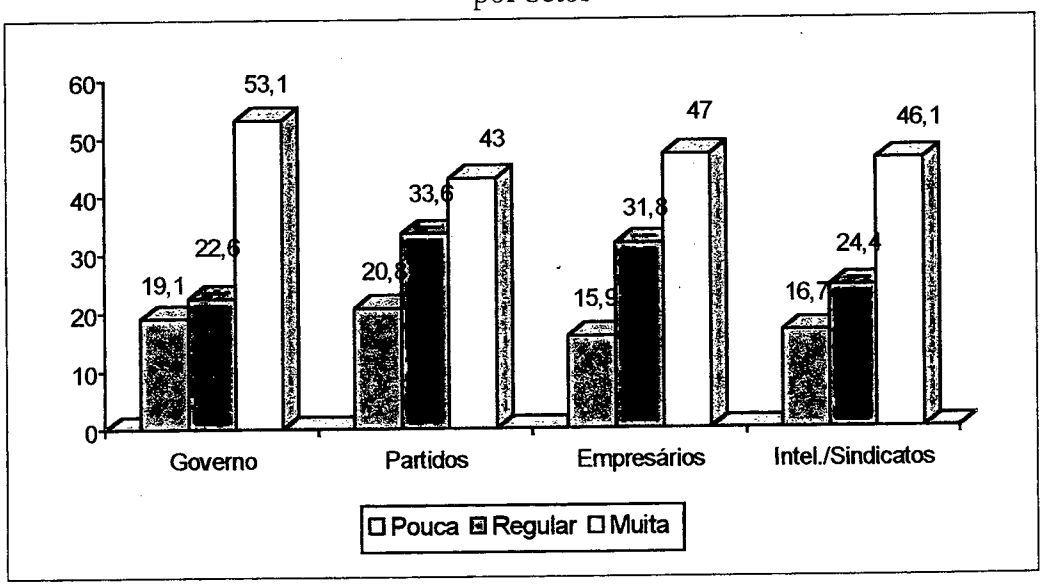
GRÁFICO 4.13
Avaliação dos Entrevistados sobre a Influência do Brasil na OMC em Favor dos Interesses da América Latina
– por País



No que diz respeito à distribuição por setor (gráfico 4.14), mantém-se o padrão da questão relativa ao MERCOSUL. O setor governamental é o que mais percebe uma influência brasileira favorável à América Latina.

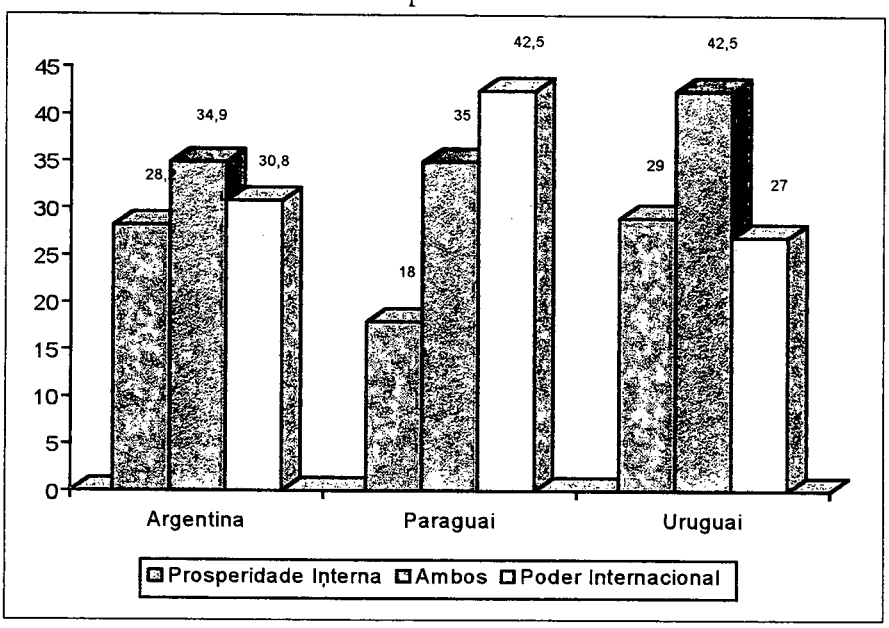
4.2.3 Objetivos da Ação Externa Procurou-se analisar se as elites do MERCOSUL avaliam as ações externas brasileiras como primordialmente direcionadas à busca de resultados que possibilitem a satisfação de objetivos internos, ou seja, a *prosperidade do país*, ou ao objetivo externo de ampliação de seu *poder internacional*. Inegavelmente, há uma percepção generalizada de que a maior parte das ações externas brasileiras tendem a estar direcionadas para o objetivo de ampliação de seu poder internacional. Essa percepção mostra-se, no entanto, com nuances diferenciadas entre os diversos atores avaliados.

GRÁFICO 4.14
Avaliação dos Entrevistados sobre a Influência do Brasil na OMC em Favor dos Interesses da América Latina – por Setor



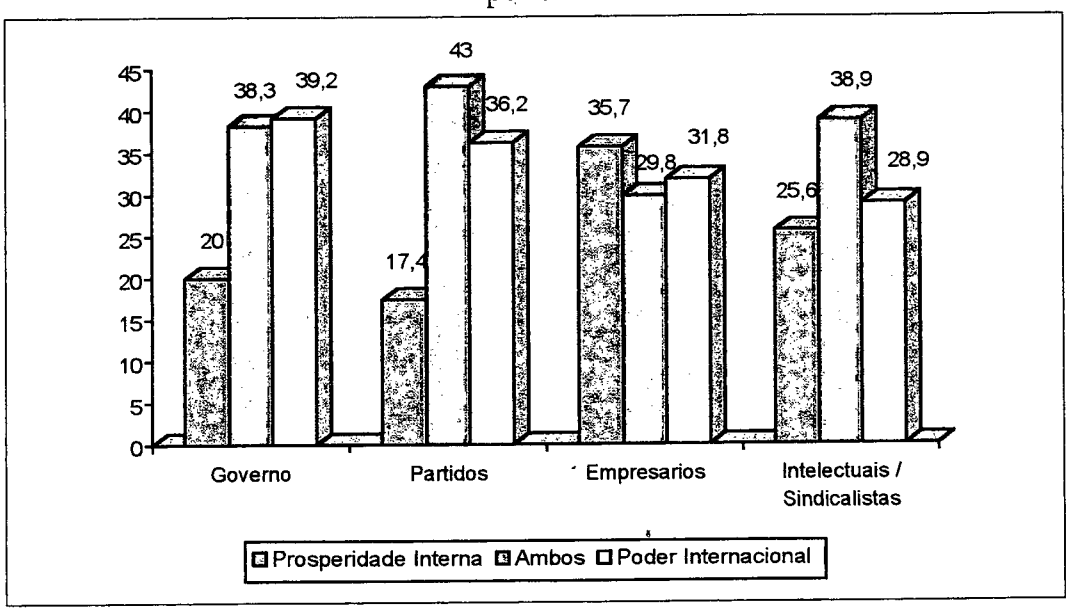
Como podemos verificar no gráfico 4.15, no Uruguai observa-se relativo equilíbrio entre as duas formas de atuação, enquanto, no Paraguai, a principal tendência é considerar que o Brasil está relativamente mais voltado para a ampliação de seu poder externo. Já na Argentina, pode-se igualmente raciocinar com a existência de equilíbrio tendendo mais para a perspectiva de realce do poder internacional, embora em menor medida do que no Paraguai.

GRÁFICO 4.15
Avaliação dos Entrevistados sobre os Objetivos da Atuação Internacional do Brasil
– por País



Entre os diferentes atores sociais, pode-se constatar que os empresários tendem a considerar as atuações brasileiras como dirigidas para o objetivo de prosperidade interna, enquanto os funcionários governamentais posicionam-se mais favoravelmente à percepção de uma racionalidade mais voltada para uma política de poder do que para objetivos desenvolvimentistas. De outro lado, tanto os políticos quanto os intelectuais e sindicalistas visualizam mais equilíbrio entre os dois posicionamentos (ver gráfico 4.16).

GRÁFICO 4.16
Avaliação dos Entrevistados sobre os Objetivos da Atuação Internacional do Brasil
– por Setor



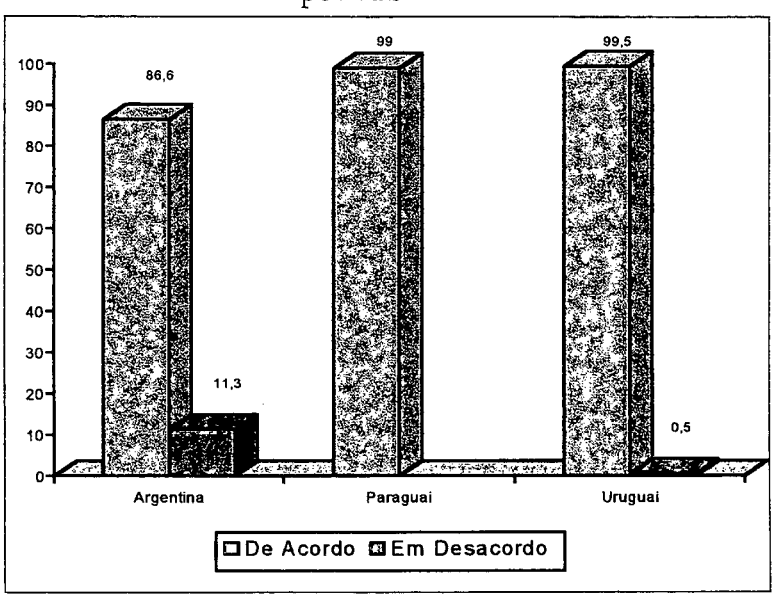
4.3 Liderança Regional e Extra-Regional

4.3.1 Papel Regional do País

As elites entrevistadas nos países analisados demonstram total concordância com a avaliação de que o Brasil é, ao mesmo tempo, potência e liderança regional. Na realidade, não se percebem discordâncias quanto a essa classificação, mas cabe somente realçar que é mais freqüente entre as elites paraguaias e uruguaias do que entre as argentinas.

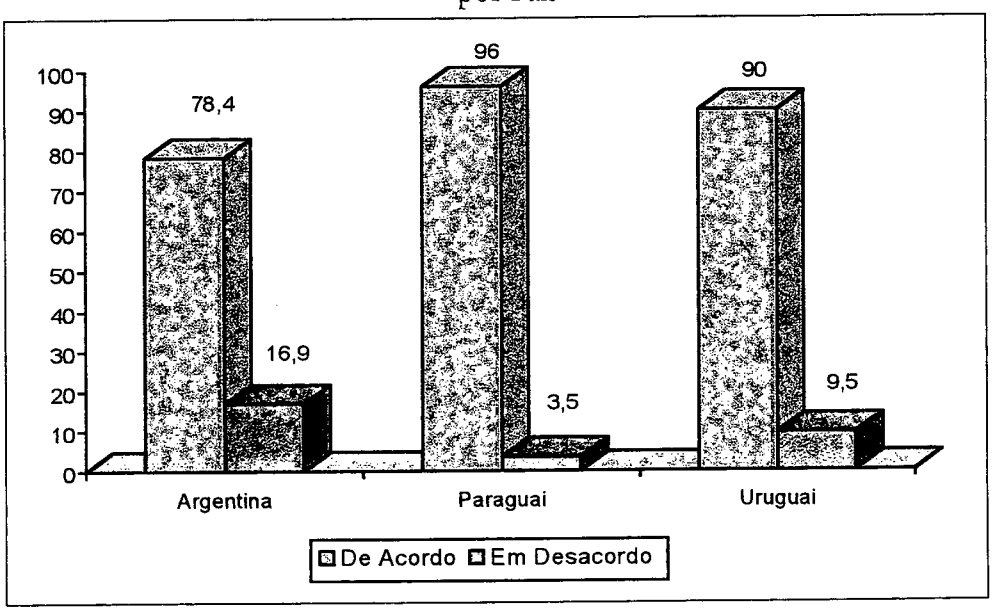
Como se pode ver no gráfico 4.17, as elites argentinas, em seu conjunto, são as que mais discordam de que o Brasil seja potência regional (11,3%), se comparada com as opiniões dos outros dois países.

GRÁFICO 4.17
Avaliação dos Entrevistados sobre a Expressão *Potência Regional* para Caracterizar o Brasil
– por País



O gráfico 4.18, mostra tendência semelhante entre os argentinos, no sentido de discordarem dos demais vizinhos na avaliação do papel de liderança regional do Brasil. Como se vê, 17% das elites argentinas discordam de que a expressão *líder regional* caracterize concretamente o Brasil, contra cerca de 4% dos paraguaios e 10% dos uruguaios.

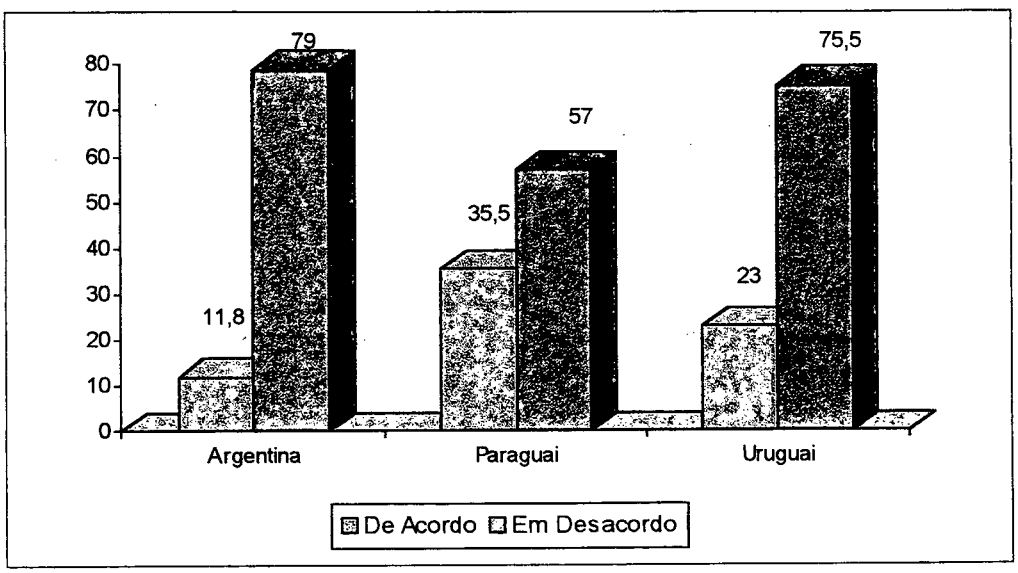
GRÁFICO 4.18
Avaliação dos Entrevistados sobre a Expressão *Líder Regional* para Caracterizar o Brasil
– por País



Pode-se afirmar, portanto, que o reconhecimento do papel de liderança regional do Brasil é consensual entre os nossos parceiros do MERCOSUL, embora com menor intensidade entre os argentinos. Por outro lado, os dados referentes aos diferentes setores da elite mostram resultados análogos e dispensam sua repetição.

Se há o reconhecimento de liderança brasileira no contexto regional, o mesmo não se observa com relação ao contexto internacional. De forma geral, os entrevistados tendem a considerar que o Brasil não detém liderança entre os países do Terceiro Mundo. No caso dos paraguaios, ainda que a maioria (57%) compartilhe essa opinião, uma proporção significativa (36%) atribui, ao Brasil, liderança no Terceiro Mundo. Com relação à liderança brasileira entre os países emergentes, as atitudes da elite do Cone Sul em geral seguem a mesma tendência, sem variação significativa por país ou por setor da elite (ver gráfico 4.19).

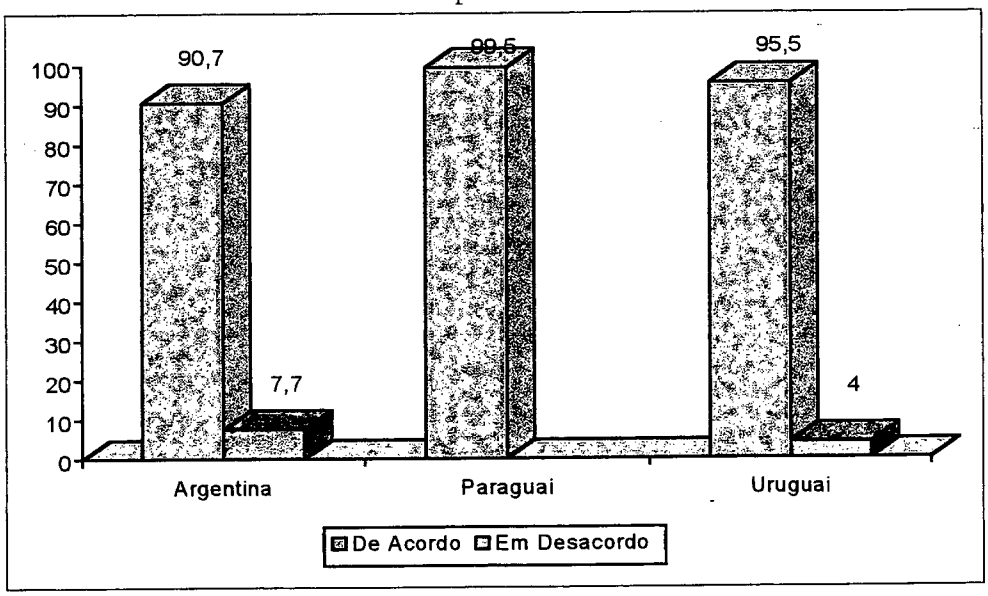
GRÁFICO 4.19
Avaliação dos Entrevistados sobre a Expressão *Líder do Terceiro Mundo* para Caracterizar o Brasil
– por País



4.3.2 Objetivos da Atuação Internacional

Com o objetivo de avaliar a percepção das elites sobre a forma, bem como sobre os objetivos da atuação brasileira no âmbito da América do Sul, aplicou-se uma bateria de perguntas direcionadas a propósitos cooperativos, como a promoção do desenvolvimento econômico regional e a paz regional. Outro conjunto de perguntas visava detectar a percepção de uma atuação brasileira com propósitos especificamente políticos, tais como liderança, hegemonia e mesmo pretensões expansionistas (ver gráfico 4.20).

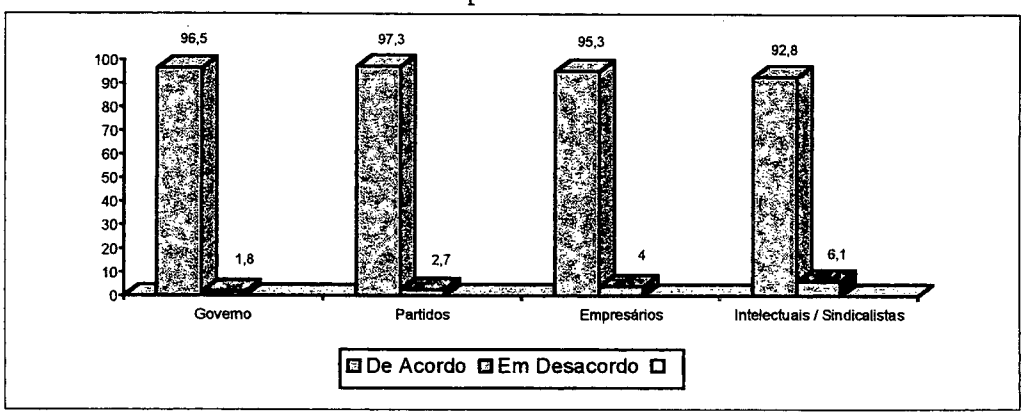
GRÁFICO 4.20
Avaliação dos Entrevistados sobre a Afirmação de que o Brasil Busca Aumentar Liderança Regional
– por País



A quase totalidade dos entrevistados, independentemente do país de origem, acredita que o Brasil tem a intenção de aumentar sua liderança regional no âmbito da América do Sul. Nesse sentido, transparece com clareza o reconhecimento de liderança brasileira na região e, mais do que isso, a percepção de que o Brasil não pretende abrir mão de sua liderança mas, pelo contrário, pauta sua ação regional pelo objetivo de ampliá-la. Esses dados confirmam a tendência, anteriormente mencionada, de perceber que os objetivos da política externa brasileira estão voltados principalmente para a busca de resultados que possibilitem a satisfação de anseios de prosperidade, sem prejuízo da ampliação de poder internacional.

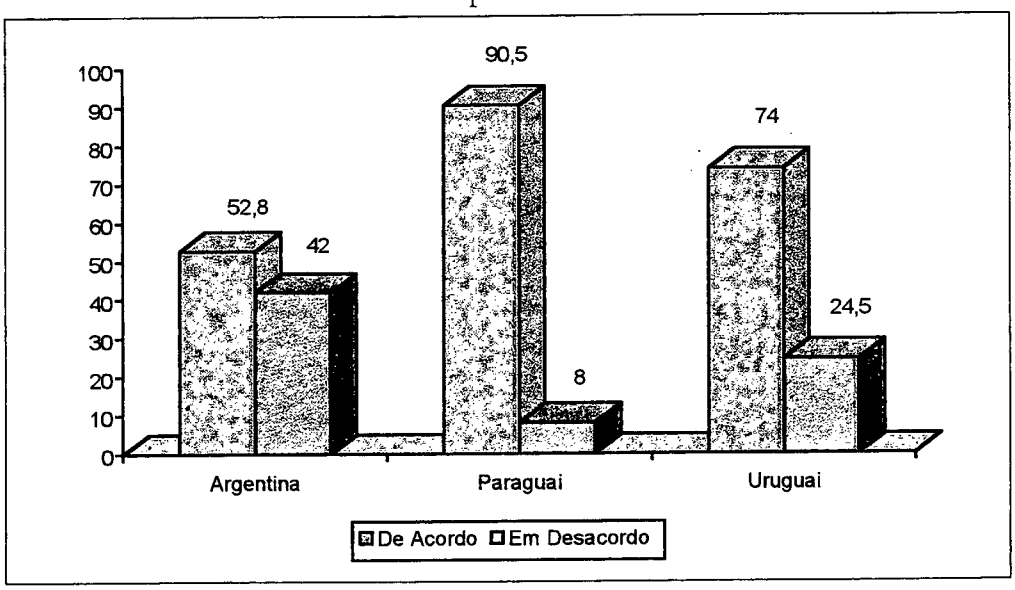
Quando se considera o setor da elite a que pertence o entrevistado, os resultados são análogos e não se nota variação significativa por país (ver gráfico 4.21).

GRÁFICO 4.21
Avaliação dos Entrevistados sobre a Afirmação de que o Brasil Busca Aumentar sua Liderança Regional
– por Setor



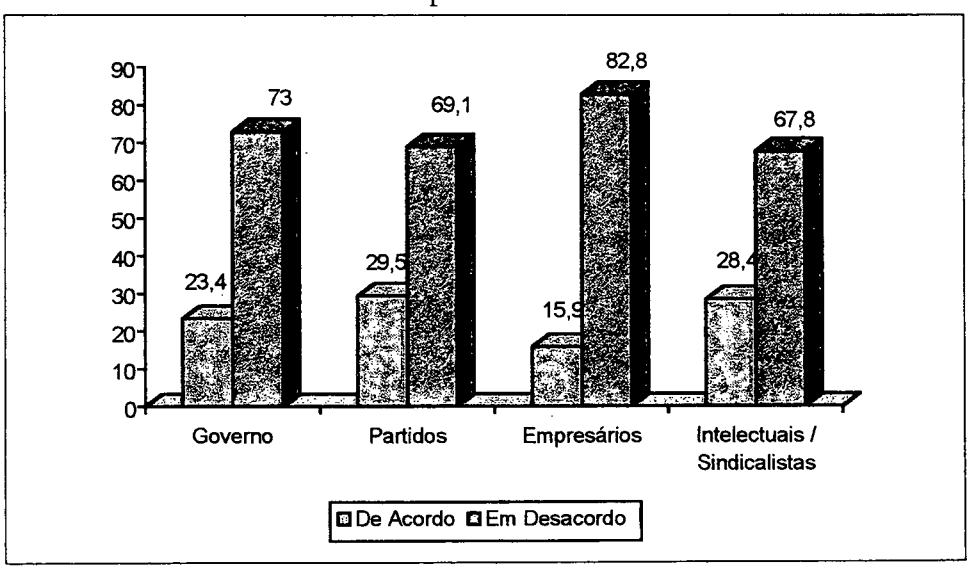
Outra questão relevante a respeito do objetivo brasileiro de ampliar seu poder internacional e sua liderança regional na América do Sul diz respeito à hegemonia regional. A percepção generalizada entre as elites do Cone Sul é de que nossa política externa busca a hegemonia regional: 75% dos entrevistados estão total ou parcialmente de acordo com essa afirmação; proporção que sobe para 90% entre os paraguaios. Note-se, no entanto, de acordo com o gráfico 4.22, que os argentinos mostram-se divididos entre os que atribuem ou não pretensões hegemônicas ao Brasil (as respostas analisadas por setor não apresentam variação significativa, dispensando a repetição).

GRÁFICO 4.22
Avaliação dos Entrevistados sobre a Afirmação de que o Brasil Procura Exercer Hegemonia Regional
– por País



Uma maioria relevante de entrevistados (75% em média) mostra-se contrária à idéia de que o Brasil mantém objetivos expansionistas, de anexação de territórios, em sua política exterior. Apesar da clareza dessa percepção, é importante ressalvar que aproximadamente um quarto dos entrevistados ainda enxerga intenções expansionistas no Brasil, e esse receio encontra-se, ainda que em baixa escala, tendencialmente um pouco mais realçado entre os membros de partidos e entre os intelectuais e sindicalistas. Na avaliação por país não se observam variações significativas (ver gráfico 4.23).

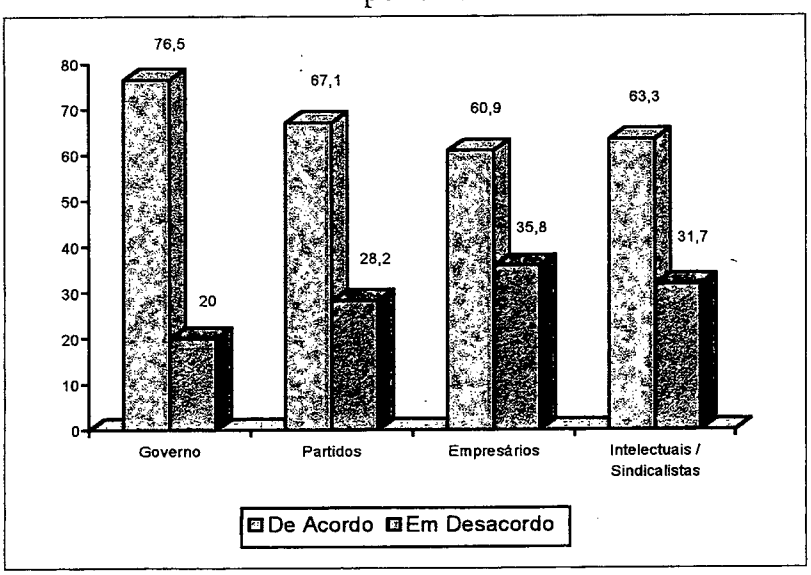
GRÁFICO 4.23
Avaliação dos Entrevistados sobre a Afirmação de que o Brasil Tem Objetivos Expansionistas (Crescimento Territorial) – por Setores



Por outro lado, a percepção geral é de que o Brasil envida esforços para cooperar com o desenvolvimento econômico regional (ver gráfico 4.24). No entanto, se se desagregam as respostas em totalmente de acordo e parcialmente de acordo, a resposta de longe mais freqüente é a dos que estão parcialmente de acordo com a prioridade brasileira para o desenvolvimento regional (52%), enquanto cerca de um terço discordam total ou parcialmente. Isso sugere que essa crença está condicionada a determinadas ressalvas, ou mesmo inquietações sobre a conduta brasileira. Nossa hipótese é de que essas inquietações decorrem da percepção de que o papel externo do Brasil se direciona prioritariamente para objetivos políticos, ou seja, a ampliação de poder internacional ou de liderança regional.

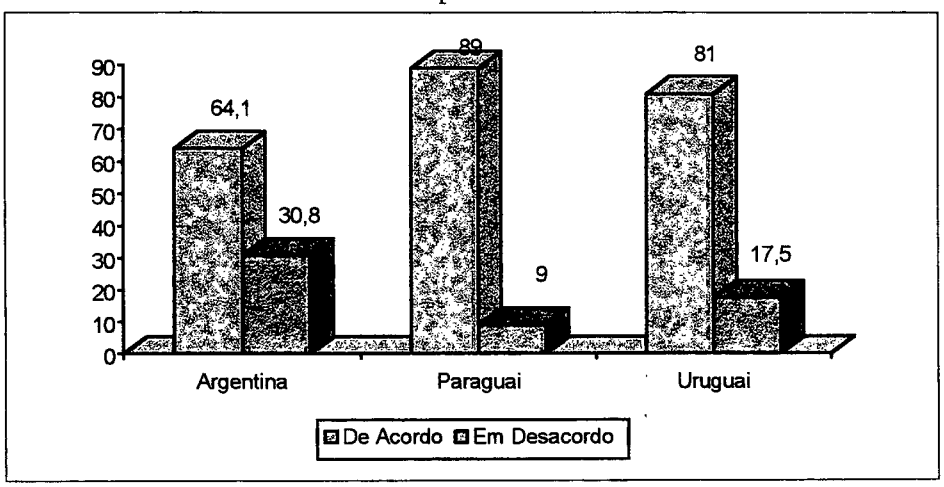
Na comparação por país, não se observam diferenças significativas na distribuição das respostas. Porém, ao se analisar a questão por setores da elite, nota-se uma tendência dos membros do governo de acreditarem mais na intenção do Brasil de cooperar para o desenvolvimento econômico regional, enquanto o segmento empresarial é o que menos acredita nisso (ver gráfico 4.24).

GRÁFICO 4.24
Avaliação dos Entrevistados sobre a Afirmação de que o Brasil Busca Cooperar para o Desenvolvimento Econômico Regional – por Setor



É da mesma natureza a percepção de que o Brasil atua internacionalmente em defesa da promoção da paz entre os diferentes Estados. É interessante observar que, comparativamente, essa tendência é menor na Argentina (ver gráfico 4.25).

GRÁFICO 4.25
Avaliação dos Entrevistados sobre a Afirmação de que o Brasil Busca Cooperar para a Convivência Pacífica entre os Povos – por País

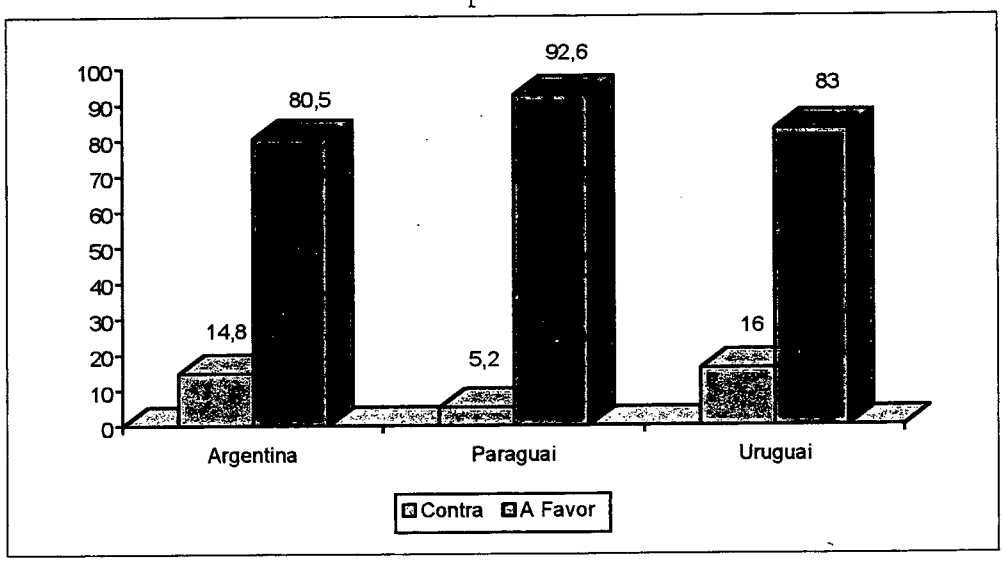


4.3.3 Participação no Conselho de Segurança da ONU

Ao considerar a possibilidade de alguns países serem membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, procurou-se obter informações sobre como as elites de nossos vizinhos do Cone Sul encaram essa possibilidade. Não se observa nenhum grau de oposição significativa à presença de países do MERCOSUL e outros países latino-americanos nesse conselho.

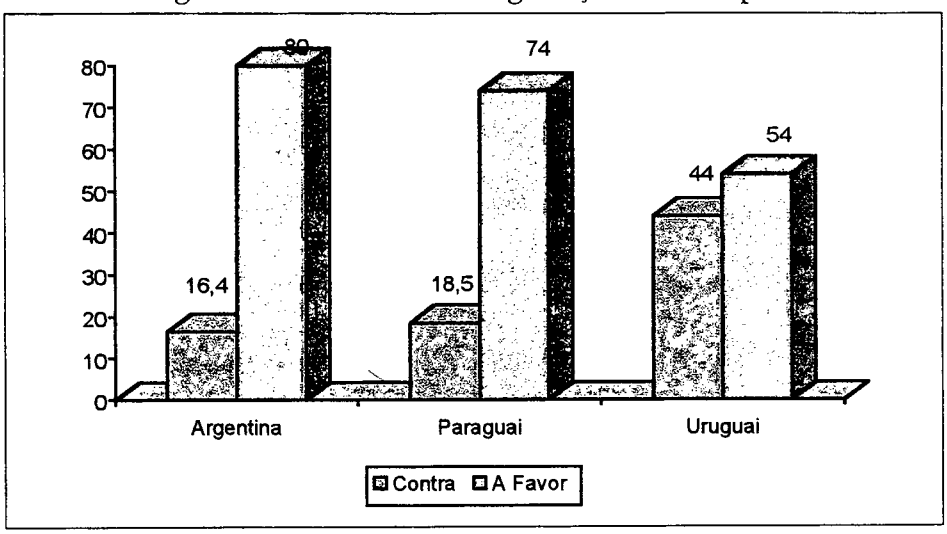
A presença do Brasil aparenta ser bem aceita, qualquer que seja o país ou o setor de elite considerado.

GRÁFICO 4.26
Avaliação dos Entrevistados sobre a Participação do Brasil no Conselho de Segurança da ONU
– por País



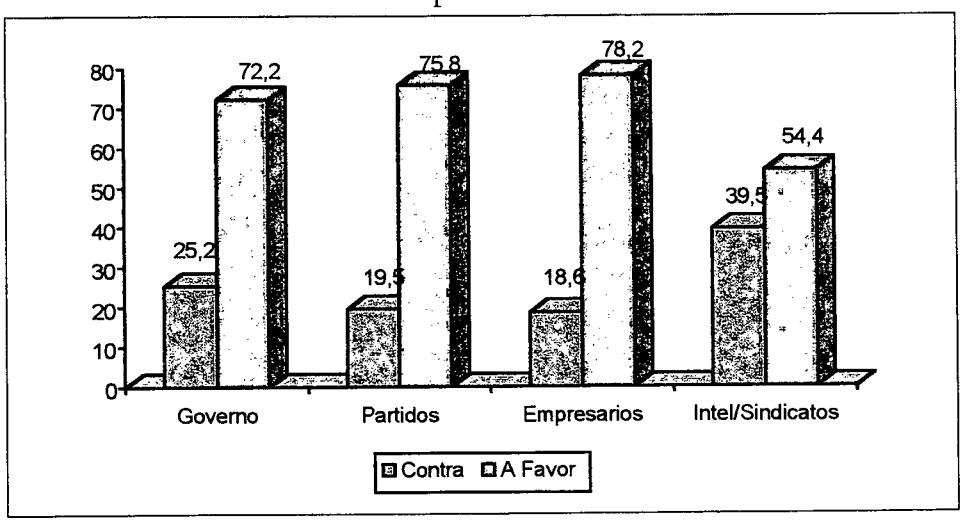
No que tange à possibilidade de a Argentina vir a compor o Conselho de Segurança da ONU em caráter permanente, anota-se maior índice de rejeição no Uruguai, com maior apoio na própria Argentina (ver gráfico 4.27).

GRÁFICO 4.27
Avaliação dos Entrevistados sobre a Participação
da Argentina no Conselho de Segurança da ONU – por País



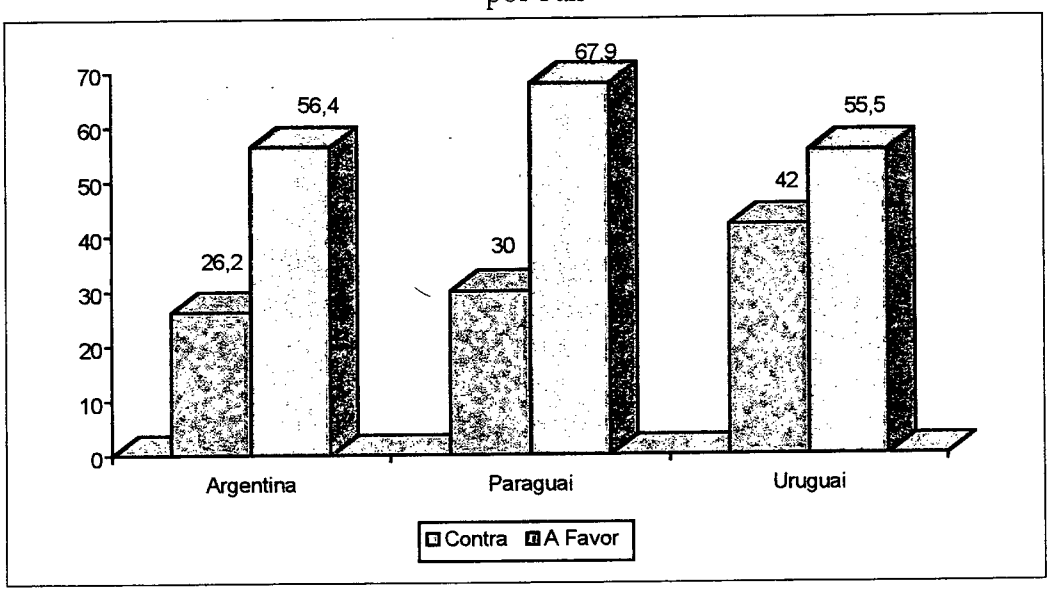
Contudo, se se consideram os diferentes setores da elite do Cone Sul, a única variação significativa ocorre entre os intelectuais e sindicalistas (ver gráfico 4.28).

GRÁFICO 4.28
Avaliação dos Entrevistados sobre a Participação
da Argentina no Conselho de Segurança da ONU
– por Setor



A participação do México, ainda que conte com opinião favorável, mostra-se relativamente bem menos aceita do que a do Brasil e a da Argentina, o que indica a provável preferência por um representante do Cone Sul. Os paraguaios se destacam dos demais, mostrando-se mais favoráveis à presença mexicana do que os demais.

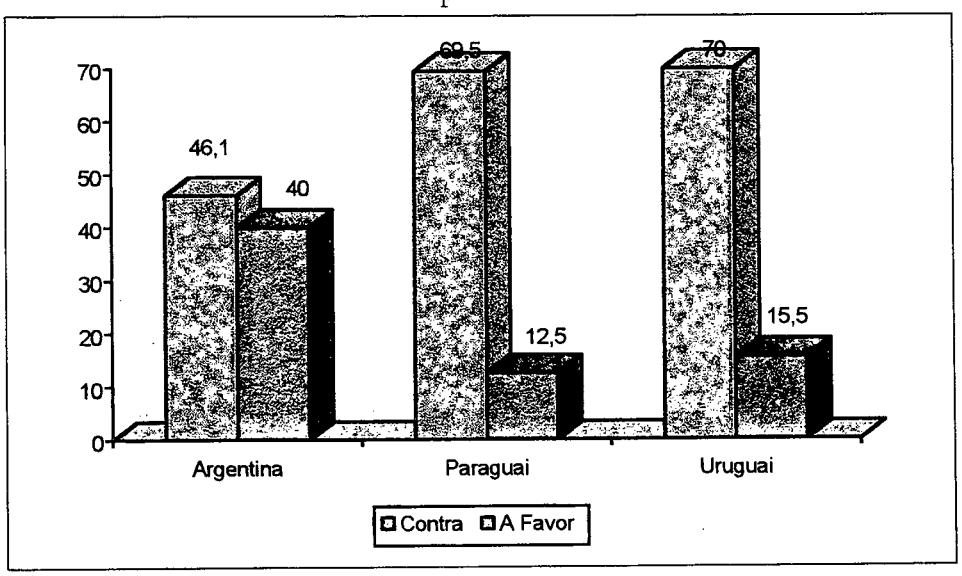
GRÁFICO 4.29
Avaliação dos Entrevistados sobre a Participação do México no Conselho de Segurança da ONU – por País



Procurou-se, igualmente, aferir como as elites do MERCOSUL avaliavam as declarações do governo argentino contrárias à pretensão brasileira de aceder ao Conselho de Segurança.

É interessante observar (ver gráfico 4.30) que somente na Argentina existe divisão entre os que apóiam (40%) e condenam (46%) a declaração do governo argentino, o que permite aventar a hipótese de que as elites argentinas manifestam algum receio quanto ao acesso do Brasil, enquanto as elites dos dois outros países são francamente sucetíveis à atitude do governo argentino. De fato, 70% dos uruguaios e paraguios se posicionaram contra a declaração do governo argentino.

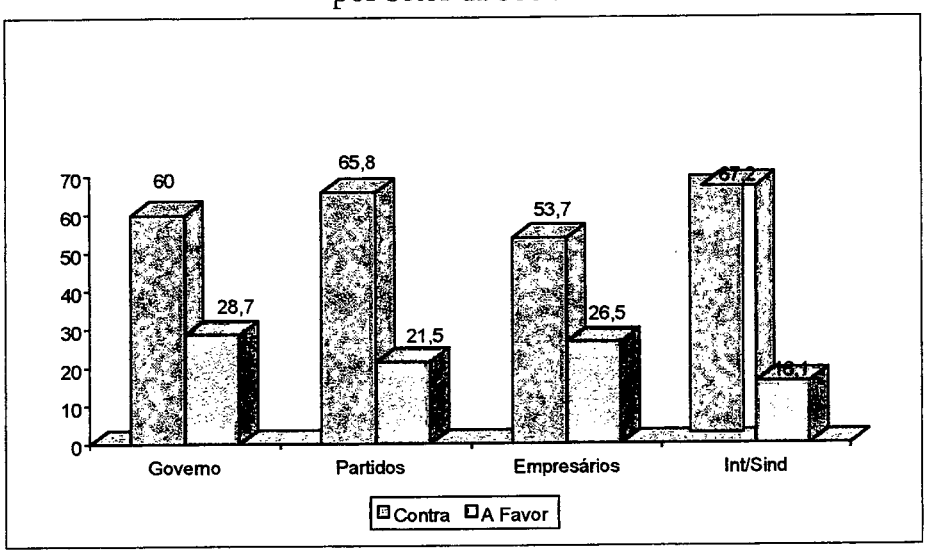
GRÁFICO 4.30
Avaliação dos Entrevistados sobre as Declarações da Argentina contra a Candidatura Brasileira ao Conselho de Segurança da ONU – por País



Quanto aos setores da elite, observa-se tendência semelhante, contrária à crítica argentina às pretensões brasileiras. O gráfico 4.31 mostra que cerca de dois terços dos entrevistados, com exceção dos empresários, desaprova a pretensão assumida pelo governo argentino. Entretanto, cabe notar que pouco mais de um quarto das elites governamentais e empresariais concordam com as restrições feitas ao acesso do Brasil a membro permanente do Conselho de Segurança da ONU.

Esse conjunto de avaliações reforça, consideravelmente, a noção de uma liderança consensual e benigna, cuja atuação é encarada como predominantemente corporativa e em benefício da região.

GRÁFICO 4.31
Avaliação dos Entrevistados sobre as Declarações da Argentina contra a Candidatura Brasileira ao Conselho de Segurança da ONU – por Setor da Sociedade



5 A PERCEPÇÃO DA COMPETITIVIDADE DA ECONOMIA BRASILEIRA POR PAÍS E POR SETORES DA ELITE

Neste capítulo do relatório iremos analisar a percepção dos diversos setores da sociedade, em cada país, sobre a competitividade econômica do Brasil e a atuação das empresas brasileiras de forma geral. O objetivo é analisar, detalhadamente, o comportamento dos setores da elite nos três países, e discernir as influências setoriais para a formação de uma percepção da economia brasileira.

Como vimos, os entrevistados têm imagem positiva sobre o grau de competitividade da economia brasileira. No entanto, essa competitividade baseia-se mais em mão-de-obra abundante e atração de capitais estrangeiros do que em mão-de-

obra qualificada, tecnologia e infra-estrutura. A competitividade dos produtos brasileiros baseia-se mais nos preços do que na qualidade e confiabilidade, e os empresários brasileiros tendem a ser mais protecionistas que os estadunidenses.

De forma geral, os setores governamentais tendem a ser mais otimistas sobre a economia brasileira, ao contrário dos setores da elite civil, que manifestam visão mais pessimista sobre a competitividade brasileira. Na distribuição por país, os argentinos são mais pessimistas e os uruguaios e paraguaios, mais otimistas.

Na maioria dos itens analisados, a percepção dos setores, nos três diferentes países, sobre a economia brasileira é homogênea e sem variações. A avaliação dos entrevistados sobre a capacidade de competir em mão-de-obra barata, estabelecer redes de negócios internacional e promover desenvolvimento tecnológico não apresentou diferenças entre os setores da sociedade em cada país, o que mostra que a visão das elites independe do país de origem.

A capacidade de atração de investimentos externos, que é avaliada positivamente nos três países, não apresenta variações entre os setores da elite. No caso, da elite uruguaia, cuja maioria (70%) respondeu que o Brasil tinha muita capacidade de atrair investimentos, não há associação estatisticamente significativa entre os setores da sociedade. Dessa forma, a percepção dos setores não está vinculada ao país, e representa, assim, uma visão generalizada das condições de competitividade do Brasil.

Os fatores de competitividade da economia brasileira, que são analisados como alto ou mediano, apresentam percepção independente do país, como, por exemplo, no caso das avaliações sobre a capacidade de atração de investimentos, utilização de mão-de-obra barata ou desenvolvimento tecnológico. Entretanto, nos casos em que o desempenho econômico é avaliado negativamente, há divisão entre a percepção dos empresários, que tendem a ser mais pessimistas, e do governo e partidos, que tendem a ser mais otimistas.

A tabela 5.1 mostra claramente essa divisão: de um lado, os empresários uruguaios e paraguaios, que se apresentam pessimistas quanto à competitividade externa do Brasil, e, de outro, os setores do governo e sindicalistas/intelectuais no Paraguai e o setor partidário uruguaio, que avaliam positivamente a capacidade brasileira.

As elites governamental e sindicalista/intelectual paraguaia (48,7% e 50,9%, respectivamente), consideram que o Brasil tem muita capacidade para investir em outros países. Por sua vez, 51,1% dos empresários paraguaios consideram baixa a capacidade brasileira de se expandir externamente, e apenas 14,9% dos empresários a consideram alta.

A elite partidária uruguaia considera alta a capacidade brasileira de investir em outros países, mas os empresários uruguaios mostram-se pessimistas a esse respeito: 39,2% consideram baixa a capacidade de investimento externo do Brasil, enquanto, entre a elite partidária, esse valor cai para 14,6% (ver tabela 5.1).

Diferentemente dos outros países, a elite argentina não apresentou diferenças entre os setores da sociedade.

TABELA 5.1
Avaliação sobre a Capacidade do Brasil para Investir em Outros Países – por País e por Setores da Elite

País	Investir em Outros Países	Setores da Sociedade				Total
		Governo	Partidos	Empresários	Intel./Sind.	
Argentina	Pouca capacidade	28,6	32,0	33,3	24,1	29,3
	Mediana	31,4	32,0	37,5	31,0	33,0
	Muita capacidade	40,0	36,0	29,2	44,8	37,7
	Total (100%)	(35)	(50)	(48)	(58)	(191)
Paraguai	Pouca capacidade	23,1	38,3	51,1	18,9	32,8
	Mediana	28,2	36,2	34,0	30,2	32,3
	Muita capacidade	48,7	25,5	14,9	50,9	34,9
	Total (100%)	(39)	(47)	(47)	(53)	(186)
Uruguai	Pouca capacidade	20,0	14,6	39,2	20,0	23,6
	Mediana	47,5	33,3	33,3	38,3	37,7
	Muita capacidade	32,5	52,1	27,5	41,7	38,7
	Total (100%)	(40)	(48)	(51)	(60)	(199)

Argentina: Chi^2: 3.124 GL: 6 Sig.: 0,793
Paraguai: Chi^2: 22.611 GL: 6 Sig.: 0,001
Uruguai: Chi^2: 13.417 GL: 6 Sig.: 0,037

Outro item avaliado de maneira pessimista é a capacidade do Brasil de oferecer mão-de-obra qualificada, considerada alta por apenas 25% dos entrevistados. Os argentinos tendem a ser críticos quanto à capacidade brasileira neste item: 51% acreditam que é baixa a capacidade brasileira de competir em mão-de-obra qualificada. Já os paraguaios e os uruguaios tenderam a avaliar como mediana essa capacidade do Brasil.

Analisando-se a competitividade da mão-de-obra brasileira por setores da elite em cada país, pode-se observar que há diluição da percepção das elites, e associações estatisticamente significativas não foram apresentadas na maioria das situações.

Na tabela 5.2 pode-se observar que a elite partidária argentina mostra-se mais pessimista quanto à capacidade brasileira de competir em mão-de-obra qualificada: para 65% da elite partidária argentina, o Brasil pouco compete nessa área (RA=2,3). Por sua vez, a elite partidária no Paraguai e Uruguai, 14,6% e 28,6%, respectivamente, avaliam como baixa a competitividade brasileira em termos de mão-de-obra qualificada.

Por outro lado, entre a elite argentina, os membros do governo mostram-se mais otimistas quanto à competitividade brasileira nessa área: 18,2% a avaliam positivamente, enquanto apenas 8,2% dos membros dos partidos na Argentina consideram que o Brasil pode competir em termos de mão-de-obra qualificada.

Para grande parcela dos uruguaios (47,2%), o Brasil possui capacidade relativa para competir no mercado de trabalho mais qualificado; entre a elite governamental esse percentual sobe para 69,2% (RA=3,1) (ver tabela 5.2). Os demais setores uruguaios não apresentaram variações quanto à percepção da economia brasileira nesse item.

TABELA 5.2
Avaliação sobre a Competitividade Brasileira em Mão-de-Obra Qualificada – por País e por Setores da Elite

País	Mão-de-Obra Qualificada	Setores da Elite				Total
		Governo	Partidos	Empresários	Intel./Sind.	
Argentina	Pouca capacidade	42,4	65,3	46,0	49,1	51,3
	Mediana	36,4	26,5	40,0	36,8	34,9
	Muita capacidade	18,2	8,2	14,0	14,0	13,2
	Total (100%)	(33)	(49)	(50)	(57)	(189)
Paraguai	Pouca capacidade	22,5	14,6	26,0	11,7	18,2
	Mediana	42,5	52,1	52,0	50,0	49,5
	Muita capacidade	35,0	33,3	22,0	38,3	32,3
	Total (100%)	(40)	(48)	(50)	(60)	(198)
Uruguai	Pouca capacidade	20,5	28,6	35,3	33,3	30,2
	Mediana	69,2	38,8	45,1	41,7	47,2
	Muita capacidade	10,3	32,7	19,6	25,0	22,6
	Total (100%)	(39)	(49)	(51)	(60)	(199)

Argentina: Chi^2: 10,438 GL:9 Sig.: 0,313
Paraguai: Chi^2: 6,783 GL: 6 Sig.: 0,341
Uruguai: Chi^2: 12,244 GL: 6 Sig.: 0,057

A avaliação sobre a capacidade do Brasil de competir nos setores de infra-estrutura (transporte, energia e comunicações) foi bastante homogênea entre os setores da sociedade em cada país, e, exceto no caso da elite uruguaia, observou-se na avaliação variação do grau de competitividade do setor de transportes brasileiro.

Nesse caso, observa-se distinção entre as opiniões dos empresários, dos sindicalistas/intelectuais e dos partidos: para 26% dos empresários uruguaios, o Brasil compete pouco na área de transportes, mas, para 67% da elite partidária, o país possui muita capacidade. Entre os sindicalistas/intelectuais, 44,6% avaliam como mediana a competitividade do Brasil nessa área. Entre os argentinos e paraguaios, não há diferenças entre os setores da elite (ver tabela 5.3).

TABELA 5.3
Avaliação da Competitividade Brasileira em Infra-Estrutura de Transportes – por País e por Setores da Elite

País	Infra-Estrutura de Transporte	Setores da Elite				Total
		Governo	Partidos	Empresários	Intel./Sind.	
Argentina	Pouca capacidade	12,1	8,3	17,4	30,4	18,0
	Mediana	24,2	37,5	39,1	30,4	33,3
	Muita capacidade	63,6	54,2	43,5	39,3	48,6
	Total (100%)	(33)	(48)	(46)	(56)	(183)
Paraguai	Pouca capacidade	0,0	0,0	2,0	0,0	0,5
	Mediana	41,0	43,8	34,0	26,7	35,5
	Muita capacidade	59,0	56,3	64,0	73,3	64,0
	Total (100%)	(39)	(48)	(50)	(60)	(197)
Uruguai	Pouca capacidade	5,3	16,3	26,0	10,7	15,0
	Mediana	42,1	16,3	24,0	44,6	31,6
	Muita capacidade	52,6	67,3	50,0	44,6	53,4
	Total (100%)	(39)	(49)	(51)	(60)	(199)

Argentina: Chi^2: 12,639 GL:6 Sig.: 0,049
Paraguai: Chi^2: 6,966 GL: 6 Sig.: 0,324
Uruguai: Chi^2: 18,740 GL: 6 Sig.: 0,005

De maneira geral, os resultados indicam que a percepção dos setores da sociedade tende a ser consensual quando o Brasil é considerado altamente competitivo em algum aspecto. Nas situações em que o Brasil tende a ser avaliado com baixa capacidade competitiva, apareceram diferenças entres os setores da elite.

Nas duas situações em que a capacidade da economia brasileira foi avaliada como baixa, observam-se diferenças entre os setores da elite em cada país, e os empresários são colocados de um lado e o restante de outro.

5.1 Os Produtos Brasileiros na Percepção dos Setores da Elite de Cada País

As elites da Argentina, Uruguai e Paraguai avaliaram os produtos brasileiros em termos de qualidade, apresentação/estética, confiança na marca, distribuição, competição em preços e divulgação/propaganda. Os entrevistados foram levados a dar opiniões sobre os produtos, e compará-los com outros produtos importados que conhecessem.

Na maioria dos itens, não há diferenças entre os setores da elite no Uruguai e no Paraguai. No caso da Argentina, a elite partidária tende a ser crítica na sua avaliação sobre os produtos brasileiros quando se compara com os demais setores.

O padrão pessimista da elite partidária argentina pode ser observado na tabela 5.4, na qual os produtos são avaliados em termos de preços: para 20,8% (RA=2,5) da elite partidária argentina, os produtos brasileiros são muito piores do que outros produtos similares, mas entre os sindicalistas/intelectuais argentinos, apenas 5,4% consideram que os produtos brasileiros têm preços piores.

Entre os empresários paraguaios, 46% responderam que os preços dos produtos brasileiros não são nem piores, nem melhores que os demais produtos que eles conhecem, enquanto, entre os empresários uruguaios, 15,1% avaliaram os produtos brasileiros como piores do que outros (ver tabela 5.4).

Com relação à avaliação sobre os preços dos produtos brasileiros, observa-se que a percepção dos entrevistados independe do país de origem, e, no caso em que está associada a um setor específico da elite, essa associação se apresenta difusa.

TABELA 5.4
Avaliação dos Produtos Brasileiros em Termos de Preços – por País e por Setores da Elite

País	Produtos Brasileiros em Termos de Preços	Setores da Elite				Total
		Governo	Partidos	Empresários	Intel./Sind.	
Argentina	Muito pior	11,8	20,8	8,0	5,4	11,2
	Nem pior, nem melhor	29,4	37,5	42,0	32,1	35,6
	Muito melhor	58,8	41,7	50,0	62,5	53,2
	Total (100%)	(34)	(48)	(50)	(56)	(188)
Paraguai	Muito pior	0,0	0,0	2,0	3,4	1,5
	Nem pior, nem melhor	30,0	24,5	46,0	25,9	31,5
	Muito melhor	70,0	75,5	52,0	70,7	67,0
	Total (100%)	(40)	(49)	(50)	(58)	(197)
Uruguai	Muito pior	5,1	8,5	15,7	5,3	8,8
	Nem pior, nem melhor	25,6	27,7	23,5	28,1	26,3
	Muito melhor	69,2	63,8	60,8	66,7	64,9
	Total (100%)	(39)	(47)	(51)	(57)	(194)

Argentina: Chi^2: 9,753 GL: 6 Sig.: 0,135
Paraguai: Chi^2: 9,942 GL: 6 Sig.: 0,127
Uruguai: Chi^2: 4,715 GL: 6 Sig.: 0,581

5.2 Competitividade e o Desempenho das Empresas Brasileiras

Os entrevistados avaliaram a atuação e a estrutura das empresas brasileiras em diversos aspectos. As empresas brasileiras são avaliadas positivamente na sua capacidade de iniciativa (78,8%), agressividade comercial (83,1%), capacidade tecnológica (46,1%) e organização moderna (44,7%). Entretanto, são avaliadas negativamente no que se refere à honestidade (17,9%), qualificação de mão-de-obra (16,1%), pontualidade em cumprir os compromissos (24,3%) e respeito a contratos (26,9%).

A avaliação sobre o grau de iniciativa das empresas brasileiras é independente do país de origem dos entrevistados, e não apresenta, tampouco, variações entre

os setores da elite. A exceção se refere à avaliação da elite partidária na Argentina, da qual 45,7% avaliaram como mediana a capacidade de iniciativa das empresas brasileiras. Deve-se observar que não há variações estatisticamente significativas entre as elites do Paraguai e do Uruguai (ver tabela 5.5).

TABELA 5.5
Avaliação sobre a Capacidade de Iniciativa das Empresas Brasileiras – por País e por Setores da Elite

País	Capacidade de Iniciativa	Setores da Elite				Total
		Governo	Partidos	Empresários	Intel./Sind.	
Argentina	Baixa	3,0	4,3	4,7	2,1	3,5
	Nem baixa, nem alta	27,3	45,7	20,9	22,9	29,4
	Alta	69,7	50,0	74,4	75,0	67,1
	Total (100%)	(33)	(46)	(43)	(48)	(170)
Paraguai	Baixa	0,0	2,2	0,0	0,0	0,5
	Nem baixa, nem alta	18,9	11,1	12,0	20,8	15,7
	Alta	81,1	86,7	88,0	79,2	83,8
	Total (100%)	(37)	(45)	(50)	(53)	(185)
Uruguai	Baixa	0,0	0,0	2,0	3,4	1,5
	Nem baixa, nem alta	10,5	12,5	17,6	15,5	14,4
	Alta	89,5	87,5	80,4	81,0	84,1
	Total (100%)	(38)	(48)	(51)	(58)	(195)

Argentina: Chi^2: 9,294 GL: 6 Sig.: 0,158
Paraguai: Chi^2: 5,574 GL: 6 Sig.: 0,473
Uruguai: Chi^2: 4,044 GL: 6 Sig.: 0,671

A honestidade das empresas brasileiras é considerada mediana pela elite dos três países, e soma 50,7% na Argentina, 56% no Paraguai e 54,3% no Uruguai.

Na tabela 5.6, nota-se que o grau de honestidade e lealdade das empresas brasileiras é considerado alto por 44% da elite partidária no Paraguai, contra apenas 24,8% do total dos paraguaios. Para 46,9% dos empresários uruguaios, o grau de honestidade dos empresários brasileiros é considerado baixo. Os argentinos não apresentaram variações entre os setores da sociedade.

TABELA 5.6
Avaliação sobre o Grau de Honestidade e Lealdade das Empresas Brasileiras – por País e por Setores da Elite

(Em porcentagem)

País	Grau de Honestidade	Setores da Elite				Total
		Governo	Partidos	Empresários	Intel./Sind.	
Argentina	Baixa	17,2	33,3	42,9	29,3	31,8
	Nem baixa, nem alta	55,2	61,1	33,3	56,1	50,7
	Alta	27,6	5,6	23,8	14,6	17,6
	Total (100%)	(29)	(36)	(42)	(41)	(148)
Paraguai	Baixa	8,0	28,0	18,0	19,5	18,4
	Nem baixa, nem alta	68,0	28,0	64,0	58,5	56,7
	Alta	24,0	44,0	18,0	22,0	24,8
	Total (100%)	(25)	(25)	(50)	(41)	(141)
Uruguai	Baixa	25,0	29,5	46,9	27,3	32,9
	Nem baixa, nem alta	55,6	54,5	49,0	59,1	54,3
	Alta	19,4	15,9	4,1	13,6	12,7
	Total (100%)	(36)	(44)	(49)	(44)	(173)

Argentina: Chi^2: 13,028 GL: 6 Sig.: 0,043
Paraguai: Chi^2: 12,218 GL: 6 Sig.: 0,057
Uruguai: Chi^2: 9,174 GL: 6 Sig.: 0,164

A pontualidade nos compromissos firmados é um ponto importante para se avaliar o grau de credibilidade das empresas junto aos consumidores. Na avaliação das elites dos países vizinhos, as empresas brasileiras podem ser classificadas como medianas nesse ponto. Os argentinos e uruguaios tendem a ser mais críticos e os paraguaios, mais otimistas quanto à atuação das empresas brasileiras: 24,5% dos argentinos e 30,7% dos uruguaios avaliam como baixa a pontualidade brasileira, enquanto 38,5% dos paraguaios a consideram alta.

Entre os paraguaios, o setor empresarial tende a ser mais cético na sua avaliação sobre a capacidade das empresas brasileiras de serem pontuais nos compromissos estabelecidos: 68,8% dos empresários paraguaios avaliam como mediana a pontualidade das empresas. Por outro lado, o setor governamental uruguaio considera as empresas bastante pontuais nos compromissos firmados: 50% avaliam como alta a pontualidade das empresas brasileiras, enquanto, entre os empresários, esse valor cai para 22,9%.

O pessimismo dos empresários também pode ser observado na elite uruguaia: enquanto 46,3% dos empresários consideram baixo o desempenho das empresas brasileiras nesse setor, os demais setores o avaliam como mediano.

Entre os argentinos, a oposição ocorre entre os setores do governo e os intelectuais/sindicalistas. Enquanto 33,3% do governo consideram alta a pontualidade das empresas, 64% dos sindicalistas/intelectuais a avaliam como nem baixa, nem alta.

De maneira geral, os setores da sociedade civil, tanto empresários quanto intelectuais/sindicalistas, são mais céticos e críticos em suas avaliações quanto à atuação das empresas brasileiras, quando comparados com a avaliação dos setores políticos.

TABELA 5.7
Avaliação sobre a Pontualidade das Empresas Brasileiras no Cumprimento dos Compromissos – por País e por Setores da Elite

País	Pontualidade das Empresas	Setores da Elite				Total
		Governo	Partidos	Empresários	Intel./Sind.	
Argentina	Baixa	14,8	24,2	34,1	20,5	24,5
	Nem baixa, nem alta	51,9	54,5	47,7	64,1	54,5
	Alta	33,3	21,2	18,2	15,4	21,0
	Total (100%)	(27)	(33)	(44)	(39)	(143)
Paraguai	Baixa	4,5	0,0	8,3	11,4	6,9
	Nem baixa, nem alta	45,5	52,0	68,8	42,9	54,6
	Alta	50,0	48,0	22,9	45,7	38,5
	Total (100%)	(22)	(25)	(48)	(35)	(130)
Uruguai	Baixa	24,2	23,3	46,9	23,7	30,7
	Nem baixa, nem alta	48,5	62,8	49,0	52,6	53,4
	Alta	27,3	14,0	4,1	23,7	16,0
	Total (100%)	(33)	(43)	(49)	(38)	(163)

Argentina: Chi^2: 13,028 GL: 6Sig.: 0,348
Paraguai: Chi^2: 12,218 GL: 6 Sig.: 0,090
Uruguai: Chi^2: 9,174 GL: 6 Sig.: 0,016

Outro fator que envolve a credibilidade das empresas brasileiras é o respeito aos contratos estabelecidos. Nesse caso, nota-se novamente pessimismo maior dos setores da sociedade civil, principalmente dos empresários, em contraposição à avaliação dos setores políticos.

Os empresários dos três países têm posições diferenciadas a esse respeito. Os empresários argentinos e uruguaios são mais desconfiados que os empresários paraguaios, que confiam medianamente.

As elites governamentais e empresariais no Uruguai e na Argentina também têm opiniões opostas sobre a competitividade das empresas brasileiras: os setores governamentais, nos dois países, demonstraram maior confiança nas empre-

sas brasileiras, enquanto os setores empresariais mostraram maior desconfiança do comportamento de nossas empresas.

Os empresários argentinos acham que as empresas brasileiras respeitam pouco os contratos. Ao contrário, 41,4% dos políticos avaliam como alto o respeito brasileiro ao cumprimento de contratos. A opinião dos uruguaios segue a mesma direção: 47% dos empresários consideram que as empresas não respeitam os contratos, enquanto 33,3% dos políticos do governo avaliam que as empresas cumprem os contratos.

A maioria dos empresários paraguaios (69,4%) avalia como mediano o respeito brasileiro aos contratos. No entanto, ao comparar a posição dos empresários com a do governo, nota-se que os primeiros também são menos otimistas quanto à atuação da empresa brasileira: 53,4% da elite governamental avaliam como alta a capacidade brasileira, mas entre os empresários essa porcentagem cai para 22,4%.

TABELA 5.8
Avaliação sobre o Respeito das Empresas Brasileiras com Relação aos Contratos – por País e por Setores da Elite

País	Respeito aos Contratos	Setores da Elite				Total
		Governo	Partidos	Empresários	Intel./Sind.	
Argentina	Baixa	6,9	22,6	40,5	23,7	25,0
	Nem baixa, nem alta	51,7	58,1	33,3	55,3	48,6
	Alta	41,4	19,4	26,2	21,1	26,4
	Total (100%)	(29)	(31)	(42)	(38)	(140)
Paraguai	Baixa	3,8	8,0	8,2	12,5	8,6
	Nem baixa, nem alta	42,3	44,0	69,4	42,5	52,1
	Alta	53,8	48,0	22,4	45,0	52,1
	Total (100%)	(26)	(25)	(49)	(40)	(140)
Uruguai	Baixa	21,2	34,1	47,1	21,1	32,5
	Nem baixa, nem alta	45,5	54,4	47,1	55,3	50,6
	Alta	33,3	11,4	5,9	23,7	16,9
	Total (100%)	(33)	(44)	(51)	(38)	(166)

Argentina: Chi^2: 13,028 GL: 6 Sig.: 0,026
Paraguai: Chi^2: 12,218 GL: 6 Sig.: 0,075
Uruguai: Chi^2: 9,174 GL: 6 Sig.: 0,007

A avaliação sobre o comportamento das empresas brasileiras tende a distinguir a percepção dos empresários da dos demais setores, independentemente do país. Quando se analisa a estrutura das empresas brasileiras, ocorre diluição da percepção nos setores da sociedade. Isso pode ser observado na tabela 5.9. Os entrevistados avaliam a capacidade tecnológica das empresas brasileiras como mediana a baixa.

Analisando-se por país, observa-se que a elite partidária na Argentina avalia como baixa a capacidade brasileira: 21,3% consideram que as empresas brasileiras possuem pouca capacidade tecnológica, mas, entre os sindicalistas/intelectuais, 59,2% acham, ao contrário, que as empresas têm alta capacidade tecnológica.

Os sindicalistas e intelectuais paraguaios também são bastante otimistas com relação à capacidade tecnológica da empresa brasileira: a metade avalia como alta a competitividade tecnológica das empresas do Brasil, mas, entre os empresários paraguaios, apenas 24,5% pensam da mesma forma.

TABELA 5.9
Competitividade Tecnológica das Empresas Brasileiras – por País e por Setores da Elite

País	Competitividade Tecnológica	Setores da Elite				Total
		Governo	Partidos	Empresários	Intel./Sind.	
Argentina	Baixa	0,0	21,3	11,4	6,1	10,5
	Nem baixa, nem alta	46,9	48,9	45,5	34,7	43,6
	Alta	53,1	29,8	43,2	59,2	45,9
	Total (100%)	(32)	(47)	(44)	(49)	(172)
Paraguai	Baixa	17,9	10,6	16,3	5,2	11,9
	Nem baixa, nem alta	48,7	44,7	59,2	44,8	49,2
	Alta	33,3	44,7	24,5	50,0	38,9
	Total (100%)	(39)	(47)	(49)	(58)	(193)
Uruguai	Baixa	0,0	8,3	5,9	0,0	3,6
	Nem baixa, nem alta	46,2	33,3	43,1	49,2	43,1
	Alta	53,8	58,3	51,0	50,8	53,3
	Total (100%)	(39)	(48)	(51)	(59)	(197)

Argentina Chi^2: 15,801 GL6 Sig.: 0,015
Paraguai: Chi^2: 10,855 GL: 6 Sig.: 0,093
Uruguai: Chi^2: 9,342 GL: 6 Sig.: 0,115

A competitividade das empresas brasileiras é vista como razoável, tanto no aspecto tecnológico quanto na qualidade da mão-de-obra. No que se refere à qualidade da mão-de-obra, os argentinos a vêem como baixa (54,7%) e os paraguaios e uruguaios, como mediana (61,5% e 52,4%, respectivamente). Exceto nos casos dos empresários uruguaios e paraguaios, existem poucas variações entre os setores da elite de cada país.

A qualidade da mão-de-obra contratada pelas empresas brasileiras é considerada baixa pelos empresários paraguaios: 36% desse grupo responderam que a mão-de-obra utilizada na indústria brasileira é pouco qualificada. Entre os intelectuais e sindicalistas, esse percentual cai para 10% (ver tabela 5.10).

Por sua vez, os empresários uruguaios se apresentam mais reticentes quanto ao grau de qualificação da mão-de-obra brasileira: 72% acham que a qualidade da mão-de-obra na indústria é mediana; entre a elite partidária uruguaia, 39,6% acham o mesmo (ver tabela 5.10).

Assim, a variação significativa é entre países. Entre setores da elite, quando ocorre, é apenas para distinguir a percepção dos empresários uruguaios e paraguaios entre si e com relação aos demais.

TABELA 5.10
Avaliação sobre a Qualificação da Mão-de-Obra – por País e por Setores da Elite

País	Qualificação da Mão-de-Obra	Setores da Elite				Total
		Governo	Partidos	Empresários	Intel./Sind.	
Argentina	Baixa	58,1	65,2	53,3	43,8	54,7
	Nem baixa, nem alta	29,0	26,1	37,8	39,6	33,5
	Alta	12,9	8,7	8,9	16,7	11,8
	Total (100%)	(31)	(46)	(45)	(48)	(170)
Paraguai	Baixa	18,4	12,8	36,0	10,0	19,0
	Nem baixa, nem alta	60,5	68,1	52,0	65,0	61,5
	Alta	21,1	19,1	12,0	25,0	19,5
	Total (100%)	(38)	(47)	(50)	(60)	(195)
Uruguai	Baixa	23,1	39,6	26,0	32,8	30,8
	Nem baixa, nem alta	56,4	39,6	72,0	44,8	52,8
	Alta	20,5	20,8	20,0	22,4	16,4
	Total (100%)	(39)	(48)	(50)	(58)	(195)

Argentina: Chi^2: 5,475 GL: 6 Sig.: 0,485
Paraguai: Chi^2: 14,761 GL: 6 Sig.: 0,022
Uruguai: Chi^2: 16,850 GL: 6 Sig.: 0,010

A elite partidária argentina mostra-se mais crítica com relação aos produtos brasileiros; o mesmo senso crítico se manifesta nos empresários paraguaios e uruguaios, mas com menor ênfase. Quando as empresas brasileiras são avaliadas, os empresários dos três países destacam-se no pessimismo com relação aos demais setores da elite. No outro extremo estão os políticos ligados ao setor governamental, que tendem a avaliar como alta a capacidade das empresas na sua estrutura e administração.

Analisaremos, a seguir, a percepção dos países membros do MERCOSUL sobre o comportamento dos empresários brasileiros e iremos compará-los aos estadunidenses. As questões enunciadas dizem respeito ao grau de risco da competição, de práticas desleais e de maior ou menor protecionismo.

O que se observa é que, para os entrevistados, de forma geral, os empresários brasileiros são mais protecionistas que os dos EUA (80,4%) e nem mais, nem menos desleais (61,4%). Com relação ao risco que as empresas brasileiras podem trazer, não há unanimidade entre os entrevistados, dos quais 33,4%, acham que há muito risco; 33,2%, que o risco não é muito, nem pouco; e 33,4%, que é maior o risco das empresas brasileiras do que das estadunidenses.

Os testes estatísticos indicaram que não há variações significativas entre as percepções de maior protecionismo e deslealdade das empresas brasileiras entre os setores da elite de cada país. Isso significa que as variações ocorrem entre países e que, em cada país, há relativo consenso entre os diferentes setores da elite.

Quanto à percepção sobre o grau de risco representado pelas empresas brasileiras, nota-se que os sindicalistas/intelectuais uruguaios tendem a considerá-lo menor, ao contrário dos empresários, que acham que as empresas brasileiras provocam maiores riscos. Para 45% dos sindicalistas/intelectuais, as empresas brasileiras representam menor risco que as dos EUA, enquanto 64% dos empresários acham que representam maiores riscos (ver tabela 5.11).

Nos demais setores não se observam variações estatisticamente significativas.

TABELA 5.11
Grau de Risco das Empresas Brasileiras Comparado com o das Empresas dos EUA – por País e por Setores da Elite

País	Grau de Risco das Empresas Brasileiras	Setores da Elite				Total
		Governo	Partidos	Empresários	Intel./Sind.	
Argentina	Menor risco	17,1	24,5	25,5	26,9	24,0
	Nem menor, nem maior	54,3	55,1	46,8	40,4	48,6
	Maior risco	28,6	20,4	27,7	32,7	27,3
	Total (100%)	(35)	(49)	(47)	(52)	(183)
Paraguai	Menor risco	47,2	47,6	51,0	39,6	46,1
	Nem menor, nem maior	13,9	23,8	24,5	28,3	23,3
	Maior risco	38,9	28,6	24,5	32,1	30,6
	Total (100%)	(22)	(42)	(49)	(53)	(180)
Uruguai	Menor risco	23,7	33,3	16,0	45,5	30,4
	Nem menor, nem maior	36,4	27,1	20,0	29,1	27,7
	Maior risco	39,5	39,6	64,0	25,5	41,9
	Total (100%)	(38)	(48)	(50)	(55)	(191)

Argentina: Chi^2: 3,759 GL: 6 Sig.: 0,709
Paraguai: Chi^2: 4,242 GL: 6 Sig.: 0,644
Uruguai: Chi^2: 19.974 GL: 6 Sig.: 0,003

Pode-se resumir esta parte afirmando que o comportamento das empresas brasileiras e dos empresários brasileiros é visto com alguma desconfiança pelos empresários dos países vizinhos. Os setores da elite política, por sua vez, possuem uma visão oposta, e consideram não apenas a economia competitiva, mas a atuação das empresas e empresários responsável e competitiva.

Analisaremos agora, a percepção dos setores sobre a estabilidade econômica do Brasil. De maneira geral, os entrevistados consideram baixa a capacidade brasileira de garantir condições de estabilidade econômica e política. Na tabela 5.12 pode-se observar que os empresários argentinos tendem a avaliar como baixa a capacidade do Brasil de manter a estabilidade: para 56% desse grupo, o Brasil tem pouca capacidade, enquanto, para 36,4% dos políticos do governo, o Brasil tem muita capacidade.

Para 58% e 72% das elites partidárias na Argentina e no Uruguai, respectivamente, o Brasil tem capacidade mediana para manter a estabilidade econômica e política.

Entre os uruguaios, os empresários tendem a ser mais pessimistas, enquanto a elite partidária é mais otimista. Entre os empresários, 60,8% acham que o Brasil possui pouca capacidade, mas, entre os partidos, 26,5% acham que o país tem mais capacidade.

Dessa forma, pode-se concluir que os empresários uruguaios e argentinos tendem a desconfiar mais da capacidade brasileira de manter a estabilidade econômica e política, e os políticos, tanto a elite governamental quanto a partidária, acreditam mais no desempenho da liderança brasileira.

As elites dos países do Cone Sul apresentaram percepção homogênea, sem variações por país, com relação a alguns aspectos da competitividade das empresas e da economia brasileira.

Quanto melhor a percepção sobre o desempenho do país em algum aspecto, mais homogênea é a percepção dos setores sociais. Esse é o caso das avaliações sobre a capacidade de competição em atração de investimento, mão-de-obra abundante e capacidade tecnológica. Os produtos brasileiros e alguns aspectos do desempenho das empresas brasileiras, como capacidade de iniciativa, também apresentam avaliação positiva, independentemente do país de origem dos entrevistados.

TABELA 5.12
Avaliação sobre a Capacidade do Brasil para Manter a Estabilidade Econômica e Política – por País e por Setores da Elite

País	Manutenção da Estabilidade	Setores da Elite				Total
		Governo	Partidos	Empresários	Intel./Sind.	
Argentina	Pouca capacidade	21,2	34,0	56,3	50,9	42,6
	Mediana	42,4	58,0	35,4	38,6	43,6
	Muita capacidade	36,4	8,0	8,3	10,5	13,8
	Total (100%)	(33)	(50)	(48)	(57)	(188)
Paraguai	Pouca capacidade	22,5	10,6	14,6	10,5	14,1
	Mediana	45,0	72,3	66,7	52,6	59,4
	Muita capacidade	32,5	17,0	18,8	36,8	26,6
	Total (100%)	(40)	(47)	(48)	(57)	(192)
Uruguai	Pouca capacidade	27,5	36,7	60,8	39,7	41,9
	Mediana	52,5	36,7	31,4	44,8	40,9
	Muita capacidade	20,0	26,5	7,8	15,5	17,2
	Total (100%)	(40)	(49)	(51)	(58)	(198)

Argentina: Chi^2: 25,731 GL:6 Sig.: 0,000
Paraguai: Chi^2: 12,034 GL: 6 Sig.: 0,061
Uruguai: Chi^2: 14,936 GL: 6 Sig.: 0,021

Nos aspectos em que houve variações setoriais, nota-se distinção entre a percepção dos empresários e a dos demais setores. Em geral, os empresários se posicionaram como mais pessimistas e críticos, quanto à capacidade competitiva das empresas e da economia brasileira, do que os demais setores.

Nesse caso, destacam-se os empresários uruguaios e paraguaios, que se distinguem dos demais setores. Os setores empresarial e governamental na Argentina tenderam a assumir posições opostas: os empresários mostram visão mais pessimista e a elite do governo apresenta maior confiança no Brasil.

Os setores políticos, tanto o governamental quanto o partidário, foram, nos três países, menos críticos que os empresários, principalmente no que se refere à avaliação sobre o desempenho das empresas no Brasil.

6 FATORES DE COMPETITIVIDADE DA ECONOMIA BRASILEIRA

Dois aspectos parecem destacar-se na percepção dos nossos parceiros do MERCOSUL da competitividade da economia brasileira: sua atratividade para investimentos internacionais e sua competitividade em matéria de mão-de-obra abundante e barata. Essa correlação sugere que o fator de atratividade para investimentos poderia explicar, em grande parte, as percepções positivas e negativas

sobre a competitividade da economia como um todo ou em setores específicos. Nesse sentido, a hipótese decorrente seria a de que, quanto maior a percepção de alta atratividade do país para investimentos externos, tanto maior a percepção da competitividade da economia, sobretudo em setores que implicam vantagens comparativas fixas. Ao contrário, quanto maior a percepção de baixa atratividade, menor a percepção de alta competitividade da economia brasileira.

6.1 A Atração de Capitais Internacionais

Ao contrário do que se poderia esperar, no entanto, a concentração extremamente elevada dos que consideram a capacidade brasileira para atrair investimentos alta ou muito alta – cerca de 90% das respostas – torna a variável da visão das elites do MERCOSUL sobre a economia brasileira pouco discriminativa. Assim, independentemente do julgamento sobre a atratividade externa da economia, nossos vizinhos são mais ou menos otimistas quanto à competitividade de nossa economia como um todo ou de acordo com setores específicos.

São poucos, portanto, os fatores de competitividade em que o julgamento positivo ou negativo sobre a atratividade externa desempenha um papel determinante. O primeiro é o que diz respeito à própria capacidade do Brasil para investir no exterior, apesar de esse fator ser avaliado de forma muito distinta do anterior. De fato, enquanto praticamente todos os entrevistados, como vimos, julgam a atratividade externa da economia brasileira alta ou muito alta – apenas 0,8% a consideram baixa ou muito baixa, e 4,8%, média –, eles se distribuem de forma bastante equilibrada entre os que consideram o Brasil pouco (28,5%), muito (37%) ou medianamente (34,4%) capaz de promover investimentos em outros países. Apesar disso, a correlação entre os dois julgamentos é significativa: de 28,5% do total de respostas, a percepção pessimista da capacidade brasileira para investir fora sobe para 80% entre os que também duvidam de nossa capacidade para atrair investimentos externos. Inversamente, os otimistas quanto à nossa capacidade de investimento no exterior caem de 38,4%, entre os que também são otimistas quanto a nossa atratividade, para apenas 15%, entre os que não o são.

Outro fator também correlacionado com o julgamento positivo sobre a atratividade externa da economia brasileira parece menos óbvio: é o que diz respeito à capacidade de nossos empresários para estabelecer redes de negócios no exterior. Nesse caso, também, a distribuição entre otimistas e não-otimistas difere do julgamento sobre a atratividade externa: aproximadamente 70% consideram alta ou muito alta a capacidade do Brasil para estabelecer redes de negócios no exterior, contra 30% que não a consideram.

De 32,1% do total de respostas, os não otimistas quanto à capacidade de estabelecer redes de negócios internacionais sobem para 58,8% com os que também

duvidam da atratividade internacional da economia brasileira, enquanto os otimistas caem de 69,6% dos que consideram alta ou muito alta a atratividade externa do Brasil para 41,1% com os que a consideram de mediana para baixo.

Quanto aos fatores de competitividade setorial como mão-de-obra – tanto qualificada, quanto abundante e barata –, infra-estrutura de transportes, energética e de comunicações, a percepção positiva ou negativa das elites de nossos vizinhos não é afetada pelo julgamento sobre a maior ou menor atratividade brasileira para investimentos internacionais. O fator que se destaca depois dos mencionados é a estabilidade econômica e política do país. Quanto maior a discordância quanto à capacidade brasileira para garantir condições de estabilidade, tanto econômica quanto política, maior também a dúvida das elites vizinhas quanto à atratividade externa da economia brasileira.

Aqui ocorre inversão no que concerne à relação otimismo/pessimismo: apenas uma minoria, 19,3%, é otimista quanto a nossa capacidade de garantir condições de estabilidade; 47,7% a julgam mediana; e 33% a consideram pouca ou muito pouca. Entre os que duvidam da atratividade brasileira para investimentos externos, a proporção de pessimistas sobe para 57,5% e, ao contrário, cai para apenas 9,1% entre os que são otimistas quanto a nossa estabilidade.

Outro fator de otimismo com relação à economia brasileira aparece positivamente associado à percepção da economia brasileira como muito atraente para investimentos externos: a visão do Brasil como pólo econômico, tanto do MERCOSUL quanto de toda a América do Sul. No primeiro caso, apenas 4% dos entrevistados discordam total ou parcialmente da afirmação de que o Brasil constitui tal pólo. Entretanto, se se consideram todos os que simultaneamente duvidam de atratividade externa alta ou muito alta da economia brasileira, e não estão totalmente de acordo com que o Brasil deva ser considerado o pólo econômico do MERCOSUL, essa proporção sobe para 45,5%.

No caso da afirmação de que o Brasil seria o pólo econômico de toda a América do Sul, o otimismo é ligeiramente menor, mas a correlação é análoga. De 64,3% do total de respostas, a proporção dos que estão totalmente de acordo cai para 39,4% dos que não consideram nossa atratividade externa alta ou muito alta.

Medida semelhante de otimismo global quanto à economia brasileira é a que diz respeito à expectativa de que o Brasil se torne uma das maiores economias do mundo. O otimismo aqui é menor, e 22,5% discordam total ou parcialmente dessa expectativa. No entanto, a correlação é similar às duas avaliações precedentes. Enquanto 45,5% simultaneamente discordam de que o Brasil venha a tornar-se uma das maiores economias do mundo e duvidam de que a atratividade externa do país seja alta ou muito alta, essa proporção cai para 21% dos que, ao contrário, atribuem à economia brasileira uma atratividade alta ou muito alta para investimentos internacionais.

TABELA 6.1
Posição da Economia Brasileira em Escala Mundial de Acordo com a Capacidade do Brasil para Atrair Investimentos Internacionais

Brasil, Uma das Maiores Economias do Mundo	Capacidade para Atrair Investimentos		Total
	Pouca/Nem Muita, Nem Pouca	Muita	
Discordam	45,5	21,0	22,5
Concordam	54,5	79,0	77,5
Total (100%)	(33)	(509)	(543)

O mesmo não se aplica para uma avaliação setorizada e mais específica de nossa economia. Perguntados a respeito do impacto do MERCOSUL sobre setores específicos, mesmo aqueles mais conspícuos, tanto os otimistas quanto os pessimistas, deram respostas que não variaram em função de sua percepção sobre a atratividade externa da economia brasileira. A percepção sobre o impacto maior ou menor do MERCOSUL sobre os setores automotivo, máquinas e equipamentos mecânicos, material elétrico, indústria química, mineração e produtos metálicos, têxteis e vestuário, calçados, alimentos, bebidas, produtos de origem animal, eletrônica e informática, papel e celulose é independente do julgamento sobre a maior ou menor atração que a economia brasileira exerceria sobre investimentos internacionais.

6.2 A Abertura da Economia Brasileira

Outro fator geralmente associado à competitividade é o grau de abertura da economia. Alguns dos mais notórios exemplos de economias que abandonaram a política de substituição de importações em troca de maior abertura da economia para o exterior, como o México, o Canadá e a Argentina, empregaram explicitamente o argumento da competitividade como *rationale*. O caso do Brasil é mais ambígüo, na medida em que a estabilidade dos preços domésticos constituiu outro fator autônomo e determinante para a abertura.

Entretanto, o argumento oposto também é amplamente aceito. O desenvolvimentismo defendia a tese oposta de que era necessário tornar-se competitivo antes de abrir a economia à competição externa.

Nos dois casos seria justificável esperar que o julgamento sobre o caráter aberto ou fechado de uma economia para o exterior esteja correlacionado com o julgamento sobre sua maior ou menor competitividade. De modo geral, portanto, seria justificável a hipótese de que, quanto mais as elites dos países vizinhos do Cone Sul percebem o processo de abertura da economia brasileira, tanto mais a julgariam competitiva. Em determinados setores, entretanto, também seria de se esperar que a maior competitividade dos produtos e serviços brasileiros seja atribuída ao protecionismo.

Ao contrário do que se poderia esperar, não há correlação entre a percepção da abertura da economia e de sua atratividade para investimentos internacionais. Tanto entre os que concordam, total ou parcialmente, quanto os que discordam,

nas mesmas proporções, de que a economia brasileira está cada vez mais aberta, a quase totalidade considera igualmente alta a atração da economia brasileira para os investidores internacionais. O mesmo não vale, entretanto, para o julgamento de nossa capacidade para investir em outros países. Enquanto metade dos que não percebem a crescente abertura da economia brasileira duvida da capacidade do Brasil para investir no exterior, essa proporção cai para 16,9% dos que, ao contrário, concordam inteiramente em que a economia brasileira está cada vez mais aberta. Inversamente, quase a metade dos que percebem a economia brasileira como crescentemente aberta (47,5%) também lhe atribuem muita capacidade de investir no exterior.

Outra medida de percepção global de competitividade analogamente correlacionada ao julgamento sobre a realidade da abertura brasileira é a avaliação sobre a capacidade das empresas brasileiras para estabelecer redes de negócios internacionais. Quanto maior for o consenso de que a economia brasileira está cada vez mais aberta, maior é a proporção dos que atribuem ao Brasil alta capacidade para estabelecer redes de negócios no exterior, e passa-se de 55,6% dos que mais discordam a 78,3% dos que mais concordam com a veracidade da abertura brasileira.

O julgamento sobre a capacidade de desenvolvimento tecnológico do Brasil segue um padrão semelhante, mas a correlação é apenas parcial. De fato, enquanto 20,9% duvidam total ou parcialmente da crescente abertura da economia brasileira, também duvidam de sua competitividade tecnológica. Essa proporção cai para apenas 5,9% dos que, ao contrário, estão totalmente convencidos de uma crescente abertura brasileira. Entretanto, para os que atribuem ao Brasil alta capacidade de se desenvolver do ponto de vista tecnológico, o julgamento sobre a realidade da abertura brasileira não varia de forma significativa.

Entre os fatores específicos de competitividade, apenas a mão-de-obra qualificada está correlacionada à percepção da abertura. Quanto maior é o consenso entre as elites vizinhas de que a economia brasileira está crescentemente aberta, mais elas atribuem, ao Brasil, alta capacidade de competir em mão-de-obra qualificada.

Como vemos na tabela 6.2, quanto maior é a convicção de que a economia brasileira está cada vez mais aberta, maior é a atribuição de alta competitividade em mão-de-obra qualificada. O julgamento negativo sobre a competitividade brasileira em mão-de-obra qualificada cai de 45,2% dos que duvidam da veracidade da abertura, para apenas 29,2% dos que estão inteiramente convencidos do contrário. Inversamente, a confiança na competitividade de nossa mão-de-obra quase triplica, de 13,2% dos que duvidam da abertura brasileira para 35% dos que estão inteiramente convencidos dela.

TABELA 6.2
Capacidade para Competir em Mão-de-Obra Qualificada de Acordo com Julgamento sobre a Abertura da Economia

Competitividade em Mão-de-Obra Qualificada	A Economia Brasileira Está Cada Vez Mais Aberta			Total
	Inteira/Parcialmente em Desacordo	Parcialmente de Acordo	Inteiramente de Acordo	
Pouca	45,2	26,6	29,2	32,4
Nem muita, nem pouca	41,5	50,0	35,8	44,6
Muita	13,2	23,4	35,0	23,0
Total (100%)	(159)	(286)	(120)	(565)

Para coroar o julgamento global sobre a economia, o principal fator de competitividade influenciado pela percepção positiva sobre a abertura brasileira é, para nossos parceiros, a capacidade do Brasil de garantir condições de estabilidade econômica e política. Como vemos na tabela 6.3, quanto maior é a percepção, pelas elites do MERCOSUL, de uma crescente abertura da economia brasileira, maior é sua convicção de que o Brasil é capaz de garantir suas próprias condições de estabilidade doméstica, seja em termos econômicos ou políticos.

TABELA 6.3
Capacidade para Garantir Estabilidade de Acordo com Julgamento sobre Abertura da Economia

Garantia de Estabilidade Econômica/Política	A Economia Brasileira Está Cada Vez Mais Aberta			Total
	Discordam	Concordam Parcialmente	Concordam Inteiramente	
Pouca	51,6	24,4	24,8	32,1
Nem muita, nem pouca	36,9	56,4	44,4	48,5
Muita	11,5	19,2	30,8	19,4
Total (100%)	(157)	(287)	(117)	(561)

De fato, enquanto metade dos que discordam que a economia brasileira está cada vez mais aberta julgam baixa a capacidade brasileira para garantir sua própria estabilidade (52%), essa proporção cai para menos de um quarto entre os que, ao contrário, acreditam na nossa abertura crescente para o exterior. Inversamente, entre os que atribuem ao país alta capacidade para garantir estabilidade, a convicção sobre a abertura brasileira quase triplica, de 11,5% que dela duvidam, para 30,8% que estão inteiramente convictos. Numa posição intermediária encontram-se os que concordam apenas parcialmente que a economia brasileira está crescentemente aberta. Desses, nada menos que 56,4% consideram nem alta nem baixa nossa capacidade de garantir estabilidade, contra 24,4% que a consideram baixa, e 19,2% que a consideram alta.

No que diz respeito à mão-de-obra abundante e barata ou setores de infra-estrutura, como transportes, comunicações e energia, a opinião positiva ou negativa de nossos vizinhos do MERCOSUL não é afetada por seu julgamento sobre a abertura da economia.

Outro item com o qual está correlacionada a percepção da abertura da economia brasileira é a avaliação do desempenho de nossas empresas. Nesse item foram incluídas questões destinadas a avaliar diferentes aspectos do desempenho das empresas, que envolvem ética empresarial, tais como honestidade e lealdade, pontualidade no cumprimento de compromissos e respeito a normas contratuais; capacidade de gestão, tais como agressividade comercial e capacidade de iniciativa; e características estruturais, tais como capacidade tecnológica, organização moderna e capacidade da mão-de-obra.

No que diz respeito à ética, não há correlação com a percepção da abertura crescente da economia brasileira. Assim, as elites de nossos parceiros no MERCOSUL tendem a julgar medianas as qualidades de honestidade e lealdade das empresas brasileiras, comparadas às de outros países (53,9% deram nota 3 numa escala de 1 a 5), o que revela apenas uma pequena variação em função de sua percepção da crescente abertura da economia brasileira. Apenas em dois casos as variações são significativas: entre os que duvidam inteiramente da abertura brasileira, 25% consideram o nível de honestidade e lealdade das empresas brasileiras muito baixo, contra apenas 6,8% do total de respostas; e entre os que duvidam apenas parcialmente de nossa abertura, 30,1% o consideram baixo, o dobro dos que confiam inteiramente na abertura (15,2%).

No caso da pontualidade no cumprimento dos compromissos empresariais, a avaliação igualmente mediana (53,7% dão nota 3 numa escala de 1 a 5) não varia significativamente, qualquer que seja a opinião sobre a realidade da abertura brasileira. Perfil análogo se aplica ao caso do respeito às normas contratuais: julgamento mediano sem variações significativas.

Com relação às qualidades de gestão das empresas brasileiras, a percepção da abertura é decisiva no que diz respeito ao julgamento da capacidade de iniciativa de nossas empresas, mas não no que concerne à agressividade comercial. Em ambos os casos, a avaliação de nossos vizinhos do Cone Sul é otimista, e coloca as empresas brasileiras acima da média (cerca de 80% situam essas empresas nos níveis 4 e 5, numa escala de 1 a 5). Entretanto, enquanto a avaliação da capacidade de iniciativa for tanto mais elevada quanto maior for a percepção da crescente abertura da economia brasileira, a capacidade de agressividade comercial independe da percepção da abertura.

TABELA 6.4
Capacidade de Iniciativa das Empresas Brasileiras de Acordo com Julgamento sobre a Abertura da Economia

Capacidade de Iniciativa	A Economia Brasileira Está Cada Vez Mais Aberta			Total
	Discordam	Concordam Parcialmente	Concordam Inteiramente	
Baixa	2,7	2,2	0,9	1,9
Nem alta, nem baixa	28,7	16,3	12,1	18,8
Alta	68,7	81,9	87,0	79,3
Total (100%)	(150)	(270)	(116)	(536)

Como podemos ver na tabela 6.4, os que não percebem abertura crescente da economia brasileira tendem, mais do que os outros, a avaliar como baixa a capacidade de iniciativa de nossas empresas, com mais de 30%, contra apenas 20% no total de entrevistados. Contudo, a avaliação mais otimista da iniciativa de nossas empresas aumenta significativamente, de cerca de dois terços para quase 90%, à medida que aumenta a convicção de que a abertura da economia brasileira é crescente.

No que diz respeito às características estruturais do desempenho das empresas, a percepção da abertura da economia parece influenciar mais decisivamente o julgamento dos entrevistados. Dois desses três itens são avaliados como muito bons pelas elites de nossos parceiros no MERCOSUL: a organização moderna e a capacidade tecnológica de nossas empresas. Em ambos os casos, mais de 80% das respostas assinalam 3 e 4 numa escala de 1 a 5. No caso da qualificação da mão-de-obra, a pontuação se mantém elevada e a concentração de valores 3 e 4 envolve 70% das respostas. Nos três casos, embora com níveis de significância diversos, o julgamento varia em função da maior ou menor concordância no que diz respeito à veracidade da abertura brasileira.

A correlação mais fraca ocorre com o julgamento da capacidade tecnológica das empresas brasileiras. Ainda assim, 53,8% dos que estão inteiramente de acordo que a economia brasileira está cada vez mais aberta atribuem valores 4 e 5, numa escala de 1 a 5, à capacidade tecnológica de nossa empresas, enquanto apenas 44,1% dos que duvidam da abertura emitem o mesmo julgamento. No que diz respeito à organização moderna das empresas, os que mais estão de acordo em que a economia brasileira está cada vez mais aberta são os que atribuem valores elevados: 56,9% de valores 4 e 5, contra apenas 37,4% dos que duvidam da nossa abertura para o exterior.

O julgamento da qualificação da mão-de-obra de nossas empresas é o item mais fortemente associado à percepção da abertura econômica. Como vemos na tabela 6.5, quanto maior essa percepção, mais elevada é a avaliação de nossos parceiros.

TABELA 6.5
Qualificação da Mão-de-Obra das Empresas de Acordo com Julgamento sobre a Abertura da Economia

Qualificação da Mão-de-Obra	A Economia Brasileira Está Cada Vez Mais Aberta			Total
	Discordam	Concordam Parcialmente	Concordam Inteiramente	
Baixa	42,3	29,5	23,7	33,6
Nem alta, nem baixa	40,9	56,5	47,5	50,3
Alta	10,0	14,05	28,8	16,2
Total (100%)	(149)	(278)	(118)	(545)

A baixa avaliação da qualificação da mão-de-obra de nossas empresas cai praticamente pela metade, de 42,3% para 23,7%, quando se passa de uma discordância total ou parcial de que a economia brasileira está se abrindo cada vez mais, para uma total concordância. Inversamente, a avaliação mais elevada (notas 4 e 5 numa escala de 1 a 5) aumenta quase três vezes e passa de 10% para 28,8%.

Outro conjunto de questões permite uma avaliação global da competitividade da economia brasileira do ponto de vista da suposta vulnerabilidade resultante para as economias de nossos parceiros no MERCOSUL. Duas dizem respeito às atitudes atribuídas aos empresários brasileiros, quando se toma como ponto de comparação a imagem do empresário dos EUA: até que ponto o empresário brasileiro seria mais ou menos desleal e mais ou menos protecionista. De modo geral, nosso empresário é considerado nem mais nem menos desleal do que os empresários dos EUA, mas mais protecionista. De fato, enquanto 61,2% o consideram nem mais nem menos desleal, 80,5% o consideram mais protecionista.

A percepção da crescente abertura de nossa economia desempenha papel pouco relevante nesse julgamento. No que se refere à questão da lealdade, a única variação significativa é entre os que consideram o empresário brasileiro menos desleal do que os estadunidenses: de um total de 9,3% dos entrevistados, essa proporção dobra para 20,8% entre os que duvidam inteiramente da abertura da economia brasileira. Nos demais casos, há pouca variação nesse julgamento.

Quanto ao protecionismo de nossos empresários, quanto maior a desconfiança com relação à abertura brasileira, maior o sentimento de que nossos empresários são mais protecionistas do que os estadunidenses: entre os que estão inteiramente convencidos da abertura brasileira, 70,1% consideram os brasileiros mais protecionistas, e essa porcentagem sobe para 87,3% entre os que não estão convencidos. Entre os que estão inteiramente convictos de que a economia brasileira está se abrindo cada vez mais, chegam a 29,9% os que não julgam os brasileiros mais protecionistas, proporção que cai para apenas 12,7% entre os que duvidam total ou parcialmente de nossa abertura.

Em decorrência dessa visão não inteiramente definida de nossas empresas e empresários, não fica muito claro, para as elites de nossos parceiros no MERCOSUL, se a competição brasileira deveria ser encarada como arriscada ou não. De fato, perguntados sobre o risco que a competição com o Brasil significaria para as economias de seus respectivos países, as respostas se dividiram quase exatamente entre os que consideraram o Brasil um risco maior, menor ou igual ao representado pela competição com os Estados Unidos - 33,3%, 33,6% e 33,1%, respectivamente. Nesse caso, quanto mais a economia brasileira é percebida como crescentemente aberta, menor a percepção de risco, mas o inverso não é verdadeiro. A proporção dos que não consideram a competição com as empresas brasileiras menos arriscada quase não varia, qualquer que seja a opinião sobre a abertura de nossa economia.

Analisaremos, a seguir, a percepção de nossos vizinhos do MERCOSUL de um ponto de vista mais detalhado, no que diz respeito aos produtos brasileiros e aos setores da economia nacional que se beneficiam de maior impacto com o MERCOSUL. A avaliação do produto brasileiro é bastante positiva, de mediana para alta. Em termos de qualidade, as elites de nossos vizinhos no Cone Sul consideram nossos produtos nem melhores nem piores do que os de outros países (67,4%), embora um número significativo (23,4%) os avaliem piores, contra apenas 9,1% que os avaliam melhores do que outros produtos comparáveis. Semelhante é a avaliação da confiança no produto brasileiro, também situada num nível mediano (54,4%) contra apenas 11,5% que os julgam merecedores de maior confiança.

Em termos de apresentação estética (83,1%), de capacidade de distribuição (64,7%), de preços competitivos (79,5%) e de divulgação e propaganda (70,9%), a avaliação se concentra entre mediana e alta (3 e 4 numa escala de 1 a 5). Em todos os casos, a avaliação do produto está associada à percepção da crescente abertura da economia brasileira.

O julgamento positivo da qualidade do produto brasileiro é bem menor entre os que não acreditam na abertura de nossa economia e bem maior entre os que acreditam. Assim, enquanto apenas 23,4% do total de entrevistados consideram o produto brasileiro pior do que outros produtos por eles conhecidos, essa proporção aumenta para 32,3% entre os que não concordam que a economia brasileira está cada vez mais aberta. Inversamente, entre os que concordam que nossa economia está se abrindo cada vez mais, 12% consideram os produtos brasileiros superiores, contra apenas 1,9% dos que duvidam da veracidade de nossa abertura, isto é, o resultado sextuplica.

No caso da confiança no produto, temos uma situação semelhante: 47,8% dos que não concordam que a abertura brasileira é crescente julgam que o produto brasileiro merece menos confiança do que os demais, contra apenas 34% dos que

acreditam na abertura crescente de nossa economia. Inversamente, de 11,5% do total de entrevistados que consideram o produto brasileiro merecedor de maior confiança do que os demais, a proporção sobe para 17,2% entre os que estão inteiramente convictos da crescente abertura da economia brasileira, o que representa um aumento de mais de 50%.

Nos outros itens em que a avaliação dos produtos brasileiros é mais positiva, ela também está correlacionada com a percepção da abertura da economia. No caso da apresentação estética dos produtos brasileiros, enquanto apenas 13,5% dos entrevistados a consideraram pior ou muito pior do que a de produtos de outros países, essa proporção sobe para 22,2% entre os que discordam que a economia brasileira está cada vez mais aberta. Inversamente, a proporção dos que consideram a apresentação estética melhor ou muito melhor sobe de apenas 21,5% para 36,2% quando se passa dos que discordam inteiramente para os que concordam inteiramente em que a economia brasileira está se abrindo crescentemente.

No caso da capacidade de distribuição do produto brasileiro, a correlação é apenas parcial: quanto menor a confiança na abertura da economia brasileira, pior a avaliação, mas o inverso não se verifica. A avaliação positiva da capacidade de distribuição não se altera significativamente com a maior ou menor confiança em nossa abertura. Não é o caso, porém, da avaliação sobre a divulgação e a propaganda de nossos produtos, como vemos na tabela 6.6.

TABELA 6.6
Divulgação/Propaganda dos Produtos Brasileiros
de Acordo com Julgamento sobre a Abertura Econômica

Divulgação/Propaganda	A Economia Brasileira Está Cada Vez Mais Aberta			Total
	Discordam	Concordam Parcialmente	Concordam Inteiramente	
Pior	27,2	15,6	12,1	18,1
Nem melhor, nem pior	34,8	40,1	31,0	36,7
Melhor	38,0	44,4	56,9	45,2
Total (100%)	(158)	(282)	(116)	(556)

De fato, aumenta consideravelmente, entre os que discordam que a abertura brasileira é crescente, a proporção dos que julgam negativamente a divulgação e propaganda dos produtos brasileiros, e passa-se de 18,1% do total de entrevistados para 27,2%. Aumenta, também, o julgamento positivo entre os que, ao contrário, estão convencidos da veracidade da abertura, e passa-se de 38%, entre os que duvidam, para 56,9% entre os que acreditam na consistência da abertura econômica do país.

A percepção da abertura brasileira também afeta diversamente as expectativas com relação ao impacto do MERCOSUL sobre setores específicos da nossa economia. De modo geral, essa expectativa é elevada, sempre de mediana para cima e, em alguns casos, como nos setores automotivo (50,2%), de materiais elétricos (34,2%), de máquinas e equipamentos (33,5%), alcança o nível mais elevado de impacto numa escala de 1 a 5. Em apenas dois casos – produtos de origem animal (27,4%) e calçados (22,5%) –, as expectativas negativas de baixo impacto (1 e 2 na escala de 1 a 5) ultrapassam a barreira de 20%. No caso de máquinas e equipamentos, essa baixa expectativa atinge apenas 4,1%.

Não existe correlação entre os setores de maior ou menor expectativa de impacto do MERCOSUL e o fato de essa expectativa estar associada à percepção da crescente abertura da economia brasileira. Nos casos em que o aumento da expectativa está associado a variações na percepção da abertura, existem setores cuja expectativa é de grande, e, outros, de pequeno impacto do MERCOSUL. Nos casos sem correlação entre as duas variáveis, também há setores com alta e setores com baixa expectativa de impactos do MERCOSUL. O quadro 6.1 mostra os setores para os quais a expectativa de impacto do MERCOSUL é independente de maior ou menor discordância com relação à efetividade da abertura econômica do país.

QUADRO 6.1
Impacto do Mercosul em Setores Específicos da Economia Brasileira

Produtos	Grau de Impacto no Setor			Total
	Baixo (1 e 2)	Médio (3)	Alto (4 e 5)	
Origem animal	29,5	45,4	27,2	(489)
Bebidas	12,9	32,6	54,5	(503)
Alimentos	5,8	19,5	74,7	(522)
Vestuário	18,2	37,1	44,7	(499)
Têxteis	16,7	34,6	48,7	(509)

Obs.:Escala de 1 a 5

Com relação aos demais setores, existe sempre correlação entre a expectativa de impacto do MERCOSUL e a percepção da crescente abertura brasileira, mas essa correlação é freqüentemente parcial. No caso da indústria tradicional, há setores em que a associação se aproxima de uma correlação linear. A tabela 6.7 mostra a avaliação do impacto do MERCOSUL no setor químico.

Como se vê, a expectativa de impacto do MERCOSUL sobre o setor químico aumenta significativamente à medida que se passa da total discordância com relação à consistência da abertura brasileira a uma concordância parcial. A correla-

ção desaparece entre os que concordam inteiramente. Entre aqueles com baixa expectativa de impacto, 23,8% duvidam totalmente da abertura brasileira, contra apenas 2% dos que nela acreditam inteiramente. Entre os que esperam impacto mediano, a proporção triplica e passa de 14,3% para 46,4% quando se observam os que discordam inteiramente e os que discordam apenas parcialmente que a abertura brasileira seja crescente. E, entre os que esperam o maior impacto, a proporção também triplica e passa de 10,9% para 34,7% quando se comparam os que discordam parcialmente e os que concordam parcialmente.

TABELA 6.7
Expectativa de Impacto do Mercosul na Indústria Química de Acordo com Julgamento sobre a Abertura

Impacto no Setor Químico	A Economia Brasileira Está Cada Vez Mais Aberta				Total
	Discorda Inteiramente	Discorda Parcialmente	Concorda Parcialmente	Concorda Inteiramente	
Pouco impacto (1)	4,8	0,0	0,4	1,0	3
(2)	19,0	5,5	6,8	1,0	27
(3)	14,3	46,4	23,3	22,5	132
(4)	47,6	37,3	34,7	46,1	180
Muito impacto (5)	14,3	10,9	34,7	29,4	127
Total (100%)	(21)	(110)	(236)	(102)	(469)

$Chi^2 = 55,184$ Sig. < 0,000 G.L. = 12

Quanto ao setor de calçados, a variação da expectativa de impacto do MERCOSUL, em função da maior ou menor percepção da abertura, tem perfil idêntico ao do setor químico: aumenta significativamente quando se comparam os que discordam totalmente e os que concordam parcialmente que a abertura brasileira é crescente, e desaparece a correlação entre os que estão inteiramente convictos da abertura.

No que se refere a indústria de transformação, as máquinas e equipamentos, a setores de transportes e automotivo, e a material elétrico, a correlação existe mas não é linear, e tende a concentrar-se entre aqueles que melhor percebem a abertura. Quanto maior a percepção da abertura, maior a expectativa de impacto do MERCOSUL nesses setores, mas o inverso não é verdadeiro.

Em dois setores associados a alta tecnologia, produtos eletrônicos/ informática e papel e celulose, a correlação é oposta. Há forte associação positiva entre a expectativa de alto impacto do MERCOSUL sobre o primeiro, restrita aos níveis inferiores da escala: quanto menor a percepção da abertura, menor a expectativa de impacto. Quanto ao segundo, a associação é negativa, isto é, quanto maior a percepção da abertura da economia brasileira, menor é a expectativa de impacto

e vice-versa. De fato, de 19% do total de respostas que esperam alto impacto do MERCOSUL sobre o setor de papel/celulose no Brasil, a proporção dobra para 40% entre aqueles que duvidam inteiramente da crescente abertura da economia brasileira.

Finalmente, outro aspecto importante sobre o qual podemos verificar o efeito da percepção da crescente abertura da economia brasileira é o que diz respeito ao desempenho global da economia brasileira e ao seu papel na economia da região e do mundo. Uma boa medida do desempenho geral da economia é a expectativa de crescimento. Perguntadas se estavam de acordo em que o Brasil terá crescimento acelerado nos próximos anos, as elites de nossos parceiros do MERCOSUL deram respostas bastante otimistas, como podemos ver na tabela 6.8.

TABELA 6.8
Expectativa de Crescimento Acelerado da Economia Brasileira de Acordo com Julgamento sobre Abertura da Economia

Brasil Terá Crescimento Acelerado	A Economia Brasileira Está Cada Vez Mais Aberta				Total
	Inteiramente de Acordo	Parcialmente de Acordo	Parcialmente em Desacordo	Inteiramente em Desacordo	
Inteiramente em desacordo	11,5 *2,0*	4,8	2,5	5,1	4,0
Parcialmente em desacordo	46,2 *3,2*	28,6 *2,4*	19,9	10,3 *-3,2*	21,1
Parcialmente de acordo	30,8 *-2,0*	55,6	57,0 *3,3*	32,5 *-4,3*	50,2
Inteiramente de acordo	11,5	11,1 *-4,0*	20,6 *-2,3*	52,1 *7,8*	24,7
Total (100%)	(26)	(126)	(277)	(117)	(546)

$Chi^2 = 84,868$ G.L.= 9 Sig. < 0,000

Nota: Os valores em itálico indicam o Resíduo Ajustado Estandardizado (RA) significativos. Note-se que os RAs positivos se concentram na diagonal principal da tabela, indicando correlação linear positiva, e o grande número de RAs negativos, consistentemente fora da diagonal principal.

De fato, podemos observar na coluna de totais que três quartos dos entrevistados concordam, total ou parcialmente (74,7%), que o Brasil passará por processo acelerado de crescimento.[1] Além disso, quando se comparam as duas posições extremas, os que discordam inteiramente, com os que concordam inteiramente, esses últimos superam os primeiros numa proporção de 6 para 1.

A expectativa de crescimento acelerado está fortemente correlacionada com a percepção da crescente abertura da economia. Quanto mais duvidam da abertura

[1] Cabe notar que as entrevistas foram realizadas depois da eclosão da crise asiática, a partir de dezembro de 1997.

da economia brasileira para o exterior, mais as elites do MERCOSUL duvidam da retomada acelerada do crescimento de nossa economia. Inversamente, quanto mais concordam em que a economia brasileira está cada vez mais aberta, maior é a expectativa de que ocorra crescimento acelerado.

O pessimismo quanto à expectativa de crescimento acelerado do Brasil cai drasticamente, de 57,7% para 15,4%, à medida que cresce o otimismo quanto à realidade de nossa abertura. Inversamente, o otimismo moderado com o crescimento (aqueles parcialmente de acordo que a economia do país terá crescimento acelerado) é mais alto entre os moderadamente otimistas quanto à abertura (57%), e cai tanto entre os mais pessimistas (30,8%) quanto entre os mais otimistas (32,5%). E os mais otimistas com relação ao crescimento aumentam em uma proporção de 1 para 5 à medida que cresce também o otimismo quanto à abertura (de 11,55% para 52,1%).

Outros dois indicadores de uma visão positiva do desempenho da economia brasileira correspondem às avaliações pelas elites de nossos parceiros no MERCOSUL sobre o papel do Brasil na economia da região e da sub-região. Vejamos, primeiro, a avaliação do Brasil como pólo do MERCOSUL, que aparece na tabela 6.9.

TABELA 6.9
Opinião sobre o Brasil como Pólo Econômico do Mercosul
de Acordo com Julgamento sobre Abertura da Economia

Brasil é o Pólo Econômico do Mercosul	A Economia Brasileira está Cada Vez Mais Aberta		Total
	Concordam	Discordam	
Não concordam inteiramente	34,8	21,0	24,2
Concordam inteiramente	65,2	79,0	75,1
Total (100%)	(158)	(409)	(567)

Como se pode observar, nossos vizinhos do Cone Sul são ainda mais otimistas quanto ao papel de pólo econômico representado pelo Brasil no MERCOSUL – 75,1% concordam inteiramente com essa afirmação. Mas esse otimismo é ainda maior entre os que confiam na veracidade da abertura de nossa economia, que chegam a quase 80%, contra 65% entre os que duvidam da abertura.

O papel do Brasil como pólo econômico da América do Sul é também muito evidente para nossos vizinhos: nada menos do que 90,3% concordam com essa afirmação, que também é fortemente afetada pela percepção de nossa abertura. Os que duvidam da abertura crescente da economia brasileira para o exterior representam 9,7%, e essa proporção triplica entre os que duvidam inteiramente da abertura (28,6%), mas permanece ainda inferior a um terço das avaliações, mesmo entre esses mais pessimistas. Da proporção de cerca de dois terços do total de

respostas dos que estão inteiramente de acordo em que o Brasil é o pólo econômico da América do Sul (63,9%), essa proporção sobe para três quartos entre os mais convictos sobre a abertura brasileira (75%), e cai para a metade (50%) entre os que dela duvidam inteiramente.

O otimismo não se limita a um papel regional que, evidentemente, tem grande visibilidade; também é muito alto no que diz respeito ao papel na economia global. Dois indicadores permitem analisar esse aspecto das percepções de nossos parceiros no MERCOSUL sobre as relações externas do Brasil. O primeiro é a percepção do grau de competitividade do Brasil na economia global, o segundo é a posição ocupada pela economia brasileira entre as maiores economias do globo.

O grau de otimismo quanto aos dois aspectos é muito semelhante. Em ambos os casos, a proporção dos que concordam, total ou parcialmente, com cada afirmação é de cerca de 80%, e esse otimismo é fortemente afetado pela percepção das elites vizinhas sobre a crescente abertura da economia brasileira. Na tabela 6.10, mostramos a correlação entre o julgamento sobre a abertura e a avaliação da competitividade global da economia brasileira.

TABELA 6.10
Competitividade Global da Economia Brasileira de Acordo com Julgamento sobre a Abertura da Economia

Economia Brasileira Mais Competitiva	A Economia Brasileira Está Cada Vez Mais Aberta			Total
	Discordam Parcial/ Inteiramente	Concordam Parcialmente	Concordam Inteiramente	
Discordam parcialmente /inteiramente	40,8	15,3	9,4	21,1
Concordam parcialmente	40,1	59,4	35,0	48,8
Concordam inteiramente	19,1	25,4	55,6	30,1
Total (100%)	(152)	(276)	(117)	(545)

Como vemos, a proporção de entrevistados que duvidam da competitividade global da economia brasileira cai drasticamente, mais de 75%, de um total de 40,8% para 9,4%, à medida que aumenta a confiança na consistência da abertura brasileira. Entre os que concordam apenas parcialmente em que a economia brasileira é competitiva globalmente, quase dois terços (59,4%) estão entre os que confiam também moderadamente na abertura brasileira. Quanto aos que estão inteiramente convencidos da competitividade global de nossa economia, o aumento é da ordem de três vezes, e passa de 19,1% dos que duvidam da abertura para 55,6% dos que confiam inteiramente.

Com relação ao lugar a ser ocupado pelo Brasil entre as maiores economias do mundo, o otimismo de nossos vizinhos é análogo e igualmente afetado pela

maneira como eles percebem a crescente abertura da economia brasileira. Como vemos na tabela 6.11, cerca de 80% das respostas concordam total ou parcialmente com a afirmação de que a economia brasileira será uma das maiores do mundo, e essa proporção sobe à medida que aumenta a convicção de que a abertura da economia brasileira é crescente.

TABELA 6.11
Lugar do Brasil entre as Maiores Economias do Mundo
de Acordo com Julgamento sobre a Abertura da Economia

Brasil Entre as Maiores Economias	A Economia Brasileira Está Cada Vez Mais Aberta				Total
	Inteiramente em Desacordo	Parcialmente em Desacordo	Parcialmente de Acordo	Inteiramente de Acordo	
Inteiramente em desacordo	25,9 4,2	8,7	3,7 -2,7	6,3	6,5
Parcialmente em desacordo	18,5	21,3 2,2	14,5	8,9 -2,1	15,1
Parcialmente de acordo	37,0	45,7	53,5 3,8	27,7 -4,2	45,4
Inteiramente de acordo	18,5	24,4 -2,3	28,3 -2,3	57,1 6,1	32,9
Total (100%)	(27)	(127)	(269)	(112)	(535)

$Chi^2 = 64,280$ G.L. = 9 Sig. <0,000

Como vemos, o pessimismo quanto ao lugar do Brasil entre as maiores economias do mundo cai drasticamente à medida que aumenta a crença na consistência da abertura da economia brasileira, tanto para os que discordam inteiramente como para os que discordam apenas parcialmente de que o Brasil será uma das maiores economias do mundo. No primeiro caso, cai na proporção de 4 para 1, e, no segundo, pela metade. Entre os moderadamente otimistas, a maior proporção coincide com os que também acreditam moderadamente na consistência da abertura brasileira (53,5%) e diminui de um terço para 37% dos que duvidam inteiramente da abertura, e de cerca de metade para 27,7% dos que nela acreditam inteiramente.

6.3 Capacidade de Desenvolvimento Tecnológico

Um terceiro fator geralmente associado à competitividade da economia e ao seu desempenho é sua capacidade para promover desenvolvimento tecnológico. O indicador utilizado nesta pesquisa foi uma avaliação, por parte dos entrevistados, numa escala de 1 a 5, sobre a capacidade do Brasil para desenvolver-se do ponto de vista tecnológico. As respostas das elites de nossos parceiros no MERCOSUL foram bastante otimistas, mas não igualaram aquelas sobre a capacidade de atrair investimentos ou o papel do Brasil como pólo econômico regional. Quase a metade das respostas (46,8%) atribuem valores 4 e 5 na escala de 1 a 5, o que corresponde a alta capacidade de

desenvolvimento tecnológico. Pouco menos de 40% atribuem uma capacidade mediana (3 na escala), e apenas 15,1% julgam baixa a capacidade de desenvolvimento tecnológico do país.

Essa avaliação da competitividade tecnológica do Brasil revelou-se uma variável importante para se analisar a percepção de nossos vizinhos sobre os fatores de competitividade de nossa economia. A exemplo dos demais indicadores empregados – atração de investimentos e abertura crescente da economia –, a avaliação da competitividade tende a afetar a percepção e a avaliação das elites sobre os mais importantes desses fatores. De modo geral, quanto mais o Brasil é considerado tecnologicamente competitivo, melhor é a avaliação sobre os demais fatores de competitividade, bem como sobre suas condições globais de competitividade.

Primeiramente, vamos analisar um conjunto de indicadores que dizem respeito à percepção global de competitividade, tais como a capacidade para atrair investimentos internacionais, fazer investimentos em outros países, estabelecer redes de negócios internacionais e oferecer mão-de-obra. Como veremos a seguir, quanto mais alta é a avaliação da competitividade tecnológica do Brasil, mais alta é a avaliação dos demais fatores de competitividade, com as exceções significativas da atração de investimentos e da abundância de mão-de-obra barata.

Como vemos na tabela 6.12, existe correlação positiva e linear entre a percepção da capacidade brasileira para investir no exterior e sua capacidade de desenvolver-se do ponto de vista tecnológico.

TABELA 6.12
Capacidade para Fazer Investimentos em Outros Países
de Acordo com a Capacidade de Desenvolvimento Tecnológico

Capacidade de Investir no Exterior	Capacidade de Desenvolvimento Tecnológico			Total
	Baixa	Mediana	Alta	
Baixa	58,8	31,8	16,3	
	6,7		*-6,1*	28,5
Mediana	34,1	44,7	26,3	
		4,0	*-3,9*	34,4
Alta	7,1	23,5	57,4	
	-6,9	*-5,3*	*9,5*	37,1

Chi^2 = 115,766 G.L. = 4 Sig. < 0,000

Nota: Incluímos em itálico os RAs significativos, que se revelaram bastante elevados quando positivos e sobre a diagonal principal, enquanto os negativos são igualmente elevados e simetricamente opostos em relação à diagonal principal.

De fato, quanto mais otimistas com relação à capacidade de desenvolvimento tecnológico do Brasil, maior o otimismo quanto à capacidade brasileira de investir em outros países, e inversamente, quanto menor o otimismo com relação à capacidade tecnológica, menor o otimismo quanto à capacidade de investir em outros países.

O pessimismo com relação à capacidade de investimento no exterior se concentra nos que também são pessimistas com relação à capacidade de desenvolvimento tecnológico (58,8%) e cai, para menos de um terço, entre os que são otimistas (16,3%). Os otimistas quanto à capacidade de inversão multiplicam-se por um fator 8 à medida que aumenta o otimismo com relação à tecnologia (de 7,1% para 57,4%). Os que manifestam julgamento moderado (3 numa escala de 1 a 5) com relação à tecnologia no exterior são também os que, com maior freqüência, julgam mediana a capacidade de atrair investimentos (44,7%), e cai para 34,1% dos pessimistas e para 26,3% dos otimistas com a inversão no exterior.

Otimismo e pessimismo, com relação à capacidade para estabelecer redes de negócios internacionais, também variam em função do otimismo e pessimismo com relação ao desenvolvimento tecnológico. A correlação é igualmente linear e positiva, com as avaliações que crescem no mesmo sentido. A diferença relevante, no caso, é que a distribuição da avaliação da capacidade de investimento no exterior é mais equilibrada em torno de um valor mediano, com proporções equivalentes de otimistas, pessimistas e realistas, enquanto a da capacidade de estabelecer redes de negócios se concentra mais nos valores mais elevados (68,5% dão notas 4 e 5, contra apenas 37,1% no caso dos investimentos fora). Esse grande otimismo quanto à capacidade negocial dos empresários brasileiros implica que, para um aumento do otimismo com relação ao desenvolvimento tecnológico brasileiro, corresponde um aumento mais do que proporcional do otimismo com relação à capacidade para estabelecer redes de negócios internacionais.

Um bom termo de comparação, com esses dois indicadores, é a avaliação sobre a competitividade do Brasil em termos de mão-de-obra qualificada, fator que não causa tanto otimismo em nossos parceiros. Apenas 23% do total de respostas atribuem alta capacidade para competir nesse campo (4 e 5 na escala de 1 a 5), contra 32,9% que a consideram baixa (1 e 2 na escala) e 43,9% que a situam em uma posição intermediária (valor 3 na escala). Apesar disso, a correlação também é linear e positiva, como se nota na tabela 6.13.

TABELA 6.13
Competitividade em Mão-de-Obra Qualificada de Acordo com Competitividade Tecnológica

Competitividade em Mão-de-Obra Qualificada	Competitividade Tecnológica			Total
	Baixa (1 e 2)	Mediana (3)	Alta (4e5)	
Baixa (1 e 2)	64,0		21,6	
	6,6	34,7	*-5,4*	32,9
Mediana (3)	27,9	50,2		
	-3,2	*2,4*	43,9	43,9
Alta (4 e 5)	8,1	15,1	34,2	
	-3,6	*-3,5*	*6,0*	23,0
Total (100%)	(86)	(219)	(269)	(574)

Chi^2 = 72,973 G.L. = 6 Sig. <0,000

Nota: Valores em italic = RAs significativos.

As avaliações mais pessimistas com relação à competitividade em termos de mão-de-obra qualificada caem de 64%, dos que também são pessimistas em termos de desenvolvimento tecnológico, para menos de um terço (21,6%) dos que são, ao contrário, otimistas nesse particular. A avaliação mediana chega a 50,2% quando coincide com a avaliação também mediana da competitividade tecnológica, e cai ligeiramente para 43,9% dos otimistas e fortemente para 27,9% dos pessimistas. Quanto ao otimismo com relação à competitividade da mão-de-obra, aumenta numa proporção de 1 para 4 à medida que cresce o otimismo com a competitividade tecnológica.

O que há de particular com relação à percepção da competitividade em mão-de-obra qualificada é que sua correlação é mais forte nas avaliações extremas: o pessimismo com relação à tecnologia reforça o pessimismo com relação à mão-de-obra qualificada, mas o inverso ocorre em menor medida, isto é, o otimismo com a tecnologia apenas corrige o limitado otimismo com relação à mão-de-obra qualificada.[2]

O mesmo não ocorre com relação à competitividade em mão-de-obra abundante e barata, cuja avaliação, por nossos parceiros do MERCOSUL, não varia de maneira significativa, qualquer que seja a avaliação da competitividade tecnológica. Junto com a avaliação da atratividade da economia brasileira para capitais internacionais, é o único fator global de competitividade que não tem correlação com a expectativa de desenvolvimento tecnológico.

Isso talvez se deva à altíssima concentração das respostas, uma vez que menos de 6% delas, no caso da atração de capitais, e menos de 14%, no caso da mão-de-obra abundante e barata, atribuíram, ao Brasil, baixo desempenho em cada um desses campos. Assim, a porcentagem de entrevistados que responderam que a atratividade do Brasil para investimentos externos (valores 1 a 3) é mediana e baixa flutua entre 4,6% e 8,6% de um total de 5,9% das respostas. E o número de avaliações positivas flutua entre 91,4% e 95,9%, em torno de um total de 94,1%. O número de avaliações não otimistas da qualificação da mão-de-obra é ligeiramente superior, mas flutua igualmente entre 6,8% e 17,2%, em torno de um total de 9,7% das respostas. A única variação significativa é a que ocorre em uma correlação negativa entre os que reputam o Brasil pouco competitivo do ponto de vista tecnológico, mas muito competitivo em mão-de-obra barata (93,1% contra 82,8% que atribuem alta capacidade para competir em ambos os campos).

Outro conjunto de indicadores diz respeito à competitividade da infra-estrutura, com relação à qual as respostas também são preponderantemente otimistas, embora não tanto quanto com relação aos itens já vistos. Pouco mais da metade dos entrevistados atribuíam ao Brasil alto grau de competitividade em

[2] Como se pode observar, os RAs significativos, incluídos em itálico na tabela 6.13, aparecem em todas as caselas abaixo da diagonal principal, indicando que, a cada avaliação do grau de competitividade tecnológica, tende a corresponder uma avaliação de grau inferior ou, no máximo, igual de competitividade da mão-de-obra.

infra-estrutura de transportes, energética e de comunicações (valores 4 e 5 numa escala de 1 a 5), contra apenas cerca de 10% que atribuíram baixa competitividade (valores 1 e 2) e pouco mais de um terço que atribuíram mediana competitividade (3 na escala de 1 a 5).

Nos três casos, a correlação com a expectativa de desenvolvimento tecnológico é linear e positiva, e observa-se que, quanto maior o otimismo com relação à capacidade de desenvolvimento tecnológico do país, melhor a avaliação das elites de nossos vizinhos sobre a competitividade de nossa infra-estrutura. À medida que cresce o otimismo com a competitividade, diminui o pessimismo e aumenta o otimismo com relação à infra-estrutura numa proporção de 1 para 2 e até de 1 para 3. O melhor exemplo é o da infra-estrutura de comunicações, que podemos ver na tabela 6.14.

TABELA 6.14
Competitividade da Infra-Estrutura de Comunicações
de Acordo com Competitividade Tecnológica

Competitividade da Infra-Estrutura de Comunicações	Competitividade Tecnológica			Total
	Baixa (1 e 2)	Mediana (3)	Alta (4 e 5)	
Baixa (1 e 2)	22,9	12,3	6,1	10,9
	3,8		*-3,5*	
Mediana (3)		48,1	27,8	38,4
	47,0	3,7	*-4,9*	
Alta (4 e 5)	30,1	39,6	66,2	50,7
	-4,1	*-4,1*	*6,9*	
Total (100%)	(83)	(212)	(263)	(558)

Chi2 = 55,893 G.L.= 4 Sig. < 0,000

Nota: Valores em italic = RAs significativos.

Como se pode notar, o julgamento sobre a competitividade da infra-estrutura é fortemente afetado pelo julgamento sobre a competitividade tecnológica: quanto maior o otimismo com relação à competitividade tecnológica, menor é o pessimismo – que cai de 22,9% para 6,1% – e maior o otimismo com relação à competitividade da infra-estrutura de comunicações – que dobra de 30,1% para 60,2%. As avaliações pessimistas caem para um terço, e as otimistas dobram à medida que aumenta o otimismo com relação à capacidade brasileira para desenvolver-se do ponto de vista tecnológico.[3]

A confiança na competitividade tecnológica do Brasil também é útil para analisar o desempenho propriamente dito da economia, em termos de imagem do produto, da empresa e do empresário, e de impactos esperados do MERCOSUL sobre setores específicos da economia. Primeiramente vamos analisar a correlação existente entre a percepção da capacidade do país para desenvolver-se do

[3] Observe-se o valor elevado dos RAs, incluídos em itálico na tabela 6.14, positivos no caso da diagonal principal e negativos no da diagonal secundária.

ponto de vista tecnológico e a imagem do produto brasileiro tal como é percebida pelas elites de nossos parceiros no MERCOSUL.

Em todos os indicadores empregados para medir a imagem do produto, encontramos variações estatisticamente significativas em função da percepção da competitividade tecnológica. Para um conjunto deles, existe correlação linear e positiva, enquanto, para outros, a correlação é apenas parcial e pouco relevante para análise. É o caso da avaliação da estética/apresentação dos produtos, da competitividade em termos de preços e da distribuição.

Com relação à estética dos produtos, a avaliação da capacidade brasileira de desenvolvimento tecnológico reforça a avaliação positiva daqueles já bem impressionados com os produtos brasileiros, mas não a dos que a julgam pior do que a de produtos estrangeiros. Assim, a avaliação positiva da estética dos produtos aumenta significativamente – de 25,6% para 37,8% – à medida que aumenta o otimismo com a competitividade tecnológica, mas a avaliação negativa não varia de modo significativo.

Em termos de preços, a correlação é similar: a percepção da competitividade tecnológica reforça a opinião dos que julgam os preços dos produtos brasileiros melhores do que outros, mas, nos demais casos, não varia de maneira significativa. No caso da distribuição, existem algumas variações parciais significativas, mas as duas variáveis são estatisticamente independentes. Essa é a única exceção entre os indicadores de percepção da imagem do produto brasileiro.

Nos demais casos, a correlação é positiva, isto é, quanto maior o otimismo com relação à capacidade brasileira para desenvolver-se do ponto de vista tecnológico, melhor é a avaliação da qualidade e da confiabilidade dos produtos brasileiros. Surpreendentemente, quando se leva em conta a apreciação apenas mediana de sua estética, a divulgação/propaganda dos produtos é melhor avaliada e mais estreitamente dependente da percepção da competitividade tecnológica.

A correlação entre a avaliação da qualidade dos produtos brasileiros e a percepção de nossa competitividade tecnológica ilustra bem essas observações, como vemos na tabela 6.15.

TABELA 6.15
Competitividade em Termos de Preços de Acordo com Competitividade Tecnológica

Produtos Brasileiros Comparados a Outros	Competitividade Tecnológica			Total
	Baixa (1 e 2)	Mediana (3)	Alta (4 e 5)	
Pior (1 e 2)	43,5	24,2	16,3	23,4
Nem pior, nem melhor (3)	49,4	69,9	70,6	67,1
Melhor (4 e 5)	7,1	5,9	13,2	9,5
Total (100%)	(85)	(219)	(265)	(569)

Como podemos observar, à medida que cresce o otimismo com o desenvolvimento tecnológico, diminui o julgamento negativo da qualidade do produto brasileiro (de 43,5% para 16,3%) e aumenta o julgamento positivo (de 7,1% para 13,2%). Cabe destacar a acentuada queda do julgamento mediano da qualidade entre os mais pessimistas com o desenvolvimento tecnológico (49,9% contra 67,1% do total de respostas).

Quanto à confiabilidade do produto brasileiro, embora a correlação com a percepção do desenvolvimento tecnológico seja similar, é fortemente influenciada pelo julgamento de mediano para negativo desse fator. Assim, embora o julgamento positivo aumente com a confiança na tecnologia brasileira, esse aumento não é proporcional. Assim, os menos otimistas com relação ao desenvolvimento tecnológico brasileiro (notas 1 a 3) tendem a concentrar-se entre os que julgam a confiabilidade do produto brasileiro pior, mas não muito pior (2 na escala de 1 a 5). Já os mais otimistas com o desenvolvimento tecnológico tendem a concentrar-se entre os que julgam a confiabilidade melhor, mas não muito melhor do que a de outros produtos (4 na escala de 1 a 5).

No caso da divulgação do produto brasileiro, em que as avaliações se concentram em mediana para alta – 70,6% deram respostas 3 e 4 numa escala de 1 a 5 –, a correlação com a percepção da competitividade tecnológica é semelhante ao caso da qualidade do produto: quanto maior o otimismo com respeito à capacidade brasileira de desenvolver-se do ponto de vista tecnológico, menor a avaliação negativa e maior a avaliação positiva da qualidade da divulgação/propaganda.

Vejamos, agora, como a confiança na capacidade de desenvolvimento tecnológico afeta a imagem da empresa brasileira, tanto em aspectos éticos quanto gerenciais. Primeiramente, existem claramente dois padrões de julgamento da empresa brasileira, um para os aspectos éticos, tais como pontualidade no cumprimento de compromissos, respeito ao contrato e honestidade e lealdade, para os quais a avaliação tende a ser mediana, e outro padrão para os aspectos gerenciais, tais como agressividade comercial, capacidade de iniciativa e organização moderna, para os quais a avaliação tende a ser alta ou mediana para alta.

No primeiro caso, cerca de 50% das respostas concentram-se numa avaliação mediana (3 na escala de 1 a 5) e a avaliação mais alta está praticamente ausente. No segundo, cerca de metade dos entrevistados emite uma avaliação média-alta (4 na mesma escala), o que soma mais de 80% entre os dois níveis mais elevados de avaliação (4 e 5) ou, então, cerca de 50% no valor mediano (3), o que soma mais de 90% nos valores médios e superiores (3,4 e 5).

Quanto aos aspectos de respeito ao contrato, pontualidade, honestidade e lealdade, a correlação com a percepção da competitividade tecnológica, ou é inexistente, ou as variações estatisticamente significativas são parciais e pouco relevantes para a análise. No caso da pontualidade no cumprimento dos compro-

missos, qualquer que seja a percepção da competitividade tecnológica por nossos vizinhos do MERCOSUL, a avaliação de nossas empresas não varia significativamente para melhor nem para pior.

Quanto ao respeito ao contrato, o otimismo quanto à tecnologia reforça a avaliação positiva de nossas empresas, mas o inverso não é verdadeiro. O mesmo se aplica ao julgamento sobre honestidade e lealdade de nossas empresas.

Dois outros indicadores são afetados de maneira análoga pela percepção da competitividade tecnológica. O primeiro, cuja distribuição é semelhante à das avaliações éticas, diz respeito à qualificação da mão-de-obra da empresa brasileira. No total da amostra, a avaliação tende a ser mediana, e 50% das respostas se concentram no nível 3 da escala. Aqui, também, apenas o otimismo com o desenvolvimento tecnológico brasileiro reforça o otimismo com relação à qualificação da mão-de-obra, mas o pessimismo não o afeta.

O outro, que diz respeito à avaliação do risco competitivo representado pelas empresas brasileiras para a empresas do país do entrevistado, tem uma distribuição bem equilibrada, em que um terço respondeu que as empresas brasileiras representam risco menor do que as empresas estadunidenses, um terço julgou o risco equivalente, e outro terço, o risco maior. Qualquer que seja o grau de confiança ou desconfiança na capacidade brasileira para desenvolver-se do ponto de vista tecnológico, a percepção de risco competitivo representado pelas empresas brasileiras não varia de modo significativo.

No que diz respeito ao empresário brasileiro, perguntamos, a exemplo das empresas, se ele poderia ser considerado mais ou menos desleal e protecionista, quando comparado com o empresário dos Estados Unidos. O empresário brasileiro tende a ser considerado nem mais nem menos desleal do que seus congêneres dos EUA, mas muito mais protecionista. Essas percepções não variam no julgamento das elites vizinhas sobre a competitividade tecnológica da economia brasileira.

Assim, 60,9% das respostas tendem a situar o empresário numa posição intermediária no que diz respeito à lealdade/deslealdade, enquanto outros 29,7% o consideram mais desleal do que dos EUA, e menos de 10% o consideram menos desleal. Qualquer que seja o julgamento sobre a competitividade tecnológica do Brasil, essas opiniões permanecem sem variações significativas, a não ser entre os que mais duvidam de nossa competitividade tecnológica, 44,7% dos quais julgam o empresário brasileiro ainda mais desleal do que o estadunidense – contra 29,7% do total de respostas. Entretanto, as duas variáveis, como um todo, são estatisticamente independentes.

A visão do empresário brasileiro como protecionista, contudo, é bastante marcante: 80,9% das respostas consideram o empresário brasileiro mais protecionista do que o empresário dos EUA, e apenas 1,6% o consideram menos protecionista.

Entre os que classificam o empresário brasileiro como tanto ou mais protecionista do que seus congêneres estadunidenses, o fato de confiar mais ou menos na capacidade do Brasil para desenvolver tecnologias não introduz nenhuma variação significativa. Entre os que têm visão mais favorável do empresário brasileiro, a percepção da competitividade tecnológica afeta essa percepção: enquanto 16,3% dos mais céticos quanto à capacidade do Brasil para desenvolver-se do ponto de vista tecnológico estão entre os mais favoráveis ao empresário brasileiro, essa proporção sobe para 21,4% entre os que julgam a economia brasileira tecnologicamente competitiva, o que significa aumento de cerca de 30%. No conjunto, também, as duas variáveis são estatisticamente independentes.

Vamos agora examinar a percepção de nossos vizinhos do Cone Sul a respeito do impacto da integração econômica sobre setores específicos da indústria brasileira em função de seu julgamento sobre a competitividade tecnológica da economia do país. Podemos, a esse propósito, distinguir três conjuntos de setores, de acordo com a maneira como a percepção do impacto do MERCOSUL sobre eles varia – ou não – em função da competitividade tecnológica atribuída ao Brasil.

Para um conjunto de setores, que inclui máquinas e equipamentos, mineração e produtos metálicos, alimentos, bebidas e produtos de origem animal, não há correlação: em todos os casos, dois terços das respostas atribuem avaliação entre mediana e alta (3 e 4 na escala de 1 a 5), qualquer que seja a opinião dos entrevistados sobre a competitividade tecnológica da economia brasileira em geral. Para outro conjunto de setores, que inclui material de transportes e automotivos, material elétrico, têxteis, vestuário e calçados, a correlação é apenas significativa, mas as poucas variações são parciais e não são relevantes para a análise.

Finalmente, há dois setores em que a correlação existe e é positiva: quanto maior a percepção da competitividade tecnológica da economia brasileira, maior é a expectativa de impacto do MERCOSUL sobre os setores de materiais eletrônicos e de informática e de papel/celulose, igualmente afetados pela expectativa de abertura crescente da economia brasileira. A tabela 6.16 mostra a correlação entre a percepção da competitividade tecnológica brasileira e a expectativa de impacto do MERCOSUL sobre o setor de produtos eletrônicos e de informática.

TABELA 6.16
Impacto do MERCOSUL sobre o Setor de Eletrônicos/Informática de Acordo com Competitividade Tecnológica

Impacto sobre Eletrônicos/Informática	Competitividade Tecnológica			Total
	Baixa (1 e 2)	Mediana (3)	Alta (4 e 5)	
Pequeno (1 e 2)	42,7	20,9	12,1	19,9
Médio (3)	40,0	38,8	28,7	16,8
Grande (4 e 5)	11,1	40,3	59,2	46,0
Total (100%)	(75)	(196)	(247)	(518)

Como podemos observar na tabela, a percepção da competitividade tecnológica da economia brasileira reforça apenas os valores extremos da expectativa de impacto sobre o setor de eletrônicos/informática, de tal modo que o pessimismo quanto ao impacto positivo do MERCOSUL aumenta mais de três vezes quando coincide com o pessimismo com relação à competitividade tecnológica, e o otimismo aumenta de acordo com um fator 5 nas mesmas condições.

Com relação ao setor de papel/celulose, a correlação é similar mas menos nítida, como podemos observar na tabela 6.17.

TABELA 6.17
Impacto do MERCOSUL sobre o Setor de Papel/Celulose
de Acordo com Competitividade Tecnológica

Impacto no Setor Papel/Celulose	Competitividade Tecnológica			Total
	Baixa (1e2)	Mediana (3)	Alta (4 e 5)	
Pequeno (1 e 2)	15,5	8,6	5,5	8,1
Médio (3)	39,4	32,3	23,7	29,2
Grande (4 e 5)	45,1	59,1	70,8	62,7
Total (100%)	(71)	(186)	(236)	(493)

O pessimismo com relação ao impacto do MERCOSUL no setor diminui de dois terços, caindo de 15,5% para 5,5% à medida que aumenta o otimismo com relação à capacidade brasileira de desenvolvimento tecnológico. E o otimismo com relação ao impacto no setor aumenta de 45,1% para 70,8% à medida que aumenta a expectativa de desenvolvimento tecnológico do país, um aumento bem menor que o registrado no setor de eletrônicos/informática.

Um setor que não se enquadra nos casos anteriormente analisados é o da indústria química, cuja avaliação se distribui equilibradamente entre os três níveis superiores de avaliação, de média para alta (3 a 5 na escala), cerca de um terço em cada nível de avaliação. Como vemos na tabela 6.18, a percepção da competitividade tecnológica parece desempenhar um duplo papel na avaliação do impacto do MERCOSUL sobre o setor. A dúvida sobre a competitividade tecnológica brasileira afeta negativamente a percepção, e leva a uma expectativa maior de impacto sobre o setor, enquanto a confiança na capacidade brasileira de desenvolvimento tecnológico a afeta positivamente, e leva a uma alta expectativa. Em outras palavras, o pessimismo quanto à competitividade tecnológica compensa e corrige o pessimismo quanto ao impacto no setor químico, ao passo que o otimismo com relação ao primeiro reforça o otimismo com relação ao segundo.

Finalmente, vamos analisar alguns indicadores do desempenho global da economia brasileira bem como seu lugar na região e no mundo, do ponto de vista da percepção das elites vizinhas com relação à capacidade brasileira de desenvol-

vimento tecnológico. Em termos gerais, pode-se dizer que a percepção da competitividade tecnológica da economia brasileira afeta positivamente a percepção da capacidade de garantir estabilidade econômica e política, da crescente abertura da economia para o exterior, e a expectativa de crescimento acelerado. Entretanto, a avaliação do lugar da economia brasileira na região e no mundo independe do julgamento sobre a competitividade tecnológica. E, finalmente, o julgamento geral sobre a competitividade da economia brasileira no mundo reflete o otimismo ou o pessimismo sobre a competitividade tecnológica.

Quanto mais otimista o julgamento sobre a competitividade tecnológica brasileira, maior o otimismo e menor o pessimismo quanto à capacidade do Brasil de garantir condições de estabilidade econômica e política. O mesmo vale, embora em nível menos acentuado, para a expectativa de abertura, crescente da economia brasileira: aos níveis mais baixos de otimismo com relação à tecnologia correspondem níveis mais altos de otimismo quanto à abertura; mas, à medida que o otimismo cresce, atenua-se seu impacto sobre a percepção do desenvolvimento tecnológico.

No caso da expectativa de crescimento acelerado nos próximos anos, a correlação volta a ser positiva, como vemos na tabela 6.18.

TABELA 6.18
Expectativa de Crescimento Acelerado
de Acordo com Competitividade Tecnológica

Brasil Terá Crescimento Acelerado	Competitividade Tecnológica			Total
	Baixa (1 e 2)	Mediana (3)	Alta (4 e 5)	
Discordam	40,5	25,7	20,3	25,3
Concordam	59,5	74,3	79,7	74,7
Total (100%)	(79)	(210)	(261)	(550)

Como vemos, o pessimismo com relação à aceleração do crescimento cai pela metade à medida que aumenta o otimismo com relação à competitividade tecnológica (de 40,5% para 20,3%), enquanto cresce de um terço o otimismo com relação ao crescimento à medida que cresce também o otimismo com relação à competitividade (de cerca de 60% a cerca de 80%).

No que diz respeito ao papel da economia brasileira como pólo econômico, seja do MERCOSUL, seja da América do Sul, a avaliação de nossos vizinhos, extremamente alta (cerca de 90% dos entrevistados concordam total ou parcialmente com a afirmação), é totalmente independente da percepção da competitividade tecnológica: por mais que aumente ou diminua a confiança em nosso desen-

volvimento tecnológico, a concordância ou a discordância com o papel de pólo econômico atribuído ao Brasil não se alteram.

Finalmente, um indicador presta-se a uma espécie de resumo da percepção das elites do MERCOSUL sobre os fator de competitividade da economia brasileira: uma pergunta para saber se a economia brasileira é mais competitiva em relação à economia global. Como vemos na tabela 6.19, a percepção da competitividade global é afetada de maneira positiva e linear pela percepção da competitividade tecnológica.

TABELA 6.19
Competitividade Global da Economia Brasileira
de Acordo com Competitividade Tecnológica

Economia Brasileira Globalmente Competitiva	Competitividade Tecnológica			Total
	Baixa (1 e 2)	Mediana (3)	Alta (4 e 5)	
Discordam	30,1	23,1	17,4	21,4
Em parte de acordo	60,0	54,8	40,5	48,8
Inteiramente de acordo	10,0	22,1	42,1	29,8
Total (100%)	(80)	(208)	(259)	(547)

Como podemos ver, quanto maior o otimismo com relação à competitividade tecnológica da economia brasileira, maior também o otimismo quanto a sua capacidade de competir globalmente. Enquanto o pessimismo com a competitividade na economia global cai pela metade à medida que aumenta o otimismo com relação à competitividade tecnológica, o otimismo com a competitividade global aumenta de acordo com um fator 4 em função da percepção da competitividade tecnológica.

Dos três fatores considerados para analisar a percepção dos fatores de competitividade da economia brasileira pelas elites de nossos parceiros no MERCOSUL, a expectativa de abertura crescente da economia para o exterior e a expectativa de desenvolvimento tecnológico tendem a afetar a avaliação de praticamente todos os fatores de competitividade: medidas de avaliação global, julgamentos sobre o produto, a empresa e o empresário brasileiro, o impacto do MERCOSUL sobre setores específicos da economia, sobre o desempenho global da economia e seu lugar na economia da região e do mundo.

Os resultados encontrados sugerem que o modo como é percebido o esforço de abertura da economia brasileira e o relativo êxito alcançado no desenvolvimento do ponto de vista tecnológico funcionam como filtros pelos quais passa a percepção do desempenho da economia como um todo e em seus principais se-

tores, bem como as qualidades atribuídas para seus produtos, suas empresas e seus empresários.

7 PRIORIDADES DA ATUAÇÃO EXTERNA DO BRASIL

Neste capítulo iremos analisar a percepção das elites do MERCOSUL sobre a atuação externa do Brasil. As elites dos países vizinhos tendem a identificar a liderança brasileira como benigna e considerá-la importante para o desenvolvimento da região.

Existe, entretanto, variação por país: os uruguaios e paraguaios aceitam mais facilmente a liderança brasileira e consideram que a atuação externa do país ajuda a melhorar a situação internacional de toda a região. Os argentinos, por sua vez, são mais céticos com relação a essa liderança, e apresentam mais pontos de conflitos nos casos em que há disputa de liderança com o Brasil, como, por exemplo, na oposição à candidatura brasileira ao Conselho de Segurança da ONU. No entanto, esse maior ceticismo dos argentinos não significa que sejam contrários à liderança brasileira, apenas mais reticentes.

Para o conjunto das elites, o objetivo da atuação externa brasileira é ampliar seu poder internacional em detrimento da prosperidade do país, e isso se deve à forte proporção de paraguaios que se inclinam claramente nesse sentido. Nos outros dois países (Argentina e Uruguai), as elites tendem a acreditar que o Brasil mantém equilíbrio na sua atuação externa.

Entre os setores da elite, os empresários tendem avaliar a atuação brasileira como de busca da prosperidade interna, enquanto os setores do governo acreditam que a atuação está mais voltada para a busca de poder internacional. Ao considerarmos os diferentes setores da elite em cada país, observamos que os empresários argentinos e uruguaios são os que mais vêem, na atuação externa brasileira, uma forma de melhorar as condições internas do país. Para 43,4% e 41,2% dos empresários argentinos e uruguaios, respectivamente, o Brasil almeja a prosperidade interna ao atuar no cenário internacional. Para o setor governamental uruguaio, o Brasil privilegia a ampliação do seu poder internacional: 41% consideram que o Brasil atua nesse sentido, enquanto, entre os sindicalista/intelectuais uruguaios, esse percentual cai para 18%.

A elite partidária na Argentina acredita que a atuação externa brasileira leva em conta, tanto o desenvolvimento interno, quanto a ampliação das ações externas: de fato, para 50% dessa parte da elite argentina, o Brasil mantém ambas as motivações na sua atuação externa.

TABELA 7.1
Avaliação da Atuação Externa do Brasil – por Setores da Elite de Cada País

País	Objetivos da Atuação Externa do Brasil	Setores da Elite				Total
		Governo	Partidos	Empresários	Intel./Sind.	
Argentina	Prosperidade interna	36,4	14,6	43,8	27,8	30,1
	Ambas	42,4	50,0	18,8	38,9	37,2
	Poder internacional	21,2	35,4	37,5	33,3	32,8
	Total (100%)	(33)	(48)	(48)	(54)	(183)
Paraguai	Prosperidade interna	12,5	14,6	25,0	21,8	18,8
	Ambas	32,5	35,4	41,7	36,4	36,6
	Poder internacional	55,0	50,0	33,3	41,8	44,5
	Total (100%)	(40)	(48)	(48)	(55)	(191)
Uruguai	Prosperidade interna	15,4	25,0	41,2	32,2	29,4
	Ambas	43,6	47,9	31,4	49,2	43,1
	Poder internacional	41,0	27,1	27,5	18,6	27,4
	Total (100%)	(39)	(48)	(51)	(59)	(197)

Argentina Chi^2: 15.926 GL:6 Sig.: 0,014
Paraguai: Chi^2: 5.829 GL: 6 Sig.: 0,443
Uruguai: Chi^2: 12.158 GL: 6 Sig.: 0,059

Como se vê, não há variações significativas entre os diferentes setores da elite paraguaia, mas sim entre argentinos e uruguaios. No primeiro caso, a diferença é entre a elite empresarial e a partidária; no segundo, entre a elite empresarial e a governamental.

Quando se considera o conjunto da amostra, os objetivos externos do Brasil se refletem no tipo de atuação que o país exerce na região. Essa visão tende a ser positiva entre os que consideram que os objetivos do Brasil são a busca da prosperidade interna: para esses entrevistados, isso contribui para o crescimento da região, tendo em vista que o Brasil busca cooperar para o desenvolvimento dos seus parceiros.

No caso dos que consideram que o objetivo do Brasil é a ampliação de poder, a tendência é acreditar que o país tem em mira sua posição de hegemonia e de liderança no relacionamento com seus vizinhos.

No seu conjunto, a grande maioria dos entrevistados acredita que o Brasil visa aumentar sua liderança na região (96%) – ver tabela 7.2. Entre os que acham que o Brasil possui objetivos de ampliação de poder internacional, essa proporção sobe para 98,5%; inversamente, entre os 1,5% que não concordam que o Brasil tem pretensões de liderança regional, a proporção aumenta 5 vezes, para 8,5% entre os que atribuem ao país prioridade para a prosperidade interna.

TABELA 7.2
Grau de Concordância sobre a Pretensão do Brasil de Aumentar Liderança na Região de Acordo com Prioridade da Atuação Externa

Pretensão do Brasil de Aumentar Liderança na Região	Objetivos da Atuação da Externa do Brasil			Total
	Prosperidade Interna	Ambos	Poder Internacional	
Discorda	8,1	3,6	1,5	4,0
Concorda	91,6	96,4	98,5	96,0
Total (100%)	(148)	(223)	(197)	(568)

Chi^2 9.634 GL: 2 Sig.: 0,008

A alternativa entre a prioridade para a prosperidade interna e para o poder internacional está associada à percepção polarizada da atuação externa do Brasil, como no caso da atuação voltada ou não para o exercício de liderança regional. Entretanto, quando se considera a atuação do Brasil no contexto do desenvolvimento da região, essa correlação é apenas parcial e negativa.

Assim, quanto mais nossos vizinhos percebem que a prioridade brasileira não é estritamente doméstica, menos eles atribuem, ao país, um papel ativo no desenvolvimento regional. Como vemos na tabela 7.3, a descrença no papel do Brasil na cooperação para o desenvolvimento passa de 29,4%, dos que lhe atribuem prioridade para aumentar o poder internacional, para 38,9% entre os que, ao contrário, atribuem ao país prioridade para a prosperidade doméstica.

TABELA 7.3
Grau de Concordância sobre Cooperação do Brasil para o Desenvolvimento Econômico da Região de Acordo com Objetivos da Atuação Externa do País

Cooperação do Brasil para o Desenvolvimento Econômico da Região	Objetivos da Atuação Externa do Brasil			Total
	Prosperidade Interna	Ambos	Poder Internacional	
Discorda	38,9	26,7	29,4	30,8
Concorda	61,1	73,3	70,8	69,2
Total (100%)	(149)	(221)	(185)	(555)

Chi^2 6.586 GL: 2 Sig.: 0,037

No que se refere ao controle sobre a Bacia do Prata, a correlação é positiva. Aqueles que consideram a prosperidade interna prioridade brasileira tendem a discordar de que o Brasil tenta controlar os recursos da Bacia do Prata, enquanto os que acreditam que o Brasil tem por objetivo a ampliação de poder concordam com esse julgamento.

Como vemos na tabela 7.4, existe correlação linear e positiva entre a percepção sobre a alternativa *prosperidade X poder internacional* e o julgamento sobre

as pretensões do Brasil na Bacia do Prata. Quanto mais convencidos da prioridade para acumulação de poder, mais convencidos da pretensão brasileira de controlar os recursos hídricos da região, e, possivelmente, menos convencidos dessa pretensão, quando atribuem, ao Brasil, prioridades essencialmente domésticas. De 60,3% que concordam com a afirmação de que o Brasil tem por objetivo controlar os recursos hídricos, essa proporção sobe para 77,6% quando se passa dos que acreditam na prioridade doméstica para os que acreditam na prioridade de poder internacional. Inversamente, a proporção dos que discordam em que o Brasil tem por objetivo controlar a Bacia do Prata praticamente dobra, e passa de 22,4% para 39,7%, quando se analisam os que atribuem objetivo de poder externo e os que atribuem objetivos de prosperidade doméstica ao Brasil.

TABELA 7.4

Grau de Concordância de que o Brasil Pretende Controlar os Recursos Hídricos na Região do Prata de Acordo com Objetivos da Atuação Externa do País

Controle dos Recursos Hídricos da Região do Prata	Objetivos da Atuação Externa do Brasil			Total
	Prosperidade Interna	Ambos	Poder Internacional	
Discorda	39,7	30,1	22,4	29,9
Concorda	60,3	69,9	77,6	70,1
Total (100%)	(141)	(209)	(192)	(542)

Chi^2: 11.649 GL: 2 Sig.: 0,003

Essa correlação reflete a importância que os países do Cone Sul dão à distribuição dos recursos entre os parceiros econômicos do MERCOSUL, pois, quando se pergunta sobre o controle dos recursos da Amazônia, a correlação desaparece, qualquer que seja o objetivo de política externa. Os recursos hídricos da Bacia do Prata, ao contrário, são importantes na definição das relações de poder entre os parceiros do MERCOSUL.

A visão sobre a atuação externa brasileira mostra coerência com o tipo de diretriz que os entrevistados atribuem à política externa brasileira. Mais particularmente, entre os que consideram que o objetivo do país é ampliar o seu poder internacional, a atuação exercida na região tende a ser considerada expansionista, hegemônica e orientada para a liderança regional do Brasil.

Examinaremos, a seguir, outros fatores determinantes da percepção das elites sobre a atuação externa, como o posicionamento ideológico e o grau de nacionalismo.

Com relação à questão ideológica,[4] nota-se que a percepção sobre a atuação externa do Brasil, tanto no plano internacional quanto no regional, mostra-se

[4] Os entrevistados indicaram sua posição ideológica numa escala de 1 a 7; 1 representava o máximo de esquerda e 7, o máximo de direita.

invariável e independente da autolocalização no espectro ideológico. Deve-se ressaltar que 85% dos entrevistados se localizam na posição de centro, e apenas 4,2% se localizam à direita e 10%, à esquerda.

A tabela 7.5 mostra a autolocalização ideológica e a percepção das elites sobre a prioridade da atuação externa do Brasil. Observa-se que, entre as elites que se autolocalizam no centro, 34,3% consideram como prioridade da atuação a ampliação do poder internacional, mas, entre os que se localizam à direita, 50% consideram prioridade a ampliação de poder internacional.

Nos demais casos não há variações pela identificação ideológica das elites entrevistadas. Entre as elites dos países do Cone Sul não há correlação entre localizar-se em determinada posição ideológica e a percepção sobre a política externa brasileira.

TABELA 7.5
Percepção sobre a Prioridade da Atuação Externa
do Brasil de Acordo com a Autolocalização Ideológica

Prioridade da Atuação Externa	Autolocalização Ideológica			Total
	Esquerda	Centro	Direita	
Prosperidade interna	25,0	26,7	29,2	26,6
Ambos	41,1	39,0	20,8	38,4
Poder internacional	33,9	34,3	50,0	35,0
Total (100%)	(56)	(472)	(24)	(552)

Chi^2: 3.814 GL: 4 Sig.: 0,432

A análise da influência do maior ou menor grau de nacionalismo das elites na percepção sobre a prioridade da política externa brasileira indica que, entre os que afirmam ser muito nacionalistas, a tendência é considerar prioridade brasileira a ampliação de poder internacional, enquanto aqueles que se consideram medianamente nacionalistas tendem a considerar que o país prioriza a prosperidade interna.

Na tabela 7.6 nota-se que, entre os entrevistados que se intitulam muito nacionalistas, 42,5% consideram prioridade externa do Brasil a ampliação de poder internacional, enquanto 29,6% dos que se consideram nem muito, nem pouco nacionalistas opinam que o país atua visando poder internacional.

Os mais nacionalistas tendem a rejeitar a percepção de que o país tem, como objetivo, a prosperidade interna: apenas 19,8% dos entrevistados que se declaram nacionalistas acham que a atuação do Brasil visa à prosperidade interna em detrimento da ampliação do poder internacional, enquanto 31% daqueles que se

declaram medianamente nacionalistas acreditam que a atuação externa do Brasil visa à prosperidade interna.

TABELA 7.6
Percepção sobre a Prioridade da Atuação Externa do Brasil de Acordo com o Grau de Nacionalismo dos Entrevistados

Prioridade da Atuação Externa	Grau de Nacionalismo			Total
	Menor	Mediano	Maior	
Prosperidade interna	27,7	31,0	19,8	25,9
Ambos	40,4	39,4	37,7	39,0
Poder internacional	31,9	29,6	42,5	35,1
Total (100%)	(141)	(203)	(212)	(556)

Chi^2: 10.893 GL: 4 Sig.: 0,028

Ao se analisar o grau de nacionalismo como condicionante da percepção das elites sobre o tipo da atuação externa do Brasil, nota-se que não há distinções entre o menor ou o maior grau de nacionalismo, ou seja, não há variações, estatisticamente significativa, nos casos analisados.

Pode-se concluir que tanto o grau de nacionalismo quanto a localização ideológica não se mostram indicadores relevantes para a compreensão da percepção das elites do Cone Sul no que diz respeito à atuação externa do Brasil.

Vamos analisar, na próxima seção, a controvérsia sobre a candidatura brasileira a um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. O objetivo dessa análise é verificar como nossos parceiros reagem à liderança do Brasil na região.

7.1 Controvérsia sobre a Candidatura Brasileira ao Conselho de Segurança da ONU

A divulgação simultânea, por parte do Departamento de Estado dos EUA, da outorga de *status* de aliado especial à Argentina, da retomada da venda de armamentos modernos ao Chile e de apoio à pretensão do Brasil de disputar assento permanente no Conselho de Segurança da ONU provocou um mal-estar entre os parceiros do MERCOSUL. O governo argentino imediatamente se manifestou contrário à pretensão do Brasil.

Apoiar a candidatura brasileira seria uma forma de reforçar a liderança do país na região, e credenciá-lo como o principal interlocutor da região junto aos demais países. Com o objetivo de limitar a suposta liderança brasileira, o governo argentino propôs uma forma de rodízio entre os países da região no Conselho de Segurança.

Com vistas a examinar como as elites do MERCOSUL reagiram a essa questão, foi formulada uma bateria de perguntas que incluem desde o grau de conhecimento até o grau de concordância com a posição argentina. A análise dos resultados mostra que as elites dos países do MERCOSUL aceitam a presença brasileira no Conselho de Segurança independentemente do país e do setor da elite. Quanto aos argentinos, a possibilidade de terem assento no Conselho é rejeitada por uma proporção significativa de uruguaios. Isso reflete, em parte, uma visão hierárquica dos países do MERCOSUL: a liderança que o Brasil exerce nas relações regionais é incontestável, mas a Argentina não detém, junto às outras elites, prerrogativa análoga. Os resultados por setores das elites, em cada país, indicam também que a sociedade civil não empresarial tende a se manifestar contrária à candidatura argentina, independentemente do país.

Como mostra a tabela 7.7, até os sindicalistas/intelectuais argentinos discordam da possível entrada da Argentina no Conselho de Segurança da ONU, ao contrário dos empresários, 90% dos quais concordam com as pretensões argentinas ao assento permanente.

Entre as elites uruguaias e paraguaias, o setor sindicalista/intelectual também se manifesta contrário às pretensões argentinas, e representam 62,7% e 32,1%, respectivamente. No caso uruguaio, proporção significativa da elite partidária é favorável à entrada da Argentina no Conselho e polariza com os demais setores da sociedade civil: 68,1% da elite partidária concordam com a candidatura argentina, enquanto apenas 37,3% dos sindicalistas/intelectuais concordam com essa pretensão.

TABELA 7.7
Avaliação da Candidatura da Argentina ao Conselho de Segurança da ONU por Setores da Elite de Cada País

País	Apoio à Candidatura Argentina	Setores da Elite				Total
		Governo	Partidos	Empresários	Intel./Sind.	
Argentina	Discorda	5,9	18,0	10,0	29,6	17,0
	Concorda	94,1	82,0	90,0	70,4	83,0
	Total (100%)	(34)	(50)	(50)	(54)	(188)
Paraguai	Discorda	21,1	11,1	13,0	32,1	20,0
	Concorda	78,9	88,9	87,0	67,9	80,0
	Total (100%)	(38)	(45)	(46)	(56)	(185)
Uruguai	Discorda	47,5	31,9	34,0	62,7	44,9
	Concorda	52,5	68,1	66,0	37,3	55,1
	Total (100%)	(40)	(47)	(50)	(59)	(196)

Argentina Chi^2: 10,844 GL:3 Sig.: 0,013

Paraguai: Chi^2: 8,801 GL: 3 Sig.: 0,032

Uruguai: Chi^2: 13,280 GL3 Sig.: 0,004

Essa atitude mais desfavorável a uma possível candidatura argentina também se observa na rejeição às declarações do governo argentino de que se opõe à pretensão brasileira de integrar o Conselho. Quando se considera o país, 80% dos uruguaios e paraguaios se manifestaram contrários às declarações argentinas. Mesmo entre os próprios argentinos houve divisão equilibrada entre os que concordam e os que discordam das declarações do seu governo.

Ao serem analisados os resultados por setores da sociedade e por país, nota-se que as variações significativas entre os setores da elite se restringem ao caso argentino. De fato, os empresários argentinos tendem a concordar com as posições do seu governo e os sindicalistas/intelectuais, a discordar: 68,8% dos entrevistados argentinos provenientes dos setores não empresariais da sociedade civil discordam da posição do governo Menem, enquanto 61% dos empresários concordam. Nos outros países não há variações significativas entre os setores da elite. Isso sugere que, ao contrário do caso argentino, em que a polarização das variações[5] supõe a existência de uma controvérsia interna, nos demais países do MERCOSUL a posição das elites foi consensual e, portanto, não deu margem a variações significativas entre suas percepções e atitudes.

TABELA 7.8
Grau de Concordância sobre as Declarações do Governo Argentino a Respeito da Candidatura Brasileira ao Conselho de Segurança da ONU Controlado por País e por Setores da Elite

País	Concordância c/ Governo Argent.	Setores da Elite				Total
		Governo	Partidos	Empresários	Intel./Sind.	
Argentina	Discorda	45,5	56,5	39,0	68,8	53,6
	Concorda	54,5	43,5	61,0	31,2	46,4
	Total (100%)	(33)	(46)	(41)	(48)	(168)
Paraguai	Discorda	84,4	82,1	85,4	86,5	84,5
	Concorda	15,6	17,9	14,6	13,5	15,2
	Total (100%)	(32)	(39)	(41)	(52)	(164)
Uruguai	Discorda	73,0	88,9	76,9	86,0	81,9
	Concorda	27,0	11,1	23,1	14,0	18,1
	Total (100%)	(37)	(45)	(39)	(50)	(171)

Argentina: Chi^2: 8,970 GL:3 Sig.: 0,030
Paraguai: Chi^2: 0,364 GL: 3 Sig.: 0,948
Uruguai: Chi^2: 4,985 GL:3 Sig.: 0,196

[5] Supõe-se a diferença entre os que aprovam ou reprovam a posição do governo Menem na Argentina (46,4%-53,6%), no Paraguai (15,2%-84,8%) e no Uruguai (18,1%-81,9%).

É interessante verificar até que ponto a opinião sobre o acesso do Brasil a assento permanente no Conselho de Segurança da ONU reflete as percepções das elites dos nossos vizinhos do Cone Sul sobre a atuação externa do país, especialmente no âmbito regional. Pode-se pensar que, quanto mais se percebe o papel de liderança regional do Brasil, mais aumenta o temor da ampliação dos recursos de poder do país. Ou, inversamente, para aqueles que reconhecem o papel de liderança do Brasil, aceitar uma extensão extra-regional dessa influência poderia ser mais palatável do que para aqueles que, ao contrário, não percebem (ou não aceitam) essa liderança.

A tabela 7.9 indica que essa última hipótese é mais provável: os que reconhecem a liderança brasileira tendem a se opor às declarações argentinas e, por outro lado, os que não consideram o Brasil liderança regional se manifestam favoráveis a elas.

De fato, dos que concordam que o Brasil é liderança regional, 76% discordam das declarações argentinas, enquanto, entre os que não reconhecem a liderança brasileira, essa proporção cai para apenas 47%; inversamente, a concordância com a oposição argentina às pretensões do Brasil dobra de 23,9% que reconhecem a liderança brasileira para 47,1% dos que não a reconhecem. Isso sugere, portanto, que, entre os que já consideram o Brasil potência regional, não existe o temor de que sua entrada no Conselho venha a colocar em risco o equilíbrio de poder na região.

TABELA 7.9
Grau de Concordância com as Declarações do Governo Argentino Contrárias à Candidatura do Brasil ao CSONU e Grau de Concordância sobre a Liderança Regional do Brasil

Declarações do Governo Argentino	O Brasil é um Líder Regional		Total
	Discorda	Concorda	
Discorda	52,9	76,1	73,7
Concorda	47,1	23,9	26,3
Total (100%)	(51)	(447)	(498)

Chi^2: 12.624 GL: 2 Sig.: 0,000

Entretanto, quando se compara a reação das elites do MERCOSUL às declarações do governo argentino contra as pretensões do Brasil no CSONU pela percepção do pretenso expansionismo brasileiro, não existe correlação entre as duas variáveis. Isso contribui para confirmar que não existe temor de que o aumento de poder criaria problemas nas relações regionais.

Mas, se, por um lado, a entrada do Brasil no CSONU não provoca temor de desestabilização das relações regionais, por outro, não provoca expectativas de

melhoria nas condições de vida da população ou da economia do MERCOSUL. De fato, não há associações significativas entre a percepção sobre os ganhos do MERCOSUL para a região e o país do entrevistado e a posição favorável ou não à candidatura brasileira ao Conselho de Segurança.

7.2 Comportamento Hegemônico e Cooperativo como Fatores da Percepção dos Objetivos da Política Externa Brasileira

Como vimos, um conjunto de variáveis que dizem respeito à percepção dos objetivos da política externa brasileira mostrou-se útil para explicar variações significativas nas opiniões e atitudes das elites do MERCOSUL sobre a atuação externa do país. Tanto a alternativa entre as prioridades para a acumulação de poder interno ou para a prosperidade interna, quanto a atribuição ou não de objetivos expansionistas, como ainda a inclinação para a cooperação para o desenvolvimento regional, alteram, de modo significativo, algumas dessas percepções.

Por meio da técnica de *answer-tree*,[6] procedemos a uma análise multivariada que permite avaliar o quanto um número previamente escolhido de indicadores explica a variação de cada uma dessas variáveis. Assim, no que diz respeito à alternativa entre prosperidade doméstica e poder internacional, incluímos na análise os seguintes indicadores:

Variável dependente: Perg.35 – A atuação internacional do Brasil visa a garantir a prosperidade interna ou sua posição de poder internacional? Escala de 1 a 5, na qual 1 significa prosperidade interna e 5, poder internacional.

1 (Prosperidade Interna) (9,8%); 2 (16,8%); 3 (33,8%); 4 (27,5%); 5 (Poder Internacional) (7,5%); NS (3,5%); NR (1,2%)

Variáveis Independentes:

País do Entrevistado

Setores da Elite

Perg.10A – Concorda ou discorda que o Brasil é um país emergente?

Perg.10B - Concorda ou discorda que o Brasil é um país subdesenvolvido?

Perg.10C - Concorda ou discorda que o Brasil é um país recém-industrializado?

Perg.10D - Concorda ou discorda que o Brasil é uma potência média?

Perg.10E - Concorda ou discorda que o Brasil é uma potência regional?

Perg.10F - Concorda ou discorda que o Brasil é uma pequena potência?

---

[6] O emprego da técnica de *answer-tree*, aplicado mediante o programa estatístico SPSS, foi possível graças a treinamento e consultoria proporcionados pelo prof. José Siqueira, da FEA-USP.

Perg.10G - Concorda ou discorda que o Brasil é um líder regional?

Perg.10H - Concorda ou discorda que o Brasil é um líder dos países emergentes?

Perg.10I - Concorda ou discorda que o Brasil é um líder do terceiro mundo?

Perg.33A – A economia brasileira terá um crescimento acelerado nos próximos anos?

Perg.33B – A economia brasileira será cada vez mais aberta?

Perg.33C – O Brasil é o pólo econômico do MERCOSUL?

Perg.33D – O Brasil é o pólo econômico da América do Sul?

Perg.33E – A economia brasileira é cada vez mais competitiva no mercado global?

Perg.33F – O Brasil será uma das maiores economias do mundo?

Perg36A - O Brasil pretende aumentar sua liderança na região?

Perg.36B – O Brasil coopera para o desenvolvimento econômico da região?

Perg.36C – O Brasil tem objetivos expansionistas?

Perg.36D – O Brasil pretende cooperar para uma convivência pacífica entre os povos?

Perg.36E – O Brasil pretende exercer a hegemonia?

Perg.36F – O Brasil pretende investir capitais na economia dos países vizinhos?

Perg.36G – O Brasil pretende controlar os recursos hídricos da Bacia do Prata?

Perg.36H - O Brasil pretende controlar os recursos hídricos da Bacia Amazônica?

Perg.71 – A globalização é uma mudança à qual todos os países necessitam se adaptar?

Perg.72 – A globalização vai aumentar a competitividade dos países?

Perg.73 – A globalização somente beneficiará os países mais ricos?

Perg.74 – Localização ideológica, numa escala de 1 a 7, sendo 1 o máximo de esquerda e 7 o máximo de direita.

Perg.75 – Considera-se pouco ou muito nacionalista? Numa escala de 1 a 5, quanto maior o número, maior o nacionalismo.

QUADRO 7.1

Perg.35 - Actuación del Brasil busca prosperidad interna o posición de poder? (Training Sample)

Cat.	%	n
Prosperidad interna	9,87	47
2	16,81	80
3	33,82	161
4	27,52	131
Poder internacional	7,35	35
81	0,21	1
NS	3,15	15
99	1,26	6
Total	(100,00)	476

Perg.36C - Brasil tiene objetivos expansionistas
P-value=0,0000; Chi-square=98,9023; df=14

Completam. en desacuerdo

Cat.	%	n
Prosperidad interna	15,79	33
2	25,84	54
3	34,93	73
4	14,35	30
Poder internacional	6,70	14
81	0,48	1
NS	0,48	1
99	1,44	3
Total	(43,91)	209

En parte en desacuerdo;En parte en acuerdo

Cat.	%	n
Prosperidad interna	5,08	10
2	11,17	22
3	34,52	68
4	41,62	82
Poder internacional	4,06	8
81	0,00	0
NS	3,05	6
99	0,51	1
Total	(41,39)	197

Completam. en acuerdo;NS;99

Cat.	%	n
Prosperidad interna	5,71	4
2	5,71	4
3	28,57	20
4	27,14	19
Poder internacional	18,57	13
81	0,00	0
NS	11,43	8
99	2,86	2
Total	(14,71)	70

Perg.36F - Invesitr capitales en la economia de los paises vecinos
P-value=0,0154; Chi-square=24,1181; df=6

Completam. en desacuerdo;Completam. en acuerdo;NS;99

Cat.	%	n
Prosperidad interna	11,11	6
2	3,70	2
3	31,48	17
4	35,19	19
Poder internacional	7,41	4
81	0,00	0
NS	9,26	5
99	1,85	1
Total	(11,34)	54

En parte en desacuerdo;En parte en acuerdo

Cat.	%	n
Prosperidad interna	2,80	4
2	13,99	20
3	35,66	51
4	44,06	63
Poder internacional	2,80	4
81	0,00	0
NS	0,70	1
99	0,00	0
Total	(30,04)	143

De todas essas variáveis, foram encontradas duas que, independentemente das demais, incidem mais fortemente sobre a opinião das elites do MERCOSUL a respeito da alternativa entre prosperidade doméstica e poder externo, e explica sua variação: a pergunta sobre os eventuais objetivos expansionistas do Brasil e aquela sobre a capacidade do Brasil para investir em outros países. Como se vê no quadro 7.1, de um relativo equilíbrio entre os que atribuem, ao Brasil, prioridade para os objetivos internos (26,6%), externos (34,8%) e ambos (33,8%), aumenta consideravelmente a proporção dos que respondem pela prioridade para a posição de poder internacional (45,6%) entre os que estão totalmente convencidos dos supostos objetivos expansionistas do Brasil, e, inversamente, diminuem tanto os que opinam pela prosperidade interna (cai para 11,4%) quanto os que ficam numa posição intermediária (28,5%). Ao contrário, aumenta a proporção dos que respondem pela prioridade para a prosperidade interna entre os que estão totalmente convencidos de que o Brasil não tem objetivos expansionistas (de 26,6% para 41,4%), enquanto diminui a proporção dos que opinam pela prioridade para o poder internacional (de 33,8% para 21%).

Aqueles que não têm certeza dos objetivos expansionistas ou de sua ausência concentram-se em uma posição entre intermediária (34,5%) e inclinada para os objetivos externos (45%), que representa quase 80% das respostas. Isso se deve à grande concentração, entre eles (dois terços), daqueles que estimam que é mediana a capacidade do Brasil para fazer investimentos em outros países, 80% dos quais dão a mesma resposta, enquanto, entre os que opinam de forma mais extrema (inteiramente de acordo ou inteiramente em desacordo com a capacidade do Brasil de investir no exterior), essa proporção cai para 72,3%.

Assim, desse conjunto de variáveis, o que melhor explica a opinião sobre a alternativa entre busca da prosperidade nacional ou do poder internacional é a percepção ou não de objetivos expansionistas. Entre os que mantêm posição moderada sobre o pretenso expansionismo brasileiro, a proporção dos que opinam pela prioridade para o poder externo e para ambos (poder externo e prosperidade interna) aumenta simultaneamente. Essa proporção é significativamente maior ainda entre os que também emitem opinião moderada sobre a capacidade brasileira de investimento externo.

No que diz respeito à atribuição de objetivos expansionistas ao Brasil, o conjunto de variáveis utilizadas foi o seguinte:

Variável dependente: Perg.36C – O Brasil tem objetivos expansionistas?

Discorda Totalmente (42%) Discorda Parcialmente (28,9%) Concorda Parcialmente (14%) Concorda Totalmente (11,9%) NS (2,5%) NR (0,4)

Variáveis Independentes:

País do Entrevistado

Setores da Elite

Perg.10A – Concorda ou discorda que o Brasil é um país emergente?

Perg.10B - Concorda ou discorda que o Brasil é um país subdesenvolvido?

Perg.10C - Concorda ou discorda que o Brasil é um país recém-industrializado?

Perg.10D - Concorda ou discorda que o Brasil é uma potência média?

Perg.10E - Concorda ou discorda que o Brasil é uma potência regional?

Perg.10F - Concorda ou discorda que o Brasil é uma pequena potência?

Perg.10G - Concorda ou discorda que o Brasil é um líder regional?

Perg.10H - Concorda ou discorda que o Brasil é um líder dos países emergentes?

Perg.10I - Concorda ou discorda que o Brasil é um líder do terceiro mundo?

Perg.33A – A economia brasileira terá um crescimento acelerado nos próximos anos?

Perg.33B – A economia brasileira será cada vez mais aberta?

Perg.33C – O Brasil é o pólo econômico do MERCOSUL?

Perg.33D – O Brasil é o pólo econômico da América do Sul?

Perg.33E – A economia brasileira é cada vez mais competitiva no mercado global?

Perg.33F – O Brasil será uma das maiores economias do mundo?

Perg.35 – A atuação internacional do Brasil visa a garantir a prosperidade interna ou garantir sua posição de poder internacional?

Perg. 36A – O Brasil pretende aumentar sua liderança na região?

Perg.36B – O Brasil pretende cooperar para o desenvolvimento econômico da região?

Perg.36D – O Brasil pretende cooperar para uma convivência pacífica entre os povos?

Perg.36E – O Brasil pretende exercer a hegemonia?

Perg.36F – O Brasil pretende investir capitais na economia de países vizinhos?

Perg.36G – O Brasil pretende controlar os recursos hídricos da Bacia do Prata?

Perg.36H - O Brasil pretende controlar os recursos hídricos da Bacia Amazônica?

Perg.71 – A globalização é uma mudança à qual todos os países necessitam se adaptar?

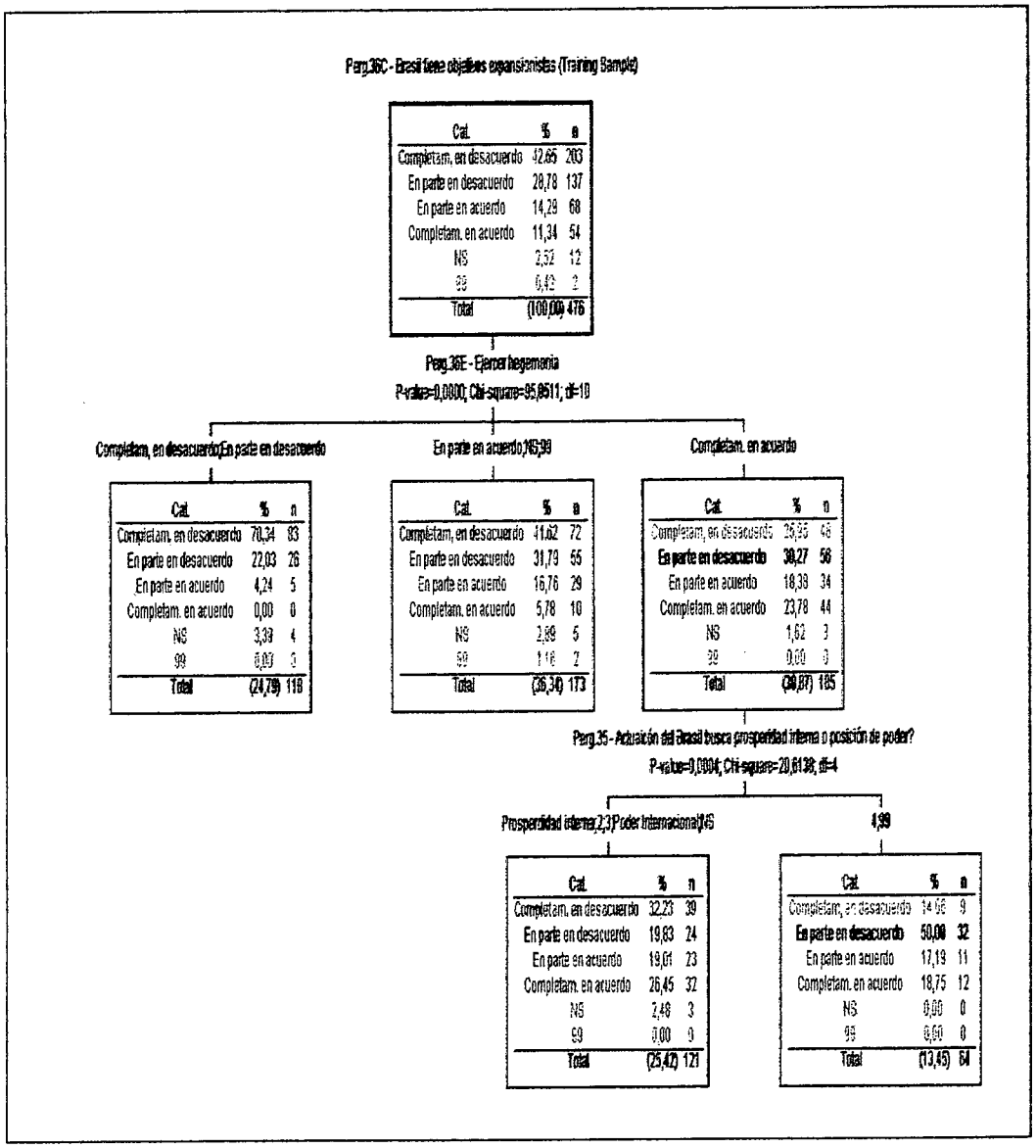
Perg.72 – A globalização vai aumentar a competitividade dos países?

Perg.73 – A globalização somente beneficiará os países mais ricos?

Perg.74 – Localização ideológica, numa escala de 1 a 7, sendo 1 o máximo de esquerda e 7 o máximo de direita?

Perg.75 – Considera-se pouco ou muito nacionalista? Numa escala de 1 a 5, quanto maior o número, maior o nacionalismo.

QUADRO 7.2



Desse conjunto de variáveis, três mostraram-se mais úteis para explicar a variação entre os que estão ou não convencidos da existência de objetivos expansionistas na atuação externa do Brasil: a atribuição de objetivos de hegemonia, a prioridade para a prosperidade interna ou a busca de poder internacional, e a opinião sobre a maior ou menor competitividade da economia brasileira.

Assim, como vemos no quadro 7.2, há grande diferença entre os 71,1% que discordam total ou parcialmente da existência de objetivos expansionistas do Brasil e os 26% que concordam, e essa diferença varia significativamente em função da opinião sobre a existência de objetivos hegemônicos. Entre os que concordam inteiramente que o Brasil busca objetivos hegemônicos, a diferença cai para 56% contra 42,4%, numa clara polarização. Quando se leva em conta a opinião sobre a alternativa de prosperidade interna/poder internacional, essa diferença não varia muito no total, mas aumenta significativamente o desacordo parcial quanto ao expansionismo[7] entre os que opinam pela prioridade externa ou pela prioridade combinada (interna-externa). Essa proporção, dos que não estão totalmente convencidos de que o Brasil não é expansionista, sobe ainda mais quando se considera a percepção sobre a maior ou menor competitividade da economia brasileira em termos globais: entre os que estão apenas parcialmente de acordo em que a economia é competitiva, tal proporção atinge 47,4%. Ao contrário, a convicção do expansionismo brasileiro sobe para 48,2% entre os demais.

Portanto, os fatores que mais influenciam a opinião sobre a existência de objetivos expansionistas na atuação externa do Brasil são as percepções sobre a existência de objetivos hegemônicos, sobre a alternativa entre objetivos internos ou externos na atuação internacional, e a avaliação da competitividade global da economia brasileira. A convicção sobre a existência de busca da hegemonia aumenta significativamente a percepção do expansionismo, mas uma visão moderada sobre a busca de poder externo aumenta a proporção dos que também esposam opinião moderada sobre o pretenso expansionismo, que é ainda mais reforçado pelos que mantêm visão moderada sobre a competitividade global da economia brasileira.

No lado oposto, vejamos agora os fatores que mais influem na diferença entre opiniões mais ou menos benignas sobre a cooperação do Brasil para o desenvolvimento econômico da região. O conjunto de variáveis utilizadas foi o seguinte:

Variável dependente: Perg.36B – O Brasil pretende cooperar para o desenvolvimento econômico da região?

Discorda Totalmente (4,7%) Discorda Parcialmente (25,2%) Concorda Parcialmente (51%) Concorda Totalmente (14,6%) NS (3,7%) NR (0,5).

---

[7] O qual sobe para 37,3% de um total de 29% das respostas.

Variáveis Independentes:

País do Entrevistado

Setores da Elite

Perg.10A – Concorda ou discorda que o Brasil é um país emergente?

Perg.10B - Concorda ou discorda que o Brasil é um país subdesenvolvido?

Perg.10C - Concorda ou discorda que o Brasil é um país recém-industrializado?

Perg.10D - Concorda ou discorda que o Brasil é uma potência média?

Perg.10E - Concorda ou discorda que o Brasil é uma potência regional?

Perg.10F - Concorda ou discorda que o Brasil é uma pequena potência?

Perg.10G - Concorda ou discorda que o Brasil é um líder regional?

Perg.10H - Concorda ou discorda que o Brasil é um líder de países emergentes?

Perg.10I - Concorda ou discorda que o Brasil é um líder do terceiro mundo?

Perg.33A – A economia brasileira terá um crescimento acelerado nos próximos anos?

Perg.33B – A economia brasileira será cada vez mais aberta?

Perg.33C - O Brasil é o pólo econômico do MERCOSUL?

Perg.33D – O Brasil é o pólo econômico da América do Sul?

Perg.33E – A economia brasileira é cada vez mais competitiva no mercado global?

Perg.33F – O Brasil será uma das maiores economias do mundo?

Perg.35 – A atuação internacional do Brasil visa a garantir a prosperidade interna ou garantir sua posição de poder internacional?

Perg36A – O Brasil pretende aumentar sua liderança na região?

Perg.36C – O Brasil tem objetivos expansionistas?

Perg.36D – O Brasil pretende cooperar para uma convivência pacífica entre os povos?

Perg.36E – O Brasil pretende exercer a hegemonia?

Perg.36F – O Brasil pretende investir capitais na economia dos países vizinhos?

Perg.36G – O Brasil pretende controlar os recursos hídricos da Bacia do Prata?

Perg.36H – O Brasil pretende controlar os recursos hídricos da Bacia Amazônica?

Perg.71 – A globalização é uma mudança à qual todos os países necessitam se adaptar?

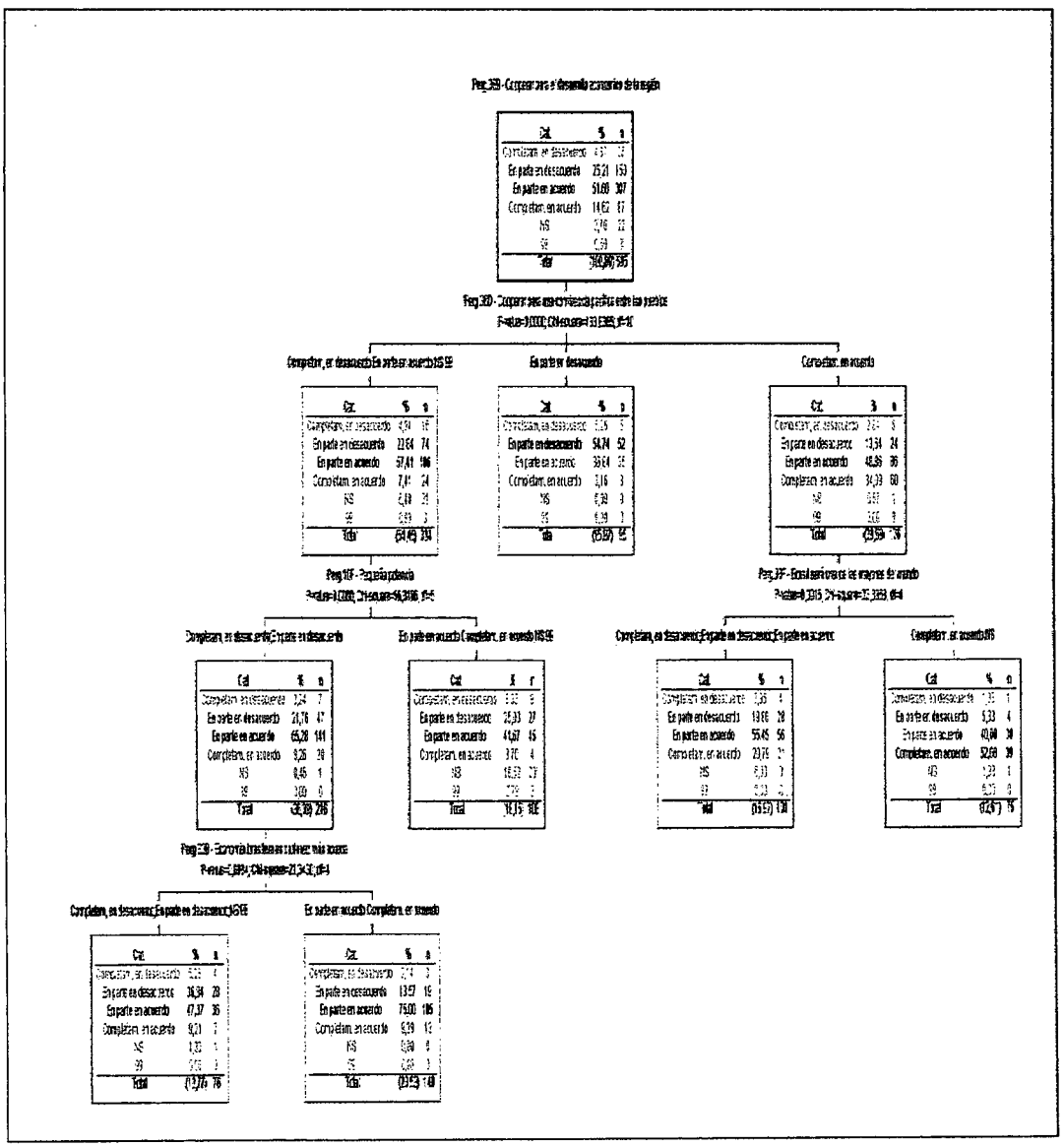
Perg.72 – A globalização vai aumentar a competitividade dos países?

Perg.73 – A globalização somente beneficiará os países mais ricos?

Perg.74 – Localização ideológica, numa escala de 1 a 7, sendo 1 o máximo de esquerda e 7 o máximo de direita.

Perg.75 – Considera-se pouco ou muito nacionalista? Numa escala de 1 a 5, quanto maior o número, maior o nacionalismo.

QUADRO 7.3



Dessa variáveis, quatro reforçam, de maneira mais significativa, a diferença entre os que atribuem ao Brasil objetivos de cooperação (66,2%) e os que opinam diferentemente (29,5%): a percepção de um objetivo de cooperação para uma convivência pacífica entre os povos, a avaliação sobre o lugar do Brasil entre as maiores economias do mundo e, ao contrário, a atribuição de um papel de

potência menor ao Brasil, além da avaliação sobre o caráter crescentemente aberto da economia brasileira.

A variável da qual depende mais diretamente a percepção da disposição brasileira para a cooperação econômica regional é a opinião sobre a inclinação do país para cooperar para a convivência pacífica entre os povos. Os 29,5% das elites vizinhas que duvidam que a cooperação para o desenvolvimento seja buscada pelo Brasil dividem-se em três grupos. No que diz respeito à opinião sobre a cooperação para a paz, cerca de 30% estão inteiramente convencidos da inclinação brasileira nesse sentido, o que reforça significativamente a opinião favorável sobre a disposição para cooperar para o desenvolvimento; 82,9%, contra apenas 16,4% que não acreditam que o Brasil coopere para o desenvolvimento da região. Ao contrário, o contingente de 16% apenas parcialmente convencidos da inclinação brasileira para cooperar para a convivência pacífica reforça significativamente a opinião desfavorável à inclinação brasileira para cooperar para o desenvolvimento: 54,7% estão parcialmente em desacordo com a afirmação de que o Brasil tenha essa atitude em favor do desenvolvimento regional, contra apenas 25,2% do total de respostas. Inversamente, apenas 3,16% estão inteiramente convencidos da atitude brasileira em prol da paz, contra 14,6% do total de respostas. Os 55% restantes não diferem significativamente do total da amostra, e formam um grupo residual que inclui os que duvidam inteiramente da atitude brasileira próconvivência pacífica, os que, diferentemente, acreditam apenas parcialmente nela, e também os que não souberam opinar.

A influência da atitude mais favorável à inclinação brasileira para a convivência pacífica sobre a crença na disposição do país para cooperar para o desenvolvimento da região é fortemente reforçada pela avaliação de seu lugar entre as maiores economias do mundo. Pouco menos da metade dos 30% que acreditam inteiramente na cooperação brasileira para a paz também estão inteiramente convencidos de que o Brasil será uma das maiores economias do mundo (12,6%) e, entre eles, nada menos do que 92% estão inteira ou parcialmente de acordo em que o Brasil coopera para o desenvolvimento regional, contra apenas 6,6% que não estão. Inversamente, a crença na cooperação brasileira para o desenvolvimento cai para 76,2% entre os demais, que incluem os que estão apenas parcialmente de acordo ou em desacordo total ou parcial.

No pólo oposto, a avaliação do Brasil como pequena potência altera significativamente a influência da visão favorável à cooperação brasileira para a paz: o grupo residual de 55% que reúne os que duvidam inteiramente ou acreditam parcialmente ou, ainda, não sabem opinar sobre essa atitude brasileira divide-se em dois contingentes: o primeiro constitui-se de um terço, daqueles que estão total ou parcialmente de acordo em classificar o Brasil como pequena potência, e no qual observa-se maior diminuição da crença da inclinação brasileira para o desenvolvimento da região (45,3%); o segundo é conformado pelos dois terços restantes, que são aqueles que não concordam que o Brasil possa ser caracteriza-

do como pequena potência, o que pouco influencia a opinião sobre cooperação para o desenvolvimento (74,5% acreditam, 25% não acreditam nessa disposição brasileira). Sua opinião depende fortemente, entretanto, da percepção sobre a abertura da economia brasileira para o exterior: os dois terços desse contingente que percebem que a economia brasileira está em processo de abertura cada vez maior consideram o país mais engajado no desenvolvimento econômico da região (84,2%).[8] Os demais inclinam-se, ao contrário, a negar tal atitude brasileira de cooperação para o desenvolvimento regional (44,1%).

Em suma, a visão favorável sobre a atitude brasileira de cooperação para o desenvolvimento econômico da região é reforçada, de um lado, pelos que estão inteiramente convencidos da atitude do país em benefício da convivência pacífica entre os povos – cuja proporção de acordo varia de pouco mais de dois terços para 82,9% – e, entre estes, pelos que também estão inteiramente convencidos de que o Brasil será uma das maiores economias do mundo – cuja proporção aumenta para 92%. De outro lado, entre os que estão inteiramente convencidos da abertura crescente de nossa economia, e também de nosso papel como potência, embora não possuam visão favorável do papel do país na convivência entre os povos.

Quanto à visão desfavorável, aumenta significativamente, seja entre os que duvidam apenas parcialmente da inclinação brasileira em prol da convivência pacífica (60% contra apenas 16,4% dos que não duvidam nem um pouco dessa inclinação), seja entre os que desconfiam simultaneamente da abertura brasileira e de seu papel como potência (44,1% contra apenas 29% do total de respostas). Tal visão não varia significativamente, e se mantém próxima à do total de respostas, de um lado, entre os que desconfiam do lugar do Brasil entre as maiores economias, mas não de seu papel em prol da convivência pacífica entre os povos; de outro lado, entre os desconfiam do papel do Brasil como potência, e de seu papel na convivência pacífica entre os povos.

Na primeira parte deste relatório vimos como o papel de destaque da economia brasileira e das relações internacionais do país é percebido com clareza e reconhecido como liderança benigna pelo conjunto das elites de nossos parceiros no MERCOSUL. Vimos, nesta segunda parte, que um conjunto de variáveis que dizem respeito à natureza dessa liderança e dos seus objetivos mostrou-se útil para explicar variações significativas nas opiniões das elites sobre aspectos relevantes de nossa atuação externa. Nesta seção, tivemos oportunidade de analisar os principais fatores que incidem sobre a percepção da natureza e objetivos dessa liderança, tais como sua orientação doméstica ou externa, sua pretensão expansionista e sua inclinação para a cooperação.

Dessa análise pode-se concluir que a estrutura de determinação da percepção desses fatores de comportamento cooperativo ou hegemônico inclui aspectos econômicos e políticos intricados de maneira complexa. Entre os aspectos eco-

[8] O maior contingente é o dos que concordam parcialmente, 75%, contra 51,6% do total de respostas.

nômicos, destacam-se a percepção ou não da crescente abertura da economia brasileira, seu grau de competitividade global e seu lugar entre as maiores do mundo e até sua capacidade de investir em outros países. Entre os aspectos políticos, destacam-se a pretensão hegemônica, a dicotomia prosperidade doméstica/poder internacional, e a atitude de cooperação para a convivência pacífica.

Assim, a diferença entre os que concordam, ou não, que o Brasil tem atitude de cooperação para o desenvolvimento da região é significativamente reforçada pela percepção de atitude de cooperação para a convivência pacífica, que por sua vez é reforçada pela percepção ou não do Brasil como pequena potência, que por sua vez é reforçada pela percepção da crescente abertura da economia. Por outro lado, ela é reforçada, numa outra ordem causal, pela percepção da atitude cooperativa para a convivência pacífica, que, por sua vez, é reforçada pela percepção do lugar do Brasil entre as maiores economias do mundo, numa seqüência que inclui, em ambos os ramos da cadeia causal, variáveis referentes à percepção tanto de aspectos econômicos quanto de aspectos políticos.

A diferença entre os que atribuem ou não pretensões expansionistas ao Brasil é, por sua vez, reforçada pela percepção da suposta pretensão hegemônica brasileira, que é reforçada pela percepção da alternativa entre objetivos de prosperidade interna ou de poder internacional, que, por sua vez, é reforçada pela avaliação da competitividade global da economia brasileira. Novamente, a alternância entre variáveis que dizem respeito ao desempenho econômico e à atuação política é patente na seqüência causal que explica a variação de opinião entre nossos vizinhos do Cone Sul.

Seqüência análoga se revela com relação à percepção de nossos vizinhos quanto à alternativa entre objetivos domésticos ou internacionais em nossa política externa: a percepção da prevalência de um ou de outro objetivo ou ainda de uma combinação dos dois é reforçada pela percepção do pretenso expansionismo brasileiro, que, por sua vez, é reforçada pela avaliação sobre a capacidade brasileira para fazer investimentos em outros países.

Esses resultados permitem concluir que a imagem do Brasil em sua atuação externa na região, na percepção das elites de nossos parceiros no MERCOSUL, resulta de combinação sofisticada de avaliações sobre os objetivos de nossa atuação externa, seu desempenho efetivo, e características estruturais e dinâmicas da economia brasileira. Em outras palavras, essa alternância entre aspectos econômicos e políticos na seqüência causal de fatores de percepção que melhor explicam nossa imagem como parceiro regional sugere combinação entre os objetivos, a atuação e a capacidade de atuação, medida pelos recursos políticos e econômicos de que o país dispõe e utiliza efetivamente.

Do lado das elites argentinas, uruguaias e paraguaias, os resultados sugerem, não apenas um grau surpreendente de interesse e informação sobre nosso país, como capacidade bastante sofisticada de análise da informação disponível.

ANEXO

A PERCEPÇÃO DA ELITE CHILENA SOBRE A POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL

A pesquisa sobre a percepção das elites dos países do Cone Sul foi realizada no Chile, na Argentina, no Uruguai e no Paraguai. Para permitir a comparação entre a percepção dessas elites, foram estabelecidas regras semelhantes nos quatro países, tanto para a execução no campo quanto na definição do plano amostral. No entanto, por motivos diversos, a parte chilena não conseguiu executá-las, fazendo ajustes no plano amostral e nos procedimentos do trabalho de campo. Isso impossibilitou a análise conjunta e comparativa com o restante da amostra.

O nosso intuito, neste anexo, é fornecer uma visão geral das percepções da elite chilena e, quando possível, estabelecer comparações com as visões das elites dos demais países. Nesse caso, deve-se ressaltar que não é possível estabelecer relações mais complexas entre as percepções dos quatro países com valor probabilístico, mas apenas comparar globalmente os registros da elite chilena com os demais.

Na primeira parte, analisaremos as diferenças entre os planos amostrais executados no Chile e nos outros países, e demonstraremos suas implicações para uma análise mais abrangente e comparativa. Na segunda parte, serão analisados os principais resultados da percepção da elite chilena sobre o Brasil.

Plano Amostral

A pesquisa no Chile foi realizada entre os meses de dezembro de 1997 e abril de 1998. Os atrasos na condução das entrevistas dificultaram o andamento da pesquisa no país, ocasionados pela dificuldade de se formar equipe de trabalho e de agendar entrevistas com membros importantes da elite.

O plano amostral inicial, idêntico ao que foi aplicado nos outros países, era composto de duzentas entrevistas que foram divididas pelos setores da sociedade, de acordo com estudo sobre a importância de cada setor na sociedade chilena. Esse mesmo procedimento amostral foi utilizado na Argentina, no Paraguai e no Uruguai, e poucas mudanças foram realizadas nesses países.

Das duzentas entrevistas previstas, foram realizadas, no período, apenas 145, e manteve-se a proporcionalidade entre os diferentes setores da elite. As diferenças entre o plano amostral e o que foi realizado foram as seguintes:

Setores Sociais	Previsto	Realizado
Governo	40	28
Partidos Políticos	60	36
Empresários	50	41
Sindicalistas	15	5
Intelectuais	20	20
Jornalistas	15	15
Total	200	145

A amostra aplicada no Chile dificulta a análise conjunta, não somente porque tem 75 casos a menos do que o previsto, mas porque há sobre-representação de alguns grupos e sub-representação de outros. Por exemplo, poucos membros da elite do Poder Legislativo foram entrevistados, e houve representação maior de membros do Poder Executivo.

Todos esses problemas levaram-nos à opção pela apresentação dos resultados do Chile em separado dos demais; e desconsideramos a divisão setorial.

A percepção dos chilenos sobre a política externa brasileira

Em termos gerais, os chilenos se apresentam relativamente informados sobre os assuntos de relações internacionais: 59,3% responderam que não são muito nem pouco informados. Quanto à atuação externa do Brasil, os chilenos se colocam entre pouco e medianamente informados, o que representa 86% dos entrevistados. Nos demais países, os entrevistados são mais informados sobre a atuação externa brasileira: 85% das elites do MERCOSUL indicaram que conhecem muito e medianamente a participação do Brasil no cenário internacional.

A percepção dos chilenos sobre a influência da política externa brasileira não se distingue da dos demais países. Entre os entrevistados, 80% consideram que o Brasil é potência regional, nos demais países, esse percentual é de 87%. Mas os chilenos reconhecem pouco a liderança regional do Brasil: apenas 39% percebem o Brasil nesse sentido, comparados com os 59% dos argentinos, 90,5% dos paraguaios e 75% dos uruguaios.

O Brasil é identificado por 51% dos chilenos como país emergente, enquanto, nos demais países, esse percentual é de apenas 37%.

QUADRO 1
Percepção da Dimensão Internacional do
Brasil no Chile, Argentina, Uruguai e Paraguai

(Em porcentagem)

Dimensão Internacional do Brasil	Países			
	Chile	Argentina	Paraguai	Uruguai
País emergente	51,0	30,3	45,0	35,5
Potência regional	80,7	70,7	99,0	93,5
Líder regional	39,2	55,4	90,5	74,4%

O pouco conhecimento sobre a atuação externa brasileira revela-se no baixo conhecimento sobre a participação do país em fóruns internacionais ou na resolução de conflitos, apresentando-se conhecimento abaixo do das outras elites entrevistadas. Os chilenos acham que o país influencia pouco na solução de conflitos internacionais, representando 81% dos que consideram de pouco a mediana a participação brasileira.

A avaliação sobre a participação do Brasil em fóruns internacionais demonstrou que os chilenos têm perfil parecido com o dos argentinos; nos dois países, o conhecimento da atuação brasileira é menor se comparado com o dos uruguaios e paraguaios. Para 25,7% dos chilenos, a atuação do Brasil na OMC facilitou a implementação do órgão, contra 24% entre os argentino; já entre os paraguaios, esse percentual sobe para 61%, e para 54% entre os uruguaios.

A atuação do Brasil na ALCA também é vista como pouco efetiva pelos chilenos: somente 12,5% consideram que a atuação brasileira tem facilitado o sucesso dessa iniciativa. Entre os membros permanentes do MERCOSUL, esse valor sobe para 34% entre os argentinos, 21%, entre os paraguaios, e 41%, entre os uruguaios.

QUADRO 2
Percepção sobre a Atuação do Brasil em Organismos Internacionais por País

(Em porcentagem)

Participação do Brasil em Organismos Internacionais	Países			
	Chile	Argentina	Paraguai	Uruguai
OMC	25,0	24,0	61,0	54,0
ALCA	12,5	34,0	21,0	41,0
ECO 92	59,5	71,0	88,5	74,5

Os chilenos consideram que a participação do Brasil na OMC, em primeiro lugar, visa defender os interesses do MERCOSUL (83%), depois, os interesses do Brasil (81%), e, em terceiro lugar, os dos outros países do América Latina (46,6%). Essa distribuição sugere que, para o chilenos, o Brasil está voltado para o desenvolvimento do MERCOSUL, acima dos interesses do próprio país. Entre os membros permanentes do MERCOSUL, a percepção se inverte, e, para as elites desses países, o Brasil defende primeiro seus interesse e depois atua em favor do bloco econômico.

Na percepção dos chilenos, a economia brasileira tem grande capacidade para atrair investimentos estrangeiros (73%), e essa visão positiva é semelhante à encontrada nos demais países. No que se refere à competitividade brasileira em oferecer mão-de-obra barata, os chilenos apresentam percepção semelhante à dos

argentinos: para 47% dos chilenos, o país tem grande capacidade nesse item, enquanto, entre os argentinos, o percentual é de 44%.

QUADRO 3
Influência do Brasil na Defesa dos Interesses na OMC
de Acordo com a Percepção da Elite

(Em porcentagem)

Influência do Brasil	
MERCOSUL	83,4
Brasil	81,1
América Latina	46,6
Dos mercados emergentes	17,9
Dos países pobres	10,3
Ordem econômica internacional mais equilibrada	15,3

Os chilenos apresentam o mesmo receio dos demais países com relação à capacidade brasileira de manter a estabilidade econômica e política: somente 45% dos chilenos acreditam que o país possui tal capacidade. Essa desconfiança quanto aos rumos da economia brasileira não se manifesta na percepção de que a atuação do Brasil visa cooperar para o desenvolvimento econômico da região (87%), nem na avaliação sobre a capacidade para investir nos países vizinhos (70,2%).

A metade dos chilenos reconhece que o Brasil pretende aumentar sua liderança na região, enquanto 67% discordam de que o país tenha objetivos expansionistas. Essa percepção é semelhante à da elite dos países do MERCOSUL.

Em geral, a elite chilena não se distingue da dos demais países quanto à competitividade econômica do Brasil e sua atuação na América do Sul. No entanto, os chilenos demonstram baixo grau de conhecimento sobre a atuação internacional do Brasil de maneira geral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon e BALBACHEVSKY, Elizabeth. O Brasil e o Mercosul: agenda e percepção dos atores sociais. *In*: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org). *Alca: aspectos históricos, jurídicos e sociais*. São Paulo: FTD, 1998. v. 1,

ALMOND, Gabriel. *The American People and Foreing Policy*. New York: Praeger, 1950.

ARAUJO, Manuel Mora, RADO Graciela Di e MONTOYA, Paula. La política externa y la opinión pública Argentina. *In*: RUSSEL, Roberto. *La política externa Argentina en el nuevo orden mundial*. Bueno Aires: Flacso, 1992.

CHRISTOPHER, Anderson and KALTENTHALER, Karl C. The dynamics of Public Opinion toward European Integration, 1973-93. *European Journal of International Relations*, London, v. 2, n. 2, p. 175-199, 1996.

CONVERSE, Philipp. The Nature of Belief System in Mass Publics. *In*: APTER, David (org). *Ideology and Discontent*. New York: Free Press, 1964.

_____ e CAMPBELL, Angus (eds). *The Human Meaning of Social Change*. New York: Russell Sage, 1972.

DEUTSCH, K. W. *The Analysis of International Relations*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1968.

_____ *et al*. France, Germany, and the Western Alliance: A Study of Elite Attitudes on European Integration and World Politics. New York: Scribner, 1967.

EICHENBERG, Richard and DALTON, Russell. Europeans and the European Community: The Dinamics of Public Support for European Integration. *International Organization*, Cambridge, v. 47, p. 507-34, 1993.

FIGUEIREDO, R. e CERVELLINI, S. Contribuições para o Conceito de Opinião Pública. *Opinião Pública*, Campinas, v. 3, n. 3, p.112-120, 1995.

GABEL, Mattew and PALMER, Harvey. Understanding Variation in Public Support for European Integration. *European Journal of Political Research*, London v. 27, p. 3-19, 1995.

HANDLEY, David. Public Opinion and European Integration: The Crisis of The 1970's. *European Journal of Political Research*, London, v. 9, p. 335-64, 1981.

HIRST, Mônica. A dimensão política do Mercosul: atores, politização e ideologia. *In*: ZYLBERSTAJN, Hélio *et al*. (Org.). *Processos de Integração Regional e Sociedade: sindicalismo na Argentina, Brasil, México e Venezuela*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HIRST, Mônica. A reação do empresariado argentino frente à formação do Mercosul. *Serie de Documentos e Informes de Investigación*, Buenos Aires, nº 143, maio 1993.

HOLSTI, Ole R. *Public Opinion and American Foreign Policy (Analytical Perspectives on Politics)*. Michigan, : University Michigan Press, 1996.

_____ and ROSENAU, James N. The Domestic and Foreign Policy beliefs of American Leaders. *Journal of conflict Resoluction*, n. 32, p. 284-94, june 1988.

HURWITZ, Jon; PEFFLEY, Mark and SELIGSON, Mitchell A. Foreign policy belief systems in comparative perspective: the United States and Costa Rica. *International Studies Quarterly*, Bloomington, v. 37, n. 3, p. 245-270, september 1993.

INGLEHART, Ronald and REIF Karl-Heinz (eds). *Eurobarometer: The Dynamics of European Public Opinion*. New York: St Martin's Press, 1991.

INGLEHART, Ronald. *The Silent Revolution*. Princenton: Princenton University Press, 1977.

_____. Cognitive Mobilization and European Identity. *Comparative Politics*, New York, v. 3, p. 45-71, 1970.

KAPSTEIN, Ethan B. Is realism dead? The Domestic Sources of International Politics. *International Organization*, Cambridge, v. 49, n. 4, p. 751-774, 1995.

KEGLEY JR, Charles W. & WITTKOPF, Eugene R. *American Foreign Policy: Pattern and Process*. New York: St Martin's Press, 1991.

LAMOUNIER, Bolivar (org.). *Ouvindo o Brasil: uma análise da opinião pública brasileira hoje*. São Paulo: Idesp, 1992.

LANE, R. E and Seaas, D. O. *Public Opinion*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1964. and LIPPMANN, W. *Public Opinion*. New York: Macmillan, 1992.

LIMA, Maria Regina Soares e CHEIBUB, Zairo Borges. *Elites estratégicas e dilemas de desenvolvimento de pesquisa*. Rio de Janeiro, 1994. (Relatório de pesquisa).

MUELLER, John E. *War, President, and Public Opinion*. New York: Wiley, 1985.

NOELLE-NEUMANN, Elizabeth. *The Spiral of silence – Our social skin*. Chicago: Chicago University Press, 1984.

PAGE, Be. *Public opinion and foreign policy*. Chicago: University of Chicago Press, 1997.

_____ and SHAPIRO, Robert. Effects of public opinion on policy. *American Political Science Review*, Baltimore, v. 77, n. 1, p. 175-90, 1983.

_____ e SHAPIRO, Robert. *The Rational Public: Fifty Years of Trends in American 's Policy Preferences*. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

PARKER, Suzanne L. Toward and Understanding of "Rally" Effects: Public Opinion in the Persian Gulf War. *Public Opinion Quarterly*, Princeton, v. 59, n. 4, p. 526-546, 1995.

POWLICK, Philip. The sources of public opinion for american foreign policy officials. *International Studies Quarterly*, Bloomington, v. 39, n. 4, p. 427-52, december 1995.

RIELLY, John E. *American Public Opinion and US Foreign Policy*. Chicago: Chicago Council, 1991.

_____ Public Opinion: The pulse of the '90s. *Foreign Policy*, Washington, n. 82, p. 79-98, 1991.

RISSE-KAPPEN, Thomas. Public Opnion, Domestic Structure, and Foreign Policy in Liberal Democracies. *World Politics*, Princeton, n. 43, p. 470-512, 1991.

ROSENAU, James. *Public opinion and foreign policy*. New York: Randon House, 1972.

SARTORI, Giovanni. Opinión publica. *In*: *Elementos de teoria política*. Madrid: Alianza Universitaria Editorial, 1992.

TURNER, Frederick C. América Latina: política externa e opinião pública. *Opinião Pública*, Campinas, v. 3, n. 1, p. 01-19, 1995.

VIGEVANI, Tullo e MARIANO, Karina L. P. A burocracia na Integração Regional (e no Mercosul): Influência no Processo decisório. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v.19, n. 2, p. 267-306, julho/dezembro 1997.

_____e VEIGA, João Paulo. Mercosul: interesses e mobilização sindical. *In*: ZYLBERSTAJN, Hélio *et al.* (org). *Processos de Integração Regional e Sociedade: sindicalismo na Argentina, Brasil, México e Venezuela*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

WITTKOPF, Eugene R. *Faces of Internationalism: Public Opinion in American Foreign Policy*. London: Duke Universit Press, 1990.

ZALLER, Jonh R. *The Nature and Origins of Mass Opinion*. New York: Cambridge University Press, 1992.

PUBLICAÇÕES DO IPEA (TEXTOS)
1998/1999

TEXTO PARA DISCUSSÃO — TD

Nº 538 "Competitividade de Grãos e de Cadeias Selecionadas do *Agribusiness*", José Garcia Gasques, Carlos Monteiro Villa Verde, Frederico Andrade Tomich, João Alberto De Negri, Luís Carlos G. de Magalhães e Ricardo Pereira Soares, Brasília, janeiro 1998, 162 p.

Nº 539 "State-Level Pension Reform: the Case of Rio Grande do Sul", William McGreevey, Francisco Eduardo Barreto de Oliveira e Kaizô Iwakami Beltrão, Rio de Janeiro, janeiro 1998, 22 p.

Nº 540 "Para Onde Vai a Estrutura Industrial Brasileira?", Regis Bonelli e Robson R. Gonçalves, Rio de Janeiro, janeiro 1998, 51 p.

Nº 541 "Medidas Antidumping, Anti-Subsídios e de Salvaguardas: Experiência Recente e Perspectivas no Mercosul", Guida Piani, Rio de Janeiro, janeiro 1998, 23 p.

Nº 542 "Uma Avaliação do Impacto do Programa Curumim sobre o Desempenho Escolar", Ricardo Paes de Barros, Rosane Mendonça e Marcelo Soares, Rio de Janeiro, fevereiro 1998, 26 p.

Nº 543 "Um Modelo Econométrico da Conta Corrente do Governo no Brasil — 1951/95", Beatriz C. Muriel Hernández, Rio de Janeiro, fevereiro 1998, 32 p.

Nº 544 "A Capacidade de Absorção de mão-de-obra da Economia do Rio de Janeiro", Ricardo Paes de Barros, Daniela Ribeiro da Costa, Miguel Foguel e Rosane Mendonça, Rio de Janeiro, fevereiro 1998, 23 p.

Nº 545 "As Exportações Brasileiras no Período 1977/96: Desempenho e Determinantes", Marco Antônio F. H. Cavalcanti e Fernando José Ribeiro, Rio de Janeiro, fevereiro 1998, 46 p.

Nº 546 "Programas Federais de Apoio aos Pequenos Investimentos: Justificativas, Características e Balanço Preliminar", Carlos Alberto Ramos, Brasília, fevereiro de 1998, 25 p.

Nº 547 "Dimensionamento e Acompanhamento do Gasto Social Federal" Maria Alice da Cunha Fernandes, Margarida Maria Sousa de Oliveira, Denise C. Correa da Rocha, Nyedja da Silva Marinho e José Aparecido Carlos Ribeiro, Brasília, fevereiro 1998, 68 p.

Nº 548 "Situação Social e Demográfica dos Beneficiários da Reforma Agrária: um Atlas", Maria Beatriz de Albuquerque David, Philippe Waniez e Violette Brustlein, Rio de Janeiro, março 1998, 38 p.

Nº 549 "O Setor Serviços no Brasil: Uma Visão Global — 1985/95", Hildete Pereira de Melo, Frederico Rocha, Galeno Ferraz, Alberto Di Sabbato e Ruth Dwech, Rio de Janeiro, março 1998, 43 p.

Nº 550 "A Eqüidade nas Negociações Internacionais entre Países Desenvolvidos e em Desenvolvimento para a Redução dos Gases de Efeito Estufa: Principais Critérios e Implicações", Maria Bernadete Sarmiento Gutierrez, Rio de Janeiro, março 1998, 16 p.

Nº 551 "Industrial Policy in Brasil a Framework", Donald Hay, Rio de Janeiro, março1998, 19 p.

Nº 552 "Rising Wages and Declining Employment: the Brazilian Manufacturing Sector in the 90s", Marcos Chamon, Rio de Janeiro, março 1998, 19 p.

Nº 553 "On Statistical Mapping of Poverty: Social Reality, Concepts and Measurement", Sonia Rocha, Rio de Janeiro, março 1998, 10 p.

Nº 554 "O Recente Desempenho das Cidades Médias no Crescimento Populacional Urbano Brasileiro", Thompson Almeida Andrade e Rodrigo Valente Serra, Rio de Janeiro, março 1998, 27 p.

Nº 555 "Análise de Dois Programas Estaduais de Implantação da Gestão da Qualidade Total: PROQUALI e PQAP", Fábio Ferreira Batista, Brasília, abril 1998, 37 p.

Nº 556 "Utilização de Critérios Econômicos para a Valorização da Água no Brasil", Ronaldo Seroa da Motta, Rio de Janeiro, abril 1998, 80 p.

Nº 557 "Ganhos de Produtividade e de Eficiência: Novos Resultados para a Economia Brasileira", Regis Bonelli e Renato Fonseca, Rio de Janeiro, abril 1998, 43 p.

Nº 558 "Elasticidade-Renda e Elasticidade-Preço da Demanda de Automóveis no Brasil", João Alberto De Negri, Brasília, abril 1998, 22 p.

Nº 559 "O Déficit Habitacional Brasileiro: um Mapeamento por Unidades da Federação e por Níveis de Renda Domiciliar", Robson R. Gonçalves, Rio de Janeiro, abril 1998, 24 p.

Nº 560 "Serviços Privados de Vigilância e Guarda no Brasil: um Estudo a Partir de Informações da PNAD — 1985/95", Leonarda Musumeci, Rio de Janeiro, maio 1998, 71 p.

Nº 561 "Sobre o Funcionamento dos Fundos Garantidos", Sandro Canesso de Andrade, Rio de Janeiro, maio 1998, 17 p.

Nº 562 "Rede Básica de Transportes da Amazônia", José Alex Sant'Anna, Brasília, junho 1998, 86 p.

Nº 563 "Estimativas do Valor da Produção Industrial e Elaboração de Coeficientes de Exportações e Importação da Indústria Brasileira (1985/96)", Lia Haguenauer, Ricardo Markwald e Henry Pourchet, Brasília, julho de 1998, 78 p.

Nº 564 "Uma Avaliação dos Efeitos do Salário-Mínimo sobre o Mercado de Trabalho no Brasil", Miguel Nathan Foguel, Rio de Janeiro, junho 1998, 26 p.

Nº 565 "O Serviço Doméstico Remunerado no Brasil: de Criadas a Trabalhadoras", Hildete Pereira de Melo, Rio de Janeiro, junho 1998, 29 p.

Nº 566 "O Impacto de Três Inovações Institucionais na Educação Brasileira", Ricardo Paes de Barros e Rosane Mendonça, Rio de Janeiro, junho 1998 61 p.

Nº 567 "Desigualdade Regional e Pobreza no Brasil: A Evolução — 1981/95", Sonia Rocha, Rio de Janeiro, junho 1998, 21 p.

Nº 568 "Sistema Público de Emprego: Objetivos, Eficiência e Eficácia (Notas sobre os países da OCDE e o Brasil)", Carlos Alberto Ramos e Paulo Springer de Freitas, Brasília, julho de 1998, 39 p

Nº 569 "As Estratégias dos Grandes Grupos Industriais Brasileiros nos Anos 90", Regis Bonelli, Rio de Janeiro, Julho 1998, 49 p.

Nº 570 "Estimating Timber Depreciation in the Brrazilian Amazon", Ronaldo Seroa da Motta, Claudio Ferraz, Rio de Janeiro, julho 1998, 21 p.

Nº 571 "Abertura Comercial, *Mark Ups* Setoriais Domésticos e Rentabilidade Relativa das Exportações", Thiago Pereira e Alexandre Carvalho, Brasília, julho de 1998, 58 p.

Nº 572 "Estoque de Riqueza e a Poupança do Setor Privado no Brasil — 1970/95", Lucilene Morandi, Rio de Janeiro, junho de 1998, 22 p.

Nº 573 "Reflexões Sobre os Mecanismos de Universalização do Acesso Disponíveis para o Setor de Telecomunicações no Brasil", Eduardo Sampaio Fiúza, Marcelo Cortes Neri, Rio de Janeiro, julho 1998, 64 p.

Nº 574 "Evolução da Competitividade da Produção Manufatureira no Brasil", Regis Bonelli, Renato Fonseca, Rio de Janeiro, julho 1998, 18 p.

Nº 575 "An Adaptive Resampling Scheme for Cycle Estimation", Alexandra Mello Schmidt, Dani Gamerman, Ajax R. B. Moreira, Rio de Janeiro, julho 1998, 26 p.

Nº 576 "O Papel do Estado na Pesquisa Agrícola no Brasil", Regis Bonelli e Elisa de Paula Pessôa, Rio de Janeiro, julho de 1998, 40 p.

Nº 577 "Relações de Curto e Longo Prazo entre as Poupanças Interna e Externa Brasileiras", Adolfo Sachsida e Marcelo Abi-Romia Caetano, Brasília, agosto de 1998, 24 p.

Nº 578 "Competitividade e Crescimento das Exportações Brasileiras", Marcelo José Nonnenberg, Rio de Janeiro, agosto 1998, 77 p.

Nº 579 "Os Impactos das Políticas Monetária e Cambial no Brasil Pós-Plano Real", Ajax Reynaldo Bello Moreira, Antonio Fiorencio e Elcyon Caiado Rocha Lima, Rio de Janeiro, agosto 1998, 25 p.

Nº 580 "Desenvolvimento Sustentável no Mercosul: A proposta de um marco regulatório", Maria Bernadete Sarmiento Gutierrez, Rio de Janeiro, agosto 1998, 15 p.

Nº 581 "Credibilidade da Política Cambial e as Operações Cambiais", Katia Maria Carlos Rocha e Ajax R. Bello Moreira, Rio de Janeiro, Agosto 1998, 20 p.

Nº 582 "Programas de Renda Mínima Linhas Gerais de uma Metodologia de Avaliação a Partir da Experiência Pioneira do Paranoá no Distrito Federal, João Sabóia e Sonia Rocha, Rio de Janeiro, agosto de 1998, 37 p.

Nº 583 "Uma Análise da Carga Tributária do Brasil", Ricardo Varsano, Elisa de Paula Pessoa, Napoleão Luiz Costa da Silva, José Roberto Rodriques Afonso, Erika Amorim Araújo e Julio Cesar Macil Raimundo, Rio de Janeiro, agosto de 1998, 55 p.

Nº 584 "A Note on Foreign Direct Investment (IDI) and Indusrial Competitiveness in Brazil" Regis Bonelli, Riode Janeiro, agosto de 1998, 29 p.

Nº 585 "Efeitos Regionais do Mercosul: uma Análise Diferencial Estrutural para o Período 1990/95", Honorio Kume e Guida Piani, Rio de Janeiro, agosto de 1998, 27 p.

Nº 586 "Quantificação das Deseconomias do Transporte Urbano: Uma Resenha das Experiências Internacionais", Eduardo de Alcântara Vasconcellos e Iêda Maria de Oliveira Lima, Brasília, agosto de 1998, 48 p.

Nº 587 "Gratuidade do SUS: Controvérsia em Torno do Co-Pagamento", Solon Magalhães Vianna, Sérgio Francisco Piola e Carlos Octávio Ocklé Reis, Brasília, setembro 1998, 49 p.

Nº 588 "Fundos de Poupança Compulsória e Financiamento da Economia 1990/1997", Maurício Mota Saboya Pinheiro, Brasília, setembro 1998, 28 p.

Nº 589 "Poupança Doméstica no Brasil: Evolução Recente e Perspectivas", José Oswaldo Cândido Júnior, Brasília, setembro 1998, 36 p.

Nº 590 "A Política Industrial em uma Perspectiva de Longo Prazo", Robson R. Gonçalves, Rio de Janeiro, setembro 1998, 29 p.

Nº 591 "Acessibilidade Alimentar e Estabilização Econômica no Brasil nos Anos 90", Lena Lavinas, Rio de Janeiro, setembro 1998, 19 p.

Nº 592 "Crescimento Econômico nas Cidades Médias Brasileiras", Thompson A. Andrade, Rodrigo V. Serra, Rio de Janeiro, setembro 1998, 24 p.

Nº 593 "Modelos de Gerações Superpostas com Muitas Gerações: Algoritmo de Solução", Roberto de Goes Ellery Junior e Rogério Boueri Miranda, Brasília, outubro 1994, 24 p.

Nº 594 "Adoção Tecnológica e Subdesenvolvimento", Roberto de Goes Ellery Junior, Brasília, outubro 1998, 26 p.

Nº 595 "Homens x Mulheres: Substitutos ou Complementares no Mercado de Trabalho?, Adolfo Sachida e Paulo Roberto Loureiro, Brasília, outubro de 1998, 16 p.

Nº 596 "Programas de Garantia de Renda Mínima: Perspectivas Brasileiras", Lena Lavinas, Rio de Janeiro, outubro de 1998, 37 p.

Nº 597 "Intermediação de Poupança para Investimento no Setor Produtivo", Rogério Boueri Miranda, Waldery Rodrigues Júnior e Marly Matias Silva, Brasília, outubro de 1998, 32 p.

Nº 598 "Gasto Social das Três Esferas de Governo — 1995", Maria Alice da Cunha Fernandes, Denise C. Correa da Rocha, Margarida Maria Sousa de Oliveira, José Aparecido Carlos Ribeiro e Luseni Maria Cordeiro de Aquino, Brasília, outubro de 1998, 59 p.

Nº 599 "O Mercado Privado de Serviços de Saúde no Brasil: Panorama Atual e Tendências da Assistência Médica Suplementar", Célia Almeida, Brasília, novembro de 1998, 81 p.

Nº 600 "Desempenho do Setor de Serviços Brasileiro no Mercado Internacional", Maria Helena Horta, Carlos Frederico de Souza, Sérgio da Cruz Waddington, Rio de Janeiro, novembro de 1998, 47 p.

Nº 601 "Os Serviços de Limpeza e Conservação no Brasil", Galeno Ferraz, Frederico Rocha, Rio de Janeiro, novembro de 1998, 21 p.

Nº 602 "A Sustentabilidade do Endividamento Externo Brasileiro", Alexandre Samy de Castro, Marco Antônio F. H. Cavalcanti, Eustáquio J. Reis, Fábio Giambiagi, Rio de Janeiro, novembro de 1998, 33 p.

Nº 603 "As Atividades Produtoras de *Software* no Brasil", Frederico Rocha, Rio de Janeiro, novembro de 1998, 22 p.

Nº 604 "O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e Valorização do Magistério (FUNDEF) e seu Impacto no Financiamento do Ensino Fundamental", Jorge Abrahão de Castro, Brasília, novembro de 1998, 46 p.

Nº 605 "Determinantes do Investimento Privado no Brasil: 1970–1995", Giovani Monteiro Melo, Waldery Rodrigues Júnior, Brasília, novembro de 1998, 34 p.

Nº 606 "Reforma Tributária no Plano Constitucional: uma Proposta para o Debate", José Roberto Afonso, Fernando Rezende, Ricardo Varsano, Brasília, novembro de 1998, 80 p.

Nº 607 "Previdência, Poupança e Crescimento Econômico: Interações e Perspectivas", Francisco Eduardo Barreto de Oliveira, Kaizô Iwakami Beltão e Antonio Carlos de Albuquerque David, Rio de Janeiro, novembro de 1998, 41 p.

Nº 608 "Propostas de Instrumentos Econômicos Ambientais para a Redução do Lixo Urbano e Reaproveitamento de Sucatas no Brasil", Ronaldo Seroa da Motta e Daiane Ely Sayago, Rio de Janeiro, novembro de 1998, 53 p.

Nº 609 "Renda e Pobreza — Medidas *per capita versus* Adulto-Equivalene", Sonia Rocha, Rio de Janeiro, novembro de 1998, 15 p.

Nº 610 "PIB por Unidade da Federação: Valores Correntes e Constantes — 1985/96", Claudio Monteiro Considera, Mérida Herasme Medina, Rio de Janeiro, dezembro de 1998, 32 p.

Nº 611 "Mudanças na Distribuição Espacial da Produção de Grãos, Aves e Suínos no Brasil: O Papel do Centro-Oeste", Steven M. Helfand, Gervásio Castro de Rezende, Rio de Janeiro, dezembro de 1998, 38 p.

Nº 612 "Fiscal Descentralization and Big Cities Financing in Brazil", Fernando Rezende, Brasília, Dezembro de 1998, 18 p.

Nº 613 "Comparação de Modelos de Previsão para o PIB e o Produto da Indústria", Ajax R. Bello Moreira, Elaine Amendola, Rio de Janeiro, dezembro de 1998, 21 p.

Nº 614 "Recebimento e Dispêndio das Famílias Brasileiras: Evidências Recentes da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) - 1995/1996", Paulo Furtado de Castro, Luis Carlos G. de Magalhães, Brasília, dezembro de 1998, 37 p.

Nº 615 "Divisão do Trabalho e a Demanda Dinâmica por Emprego e Horas", Rodrigo Pereira e Gustavo Gonzaga, Brasília, dezembro de 1998, 30 p.

Nº 616 "Importação de Tecnologia, Acesso às Inovações e Desenvolvimento Regional: O Quadro Recente no Brasil", Adriana Pacheco Aurea e Antônio Carlos F. Galvão, Brasília, dezembro de 1998, 37 p.

Nº 617 "Sistemas Industriais Localizados: O Vale do Paranhana — Complexo Calçadista do Rio Grande do Sul ", Claudia Andreoli Galvão, Brasília, janeiro de 1999, 66 p.

Nº 618 "A Beleza como Variável Econômica — Reflexo nos Mercados de Trabalho e de Bens e Serviços", Ruth Helena Dweck, Rio de Janeiro, janeiro de 1999, 37 p.

Nº 619 "Model for Projections and Simulations of the Brazilian Economy", Eustáquio J. Reis, Marco Antônio F. H. Cavalcanti, Alexandre Samy de Castro, José Luiz Rossi Jr., Emerson Rildo de Araújo, Beatriz Muriel Hernandez, Rio de Janeiro, janeiro de 1999, 71 p.

Nº 620 "Petroleum Concessions with Extendible Options: Investment Timing and Value Using Mean Reveeersion and Jump Processes for Oil Princes", Marco Antônio Guimarães Dias, Katia Maria Carlos Rocha, Rio de Janeiro, janeiro de 1999, 36 p.

Nº 621 "Êxodo Rural, Envelhecimento e Masculinização no Brasil: Panorama dos Últimos 50 Anos", Ana Amélia Camarano, Ricardo Abramovay, Rio de Janeiro, janeiro de 1999, 23 p.

Nº 622 "Empresas Estrangeiras e Fusões e Aquisições: Os Casos dos Ramos de Autopeças e de Alimentação/Bebidas em Meados dos Anos 90", Rute Imanishi Rodrigues, Brasília, janeiro de 1999, 40 p.

Nº 623 "Uma Análise da Relação entre Inflação e Dispersão de Preços antes e após a Estabilização", Márcio Oliveira Junior, Rio de Janeiro, Janeiro de 1999, 33 p.

Nº 624 "Paraná: Economia, Finanças Públicas e Investimentos nos Anos 90", José Romeu de Vasconcelos e Demian Castro, Brasília, fevereiro de 1999, 66 p.

Nº 625 "Rio Grande do Sul: Economia, Finanças Públicas e Investimentos nos Anos de 1986/1996", José Romeu de Vasconcelos e Carlos Antônio Fraquelli, Brasília, fevereiro de 1999, 55 p.

Nº 626 "Ceará, Pernambuco, Paraná e Rio Grande do Sul: Economia, Finanças Públicas e Investimentos nos Anos de 1986 a 1996", José Romeu de Vasconcelos, Brasília, fevereiro de 1999, 62 p.

Nº 627 "Ceará: Economia, Finanças Públicas e Investimentos nos Anos de 1986 a 1996", José Romeu de Vasconcelos, Manuel Bosco de Almeida e Almir Bittencourt da Silva, Brasília, fevereiro de 1999, 45 p.

Nº 628 "Pernambuco: Economia, Finanças Públicas e Investimentos nos Anos de 1985 a 1996", José Romeu de Vasconcelos e José Raimundo Vergolino, Brasília, fevereiro de 1999, 46 p.

Nº 629 "Investimento Direto Estrangeiro e o Impacto na Balança Comercial nos Anos 90", Mariano Laplane e Fernando Sarti, Brasília, fevereiro de 1999, 47 p.

Nº 630 "Participação, Articulação de Atores Sociais e Desenvolvimento Regional", Pedro Bandeira, Brasília, fevereiro de 1999, 87 p.

Nº 631 "Criação e Desvio de Comércio no Mercosul: o Caso dos Produtos Agrícolas", Marcelo José Braga Nonnenberg e Mário Jorge Cardoso de Mendonça, Rio de Janeiro, março de 1999, 17 p.

Nº 632 "O Ajustamento Cíclico dos Gastos Públicos Federais Brasileiros", Rodrigo Mendes Pereira, Brasília, março de 1999, 25 p.

Nº 633 "Novos Padrões de Localização Industrial? Tendência Recentes dos Indicadores da Produção e do Investimento Industrial", Carlos Américo Pacheco, Brasília, março de 1999, 38 p.

Nº 634 "O Impacto das Cláusulas Sociais e Ambientais do Sistema Geral de Preferência da CE nas Exportações", João Alberto De Negri e Alexandre Carvalho, Brasília, março de 1999, 24 p.

Nº 635 "Impactos Comerciais da Área de Livre Comércio das Américas", Alexandre Carvalho e Andreia Parente, Brasília, março de 1999, 40 p.

Nº 636 "Estimação de Equações de Demanda de Importações por Categorias de Uso para o Brasil (1978/1996)", Alexandre Carvalho e Andreia Parente, Brasília, abril de 1999, 31 p.

Nº 637 "Rentabilidade do FGTS", Francisco E. B. Oliveira, Kaizô I. Beltrão, Maria Tereza de M. Pasinato e Mônica Guerra Ferreira, Rio de Janeiro, abril de 1999, 12 p.

Nº 638 "A Dívida da União com a Previdência Social: Uma Perspectiva Histórica", Francisco E. B. Oliveira, Kaizô I. Beltrão e Antonio Carlos de Albuquerque David, Rio de Janeiro, abril de 1999, 15 p.

Nº 639 "O Analfabetismo no Brasil sob o Enfoque Demográfico", Marcelo Medeiros Coelho de Souza, Brasília, abril de 1999, 24 p.

Nº 640 "Perspectivas de Ajustamento Externo no Brasil", Eustáquio J. Reis, Alexandre Samy de Castro, Marco Antônio F. H. Cavalcante, José Luiz Rossi Jr. e Emerson Rildo Araújo, Rio de Janeiro, abril de 1999, 36 p.

Nº 641 "Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural: o Caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)", Ricardo Abramovay e José Eli da Veiga, Brasília, abril de 1999, 47 p.

Nº 642 "Dívida Pública Externa: Empréstimos do BIRD ao Brasil", Ricardo Pereira Soares, Brasília, maio de 1999, 45 p.

Nº 643 "A Mensuração do Impacto Redistributivo do Gasto Social: Um Estado para a Região Metropolitana de São Paulo", Marcelo Cardoso Soares, Brasília, maio de 1999, 26 p.

Nº 644 "A Avaliação da Gestão Pública no Contexto da Reforma do Aparelho do Estado", Fábio Ferreira Batista, Brasília, maio de 1999, 107 p.

Nº 645 "Padrões de Desenvolvimento Industrial no Brasil — 1980/95", Regis Bonelli e Robson Gonçalves, Rio de Janeiro, maio de 1999.

Nº 646 "Impactos da Integração Comercial Brasil — Estados Unidos", Alexandre Carvalho, Maria Andreia Parente, Sandra Lerda e Shiyuiti Miyata, Brasília, maio de 1999, 58 p.

Nº 647 "Visitando o "Terceiro Setor" (ou parte dele)", Luiz Carlos Abreu Mendes, Brasília, maio de 1999, 66 p.

Nº 648 "Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (Procera): Institucionalidade, Subsídio e Eficácia", Gervásio Castro de Rezende, Rio de Janeiro, maio de 1999, 17 p.

Nº 649 "Evolução, Determinantes e Dinâmica do Gasto Social no Brasil: 1980/1996", Fabrício Augusto de Oliveira, Brasília, junho de 1999, 89 p.

Nº 650 "Latent Indexation and Exchange Rate Passthrough", Antonio Fiorencio e Ajax R. B. Moreira, Rio de Janeiro, junho de 1999, 20 p.

Nº 651 "Evolução da Produtividade Industrial Brasileira e Abertura Comercial", José Luiz Rossi Júnior e Pedro Cavalcanti Ferreira, Rio de Janeiro, junho de 1999, 31 p.

Nº 652 "O Financiamento da Reforma Agrária no Brasil", José Garcia Gasques e Carlos Monteiro Villa Verde, Brasília, junho de 1999, 42 p.

Nº 653 "Padrão de Financiamento das Empresas Privadas no Brasil", Waldery Rodrigues Júnior e Giovani Monteiro Melo, Brasília, julho de 1999, 41 p.

Nº 654 "Políticas Federais de Habitação no Brasil: 1964/1998", Cláudio Hamilton M. Santos, Brasília, julho de 1999, 33 p.

Nº 655 "Estrutura Setorial-Ocupacional do Emprego no Brasil e Evolução do Perfil Distributivo nos Anos 90", José Celso Cardoso Jr., Rio de Janeiro, julho de 1999, 34 p.

Nº 656 "Labor Market Regulations and the Demand for Labor in Brazil", Ricardo Paes de Barros, Carlos Henrique Corseuil, Gustavo Gonzaga, Rio de Janeiro, julho de 1999, 94 p.

Nº 657 "Fluxos Migratórios, Desemprego e Diferenciais de Renda", Carlos Alberto Ramos, Herton Araújo, Rio de Janeiro, julho de 1999, 17 p.

Nº 658 "Mudanças Estruturais na Indústria Brasileira de Bens de Capital", Marco Flávio C. Resende, Patrícia Anderson, Brasília, julho de 1999, 55 p.

Nº 659 "Testes de Exogeneidade sobre a Correlação Poupança Doméstica e Investimento", Adolfo Sachsida, Brasília, julho de 1999, 37 p.

Nº 660 "Impactos de Desvalorizações Cambiais sobre a Conta Corrente no Brasil", Adolfo Sachsida, Joanílio Teixeira, Brasília, agosto de 1999, 22 p.

Nº 661 "Aprendizado Prático e Nível de Escolaridade", Roberto de Goes Ellery Junior, Brasília, agosto de 1999, 19 p.

Nº 662 "Diferencial de Juros e Taxa de Câmbio no Brasil", Adolfo Sachsida, Joanílio Rodolpho Teixeira, Roberto Ellery Júnior, Brasília, agosto de 1999, 21 p.

Nº 663 "Investment and Uncertainty in a Quadratic Adjustment Cost Model: Evidence from Brazil", Rodrigo Pereira, Brasília, agosto de 1999, 29 p.

Nº 664 "Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar — Relatório Técnico das Ações Desenvolvidas no Período 1995/1998", Enid Rocha Andrade da Silva, Brasília, agosto de 1999, 46 p.

Nº 665 "Política Regional à Escala Sub-Regional: uma Tipologia Territorial como Base para um Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Regional", Antonio Carlos F. Galvão e Ronaldo R. Vasconcelos, Brasília, agosto de 1999, 29 p.

Nº 666 "Reforma Tributária no Brasil: Entre o Ideal e o Possível", Edilberto Carlos Pontes Lima, Brasília, agosto de 1999, 27 p.

Nº 667 "Câmaras Setoriais: Histórico e Acordos Firmados — 1991/95", Patrícia Anderson, Rio de Janeiro, setembro de 1999, 40 p.

Nº 668 "Privatização, Ajuste Patrimonial e Contas Públicas no Brasil", Bolívar Pêgo Filho, Edilberto Carlos Pontes Lima e Francisco Pereira, Brasília, setembro de 1999, 30 p.

Nº 669 "Consórcios Municipais no SUS", José Mendes Ribeiro, Nilson do Rosário Costa, Brasília, setembro de 1999, 38 p.

Nº 670 "Automobilie Pollution Control in Brazil"; Cláudio Ferraz e Ronaldo Seroa da Mota, Rio de Janeiro, setembro de 1999, 26 p.

Nº 671 "FGTS: Avaliação das Propostas de Reforma e Extinção", Carlos Eduardo Carvalho e Maurício Mota Saboya Pinheiro, Rio de Janeiro, setembro de 1999, 41 p.

Nº 672 "Estimation of a Welghts Matri for Determining Spatial Effects", Elcyon Caiado Rocha Lima e Paulo Brígido Rocha Macedo, Rio de Janeiro, setembro de 1999, 21 p.

Nº 673 "Measurign the Stability of the Price System", Antonio Fiorencio e Ajax Moreira, Rio de Janeiro, setembro de 1999, 17 p.

Nº 674 "Sistema de Informações sobre os Gastos Públicos da Área de Educação - SIGPE: Diagnóstico para 1995, Jorge Abrahão e Maria Alice Cunha Fernandes, outubro de 1999, 40 p.

Nº 675 "Mapeamento da Descentralização da Educação Brasileira nas Redes Estaduais do Ensino", Marta Maria de A. Parente e Heloísa Lück, Rio de Janeiro, outubro de 1999, 53 p.

Nº 676 "Labor Market Regulations and Duration of Employment in Brazil", Ricardo Paes de Barros, Carlos Henrique Corseuil e Mônica Bahia, Rio de Janeiro, outubro de 1999, 32 p.

Nº 677 " Produto Interno Bruto por Unidade da Federação - 1985-1998", Antonio Braz de Oliveira e Mérida Harasme Medina, Brasília, outubro de 1999, 19 p.

Nº 678 " Modelo de Simulação de Longo prazo das Receitas e Despesas com o Funcionalismo Público Federal", Kaizô Iwakami Beltrão, Francisco Eduardo Barreto de Oliveira e Maria Tereza de Marsillac Pasinato, Rio de Janeiro, outubro de 1999, 18 p.

Nº 679 "Dois Estudos sobre a Distribuição de Verbas Públicas para as Instituições Federais de Ensino Superior", Alexandre Marinho e Luís Otávio Façanha, Rio de Janeiro, outubro de 1999, 40 p.

Nº 680 "Investimento e Financiamento da Infra-Estrutura no Brasil: 1990/2002", Bolivar Pêgo Filho, José Oswaldo Cândido Júnior, Francisco Pereira, Brasília, outubro de 1999, 66 p.

Nº 681 "Como Vive o Idoso Brasileiro?", Ana Amélia Camarano, Kaizô Iwakami Beltrão, Ana Roberta Pati Pascom, Marcelo Medeiros, Isabella Gomes Carneiro, Ana Maria Goldani, Ana Maria Nogales Vasconcelos, Ana Maria Resende Chagas e Rafael Guerreiro Osório, Rio de Janeiro, novembro de 1999, 57 p.

Nº 682 "Value Determinants of Plant Extradctivism in Brazil", Sven Wunder, Rio de Janeiro, novembro de 1999, 60 p.

Nº 683 "Federalismo, Repasses Federais e Crescimento Econômico: um Estudo sobre Amapá e Roraima", Bruno de Oliveira Cruz e Carlos Wagner de Albuquerque Oliveira, Brasília, novembro de 1999, 27 p.

Nº 684 "A Regulação da Infra-Estrutura Econômica: uma Comparação Internacional", Annibal V. Villela e Cláudio Schuller Maciel, Brasília, novembro de 1999, 112 p.

Nº 685 "O Acesso ao Capital dos Idosos Brasileiros: Uma Perspectiva do Ciclo da Vida", Marcelo Neri, Mabel Nascimento e Alexandre Pinto, Rio de Janeiro, dezembro de 1999, 43 p.

Nº 686 "Incidência e Natureza da Pobreza entre Idosos no Brasil", Ricardo Paes de Barros, Rosane Mendonça e Daniel Santos, Rio de Janeiro, dezembro de 1999, 26 p.

Nº 687 "Princípios de Justiça na Alocação de Recursos em Saúde", Marcelo Medeiros, Rio de Janeiro, dezembro de 1999, 13 p.

Nº 688 "O Idoso e a Previdência Rural no Brasil: A Experiência Recente da Universalização", Guilherme C. Delgado e José Celso Cardoso Jr., Rio de Janeiro, dezembro de 1999, 23 p.

Nº 689 "Uma Análise da Estrutura Salarial Brasileira Baseada na PPV", Ricardo Paes de Barros e Carlos Henrique Corseuil, Rio de Janeiro, dezembro de 1999, 23 p.

Nº 690 "Reforma Estrutural da Previdência: Uma Proposta para Assegurar Proteção Social e Eqüidade", Francisco Eduardo Barreto de Oliveira, Kaizô Iwakami Beltrão e Maria Tereza de Marsillac Pasinato, Rio de Janeiro, dezembro de 1999, 39 p.

Nº 691 "Ciclo da Vida e Motivações Financeiras (com Especial Atenção aos Idosos Brasileiros)", Marcelelo Neri, Kátia Carvalho e Mabel Nascimento, Rio de Janeiro, dezembro de 1999, 21 p.

Nº 692 "A Dinâmica do Emprego no Brasil: uma Análise Alternativa de Co-integração", Carlos Wagner de Albuquerque Oliveira e Francisco Gairão Carneiro, Brasília, dezembro de 1999, 21 p.

Nº 693 "Percepção das Elites do Cone Sul sobre as Relações Internacionais do Brasil", José Augusto Guilhon Albuquerque, Henrique Altemani de Oliveira, Ricardo Ubiraci Sennes, Amâncio Jorge Oliveira, Denilde Holzhacker, Laura Muchnik, Jorge Lanzaro e José Simón, Brasília, dezembro de 1999, 127 p.